

MODERNIDADE
NO SENADO FEDERAL

PRESIDÊNCIAS
DE JOSÉ SARNEY



SENADO FEDERAL

2012

Senado Federal

M E S A

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney

PRESIDENTE

Senador Anibal Diniz

1º VICE-PRESIDENTE

Senador João Ribeiro

2º SECRETÁRIO

Senador Waldemir Moka

2º VICE-PRESIDENTE

Senador João Vicente Claudino

3º SECRETÁRIO

Senador Cícero Lucena

1º SECRETÁRIO

Senador Ciro Nogueira

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Casildo Maldaner

Senador João Durval

Senadora Maria do Carmo Alves

Senadora Vanessa Grazziotin

Doris Marize Romariz Peixoto

DIRETORA-GERAL

Claudia Lyra Nascimento

SECRETÁRIA-GERAL DA MESA

Fernando César Mesquita

DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MODERNIDADE
NO SENADO FEDERAL

PRESIDÊNCIAS
DE JOSÉ SARNEY

Foto da Capa © ORLANDO BRITO

MODERNIDADE NO SENADO FEDERAL; PRESEDÊNCIAS DE JOSÉ
SARNEY — Brasília : Senado Federal,.

270p.

1. Senado Federal, história, Brasil. 2. Sarney, José, atuação
parlamentar, 1995-2012. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado
Federal. II. Série.

CDD 320.981

MODERNIDADE
NO SENADO FEDERAL

PRESIDÊNCIAS
DE JOSÉ SARNEY

Senado Federal
Brasília — 2012

Depois de quatro mandatos de Presidente do Senado Federal, que exerci por delegação e confiança dos Senhores Senadores, e ao fazer um balanço da administração anual, quero estendê-lo ao conjunto do trabalho que realizei nos oito anos com a parceria de meus companheiros nas diversas Mesas e a colaboração do nosso excelente corpo de funcionários e colaboradores.

Desde 1955, por 58 anos, exerço mandatos eletivos. Corria então a 40ª Legislatura; hoje estamos na 54ª. Sou o Senador que por mais tempo serviu à Casa na República, e em termos de mandatos eletivos sou o mais longevo de nossa História. No entanto sempre fiz questão de não ficar parado no tempo ou olhando

para o passado — ao contrário, pautei minha gestão por estar voltado para o futuro e a transparência, como dizia Fernando Pessoa, “futuro do passado”.

Quando assumi meu primeiro mandato no Senado, em 1971, juntei-me ao grupo que fundara o Instituto de Pesquisas da Realidade Brasileira, e, tendo sido escolhido Presidente da Comissão Executiva, o transformei em Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso — IPEAC, que teve importante papel em trazer para o Parlamento a contribuição de estudos formulados por técnicos e grandes pensadores brasileiros sobre os principais temas de nosso País. Assim, por exemplo, já naquele ano realizamos 2.914 trabalhos especializados. Em 1973, chegamos a 7.669 contribuições. Era o primeiro esforço para implantarmos uma abordagem que extrapolasse da contribuição individual do parlamentar para um nível, que sempre buscamos, de consistência técnica nos subsídios ao trabalho da instituição, ao mesmo tempo em que fazíamos da Casa um fórum de debates. O IPEAC foi sucedido pela formação do quadro de consultores.

Por essa época, no mesmo sentido de aprimoramento institucional, participei, com Nei Braga e Carvalho Pinto, de comissão sobre a implantação de

centro de processamento de dados no Senado Federal. Comissão esta surgida do debate que levantei na Casa sobre a necessidade de aderirmos à informatização, quando ainda engatinhava no mundo. Do trabalho desta comissão nasceu a Secretaria de Informação, criada por Petrônio Portella em seu primeiro mandato como Presidente da Casa.

Cito esses elementos para destacar como é uma constante de meu pensamento a ideia de que o Parlamento deve abrir caminho entre as instituições, numa demonstração de pioneirismo. A este respeito quero contar que Mário Henrique Simonsen, um dos nossos conferencistas do IPEAC, quando recebeu o convite para participar do Governo Geisel, encontrou nossos trabalhos na mão do Presidente da República, e com ele discutiu seu programa no Ministério da Fazenda, onde implantaria as ideias que haviam sido debatidas no Congresso Nacional.

A minha visão de modernidade aflorou também quando, com a parceria do Presidente Ministro Néri da Silveira, do STF, como Presidente da República, em 1985, chamei-o para fazermos a informatização do processo eleitoral, a começar pelo título, cujo velho modelo era uma reminiscência do início da República.

Esse trabalho foi o primeiro passo na busca do sistema que hoje temos, da urna eletrônica, exemplo mundial.

Muitos anos depois, já tendo passado pela Presidência da República e cumprido a difícil tarefa de assegurar a transição para a democracia — que não foi um jogo de palavras, mas um exercício quotidiano de paciência, perseverança, conciliação e, sobretudo, a incorporação dos seus principais valores como práxis pessoal, do governo e da sociedade — fui eleito Presidente do Senado Federal. Por um conjunto de circunstâncias, nos encontrávamos então numa situação de dificuldades gerenciais que impactavam a própria atividade legislativa.

Ao corrigir os problemas dos meios clássicos de divulgação de nossas atividades, tarefa essencial para a publicidade que é um postulado que vem da Constituição de 1824 (art. 70), sentimos a necessidade de modernizar o nosso contato com a sociedade. Criamos então, em respeito à transparência e para a cidadania, a TV Senado, pioneira na transmissão da atividade parlamentar. Com ela o próprio comportamento dos Senadores se modificou, com aumento significativo de suas participações em plenário e comissões, também cobertas por nossos serviços de TV. Mas o mais importante é que

o cidadão pode acompanhar, continuamente, o essencial do debate parlamentar, com a exposição dos assuntos de interesse dos Estados e da Federação pelos Senadores, com a discussão e votação de resoluções, projetos de lei, medidas provisórias, emendas constitucionais.

A partir desta tomada de posição, prosseguimos na busca contínua de transparência dos trabalhos legislativos e das próprias atividades meio da Casa. Assim, criamos o complexo de meios da Secretaria de Comunicação Social — Jornal, TV, Rádio, Agência, revista *Em Discussão*, Alô Senado, Data Senado, Programa de Visitação, serviço de Publicidade, Portal de Notícias —, que atende a milhões de brasileiros.

Na área legislativa criamos a Pauta diária do Senado, colocamos os Diários do Senado e do Congresso na internet, a transparência orçamentária a serviço do cidadão, com o Siga-Brasil e outros meios de acesso, implantamos instrumentos modernos de comparação de alterações nos projetos, a explicação da Ementa e a classificação das proposições por assunto, as notas taquigráficas em tempo real, o uso da assinatura digital, a Ouvidoria, informações acessíveis e rápidas na página de Consolidações Temáticas, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria, as pautas eletrônicas, o

e-Cidadania — mais interatividade com o cidadão —, as páginas de Dados Abertos e Questões de Ordem, Conselho de Comunicação Social, a extração automática de dados para o Relatório Anual da Presidência e a Resenha Mensal dos Trabalhos Legislativos e o serviço de informações legislativas e jurídicas — o Lex- ML, o Senado Jovem, para despertar vocações, e a digitalização e colocação na *internet* de todo o acervo de relatórios anuais, desde 1826.

Na área administrativa foi implantado o Conselho Editorial (1995), que publica uma bibliografia de obras importantes fora do circuito comercial; o Arquivo (1995) passou por contínuas renovações; foi criado o Instituto Legislativo Brasileiro, uma referência em capacitação; a Biblioteca Luiz Viana Filho tornou disponível seu importante acervo de Obras Raras (2003) e uma Biblioteca Digital (2004); temos um Programa de Apoio ao Deficiente (2010) e participamos do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2011); no âmbito do Senado Verde; o Senado Solidário (2011) tem uma importante contribuição em doação de sangue e distribuição de agasalhos; o Portal da Transparência (2009) divulga todos os atos administrativos e orçamentários; os programas

(2009) Gestão por Competências, Lotação Ideal e de Desenvolvimento Gerencial têm modernizado a área de recursos humanos; o Sistema Eletrônico de Compras e Contratações (2009) representa economia e eficiência na execução dos serviços; foram unificados os procedimentos administrativos com a integração de Prodasen e Gráfica (2010); o Programa de Simplificação e Desburocratização Administrativa (2010) e o Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços (2011), combinados com a Agenda Estratégica da Administração e o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica (2011) modernizaram a administração; o Serviço de Informação ao Cidadão — SIC (2012) estende a transparência às regras da Lei de Acesso à Informação. Enfim, o Senado que deixo é uma repartição moderna exemplar e de recursos humanos do melhor preparo.

Minhas ações como Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal estiveram voltadas para que, buscando a excelência de seu funcionamento, a instituição estivesse pronta a exercer a plenitude de suas funções, mas, mais ainda, ser uma precursora no acesso do cidadão ao que se faz, como se faz, por que se faz — a uma democracia mais transparente e aberta.

Acredito que, com o avanço da informática, nos encontraremos dentro de alguns anos em condições de retornar às raízes da democracia, podendo alcançar aquele ideal da democracia direta de que nos afastamos pelas dimensões dos Estados modernos. Assim, enquanto o Parlamento poderá cumprir as funções da *Boulé*, o Conselho que dirigia Atenas, os cidadãos poderão constituir-se em *Eclésia*, isto é, na sua reunião política para legislar e deliberar sobre os destinos das cidades. Isto será possível pelo desenvolvimento da *e*-democracia, em que estamos hoje dando os primeiros passos com o portal *e*-cidadania, em que o cidadão pode propor projetos, fiscalizar os gastos do governo e a atuação dos Senadores, opinar e propor debates e audiências públicas.

Como sempre, repito as palavras do Padre Vieira: “Sinto saudades do futuro.”

JOSÉ SARNEY

A ÁREA LEGISLATIVA

MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Modernização e transparência são as palavras que definem bem as duas últimas gestões (2009 a 2013) de José Sarney como presidente do Senado Federal¹. No início de 2009, quando assumiu pela terceira vez o cargo, Sarney deu início a um amplo e contínuo processo de modernização da Casa, que, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), começou com a instituição da Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico (PLE)².

Tendo como objetivo principal promover o uso intensivo e continuamente atualizado das tecnologias da informação, com garantias técnicas de segurança e autenticidade, o PLE deu largada a um amplo processo de mudança e modernização dos sistemas de informática de apoio ao Processo Legislativo do Senado e do Congresso ao longo desses últimos anos.

A inovação advinda com o PLE foi acompanhada por uma política de “Dados Abertos”³ do Legislativo, que, atualmente, já possibilita e facilita ao cidadão acesso rápido e eficiente, pela página do Senado na internet, a vários tipos de informações. São dados sobre processo legislativo, projetos, comissões, composições,

parlamentares, plenário e textos legislativos em formato compatível para uso de qualquer tecnologia, um compromisso com a transparência do processo legislativo.

Em seu discurso de posse em 2009, quando assumiu a presidência do Senado pela terceira vez, Sarney afirmou que tinha “um programa grande a cumprir” para atender a todas as solicitações que o cargo exigia. Pediu aos 80 colegas do Senado que o aconselhassem e o orientassem nessa missão. “Essa missão não é solitária. Esta presença não é uma atribuição solitária. Não fazemos nada solitariamente aqui. Ela é uma missão colegiada, que começa comigo, se prolonga na Mesa e termina no Plenário com todos os senadores. Sem os senadores, sem o apoio da Casa, sem a compreensão da Casa, nada pode ser feito”, afirmou Sarney.

Nesse discurso, Sarney não mencionou especificamente qual seria essa missão, mas ela ficou clara ao longo de todo o terceiro mandato, de fevereiro de 2009 a fevereiro de 2011, período em que trabalhou incessantemente pela modernização da Casa.

Já no discurso de posse ao quarto mandato na presidência, em fevereiro de 2011, ao fazer um balanço da sua atuação na Presidência do Senado desde a primeira gestão, em 1995, o parlamentar deixou claro aos colegas por que sua marca, nas duas primeiras gestões, poderia ser traduzida com a palavra “inovação” e, a partir da terceira gestão, com as palavras “modernização e transparência”.

Do Plenário, lembrou que foi um dos responsáveis, ainda na década de 70, pela comissão que esquematizou a criação da Secretaria Especial de Informática da Casa — o

Prodasen. Já como presidente do Senado, a partir de 1995, levou a informatização a todos os gabinetes e ao plenário, numa época em que o Brasil ainda dava os primeiros passos na era da informática. Também foi o grande protagonista das várias iniciativas que levaram à criação do moderno sistema de comunicações do Senado, que inclui uma TV — hoje já digital e presente em todos os Estados —, uma rádio, uma Agência de Notícias e um jornal diário, classificados por ele como “o grande instrumento de transparência democrática” do Senado.

A todos os demais senadores e também à sociedade, em pronunciamento, foi enfático ao afirmar que sua missão — naquela que definiu como sua última gestão no cargo — seria a modernização da Casa. “Perseverarei na modernização administrativa, na qualidade de nossos servidores, na modernização e na criação de novos instrumentos de trabalho, com olhos na moralização, eficiência e inovação”, ressaltou.

Ao lado dessa modernização, a busca pela transparência de todos os atos, atividades e serviços da Casa tornou-se, também, uma busca incessante, consolidada pela Lei nº 12.527, de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação, que garante a todos os cidadãos acesso a informações e documentos públicos de órgãos federais, estaduais, municipais e distritais dos três Poderes.

À frente da SGM desde 2007, a Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra, consciente do compromisso assumido com a modernização da casa, deu início à implantação da Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico e iniciou, com ele, uma ampla transformação na forma como a Casa via e tratava o cidadão.

Foi a partir daí que surgiu uma terceira palavra — interação — que, junto às outras duas⁴, ajudou a compor um novo Senado, preocupado cada vez mais em garantir ao cidadão, em qualquer parte do mundo, acesso ágil, consistente, racional e simples a todo tipo de informação, por meio de um simples computador.

Várias ferramentas e links foram criados com esse objetivo, todos já disponibilizados na página do Senado (www.senado.gov.br). Alguns deles simplesmente garantiam acesso rápido e mais eficiente a serviços e informações que já existiam antes, mas não por meio eletrônico. Outros produtos foram criados para facilitar a vida do cidadão em busca por informações, como as “Consolidações Temáticas”, as “Questões de Ordem”, os “Dados Abertos”, a “Explicação da Ementa” e os “Quadros Comparativos de proposições legislativas”, entre outros muitos serviços também já à disposição na página do Senado.

Uma das consequências imediatas desses novos serviços foi a substituição gradativa do impresso pelo papel eletrônico, que reduziu significativamente os gastos com impressão, ao disponibilizar projetos, pareceres, a Ordem do Dia e a pauta das comissões via internet, entre vários outros documentos. Com isso, a impressão de avulsos e de espelhos da Ordem do Dia foi reduzida em mais de 50% nos últimos cinco anos, segundo relatórios técnicos da SGM. Em outras palavras, trata-se da preservação do meio ambiente, uma constante preocupação da sociedade pós-moderna do século XXI.

Outro benefício direto que todo esse processo de modernização, transparência e interação do Processo Legislativo

proporciona à sociedade é a melhoria na qualidade da informação oferecida eletronicamente. Além de garantir maior segurança aos internautas, a informação eletrônica amplia as possibilidades de acessibilidade aos que dependem de tecnologia, como no caso dos deficientes visuais, que passam a ter acesso a textos e documentos por meio de um conversor de voz instalado nos computadores.

Também não passa despercebida a enorme economia de tempo nesse processo de modernização. Só para citar um exemplo, uma parceria do Senado, celebrada com a Câmara dos Deputados (CD), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Casa Civil já está possibilitando o envio e o recebimento de documentos legislativos por meio eletrônico. Com isso, os autógrafos de proposições da Câmara e os avisos de acórdãos do TCU, entre outros documentos, são enviados, em formato eletrônico, ao Senado, que também envia seus autógrafos para revisão da Câmara pelo mesmo processo.

O PLE já está implantando também processo que permitirá ao Presidente do Senado assinar eletronicamente os autógrafos de decretos legislativos de concessão e renovação de rádio e televisão. Mas esse é só o primeiro passo para uma proposta mais abrangente, que possibilitará que vários documentos legislativos possam ser assinados eletronicamente.

Antes em formato apenas impresso e de difícil acesso, os relatórios da Presidência desde o ano de 1826 também já estão totalmente digitalizados, para que o cidadão, de qualquer parte do planeta, possa ter acesso público pela internet a essa importante fonte de pesquisa.

CIDADANIA

Além de facilitar a vida do cidadão na busca por informações e serviços do Senado, a Secretaria-Geral da Mesa (SGM) queria buscar também uma aproximação maior com a sociedade. Com esse objetivo, resolveu trabalhar para estimular o exercício da cidadania, levando o Senado ao cidadão e o cidadão ao Senado, numa interação que resultasse num parlamento voltado para as reais expectativas da sociedade em relação a seus governantes.

Nas palavras do próprio Sarney, “Levar o Senado a participar na vida dos cidadãos, dele se aproximar mais, para sempre melhorar nossa eficiência e a qualidade de nosso trabalho de legislador, controlar, fiscalizar e acompanhar o rumo da administração pública”⁵. Essa determinação, segundo o presidente do Senado, é uma exigência da própria sociedade moderna, porque, “se perdemos o contato com a realidade, nossa representatividade pode se esvaír em um instante”⁶.

E foi assim que surgiu o Portal E-Cidadania (www.senado.gov.br/ecidadania), um espaço interativo criado para estimular a participação e o engajamento mais direto e efetivo dos cidadãos no processo legislativo, com ideias, discussões e ações voltadas para temas em debate no Senado e na sociedade ou mesmo fiscalizando a atuação dos senadores.

Por meio de um conjunto de aplicativos e ferramentas de comunicação *online*, o Portal proporciona também maior transparência das atividades do Senado, porque visa a ampliar a divulgação e facilitar o acesso das informações relativas à

administração da Casa e ao Orçamento da União.

O Portal *e*-Cidadania permite ao cidadão interagir em três áreas básicas e fundamentais do Poder Legislativo: a fiscalização (*e*-Fiscalização), a legislação (*e*-Legislação) e a representação (*e*-Representação), esta última criada como ferramenta de interação direta com senadores e temas para discussão.

No *e*-Fiscalização, é possível acompanhar o Orçamento da União, as ações administrativas do Senado e a atuação legislativa dos senadores. No *e*-Legislação, o cidadão pode propor novas leis ou a alteração de legislação em vigor, e o *e*-Representação é um espaço voltado para a expressão da opinião do cidadão sobre assuntos de interesse da sociedade e projetos em tramitação, bem como sugestões de temas para debates em audiências públicas nas comissões.

O Portal tem ainda um caráter educativo, que possibilita a realização de cursos *on-line* e acesso a vídeos educativos, à Biblioteca Digital e a publicações do Senado.

Mas a busca pela maior interação do cidadão com o parlamento também levou à criação da Ouvidoria do Senado, fruto de todo esse processo de modernização e transparência por que tem passado a Casa na gestão de Sarney. Criada em 2005 e regulamentada em 2011, a ouvidoria nasceu com o objetivo de receber e dar o tratamento adequado às sugestões, às críticas, às reclamações, às denúncias e aos elogios da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. Para garantir a plena cidadania, a Ouvidoria tem autonomia ainda para, com base nessa interação com a sociedade, sugerir mudanças no âmbito

institucional. E o cidadão interessado tem ainda a garantia do retorno sobre suas reivindicações.

Para facilitar a integração entre os poderes da República, a partir de 2012 foi celebrado um acordo entre as ouvidorias do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU), para que as informações, críticas e sugestões da sociedade possam ser compartilhadas.

Outra importante ferramenta de interação com a sociedade é o *Programa Senado Jovem Brasileiro*, que busca integrar o cidadão ao parlamento desde a adolescência. O Programa é anual e tem início com a posse de 27 jovens estudantes, que representam as 27 unidades da Federação e são escolhidos entre os vencedores de um concurso de redação de âmbito nacional. Durante os três dias de duração do Programa, os estudantes selecionados se tornam senadores da República, podendo propor leis, fazer discursos em plenário e até ver seus textos publicados no Diário do Senado.

O Programa é levado tão a sério que as sugestões de projetos são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que nomeia um senador para analisar todas as propostas legislativas elaboradas pelos jovens senadores. Nas duas primeiras versões do Programa (2010 e 2011), a CDH já recebeu 21 sugestões dos jovens senadores. Desse total, sete foram convertidas em proposições legislativas, sendo uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e seis projetos de lei do Senado (PLS)⁷, que se encontram em tramitação no Senado.

TAQUIGRAFIA EM TEMPO REAL

Até meados de 2006, um discurso proferido em Plenário, embora registrado, em tempo real, pelos taquígrafos, somente era disponibilizado para o usuário no Diário do Senado ou no Diário do Congresso Nacional no dia seguinte. Nas comissões, subcomissões, conselhos e órgãos do parlamento, esse prazo poderia se estender para até 15 dias, já que o serviço taquígráfico fora do Plenário, entre 2006 e 2010, foi em grande parte terceirizado.

Mas isso tudo faz parte do passado. Com a modernização de procedimentos da Taquigrafia e o fim da terceirização, foi implantado, em 2006, o Sistema de Apoio aos Registros Taquígráficos (Sitaq), para que os pronunciamentos, deliberações e debates legislativos em plenário, nas comissões, nos conselhos e demais órgãos do Senado passassem a ser disponibilizados, na internet, praticamente em tempo real – entre 15 a 20 minutos após serem proferidos —, um ganho incalculável para o Senado e a própria sociedade.

Movida pela necessidade de aperfeiçoar os benefícios advindos com o Sitaq, a Taquigrafia inovou no processo de estruturação da informação, ao implantar, em parceria com o Prodasen, o Escriba, um sistema de informações que superou algumas limitações tecnológicas do sistema anterior. Não se trata de um controle puro e simples das notas taquígráficas, mais sim de um novo conceito de informação estruturada, mais ágil e confiável, possível mediante a recuperação de dados e a construção de estatísticas gerenciais.

A partir do Escriba, que vai substituir totalmente o atual Sitaq, várias iniciativas foram tomadas, como a criação do SisÁudio, um conjunto de aplicativos que potencializa o uso do Escriba. O SisÁudio prepara o ambiente de rotinas da Taquigrafia para uma nova realidade: a mídia digital.

PORTAL DO SENADO

A modernização da SGM reflete-se diretamente no Portal do Senado, com a oferta de *links* de acesso rápido (atalhos) para diversos serviços e atividades da Casa, a começar pelas pautas das matérias (e seus respectivos resultados) apreciadas nas comissões técnicas e no Plenário. Os textos legislativos das proposições também já podem ser acompanhados desde o início da sua tramitação, com as emendas apresentadas, os relatórios oferecidos pelos senadores, a legislação citada e os pareceres aprovados nas comissões permanentes.

Também foram criados novos serviços de canais RSS (Really simple syndication), que permitem aos internautas se atualizarem automaticamente sobre assuntos do seu interesse relativos ao Senado, sem a necessidade de consultas a *sites* um a um.

Da mesma forma, para facilitar a elaboração da Resenha Mensal dos trabalhos legislativos, do Relatório Anual da Presidência e de relatórios estatísticos de matérias e proposições legislativas apreciadas no Plenário e nas comissões, os servidores do Senado já têm, à sua disposição, o “DW Legislativo”, uma ferramenta conhecida como “Data Warehouse”, que pode ser traduzida como “depósito de dados”, para armazenar e tratar informações de

banco de dados legislativos. O DW permite ainda a realização de consultas e levantamentos estatísticos do Senado que ainda não são encontrados em buscas pela internet, com atualizações periódicas e automáticas a cada 15 minutos, inovação possível devido à criação de uma plataforma própria pelo Prodasen.

As inúmeras facilidades oferecidas pela nova página de Atividade Legislativa – que, vale lembrar, está em constante aprimoramento – garantem também maior exatidão nos dados publicados na Resenha Consolidada elaborada pela SGM, uma mensal e outra anual, com o balanço do ano. Antes do PLE, a resenha era manual e, portanto, muito trabalhosa. Para alimentá-la com dados sobre o número de sessões realizadas a cada mês e, depois, no ano, era preciso pegar os números de cada dia e, em seguida, confirmá-los, manualmente, com os dados do Diário, que também hoje já está informatizado e automatizado, com a alimentação feita por meio de banco de dados eletrônicos.

DIÁRIO DO SENADO

E por falar em Diário, uma das grandes conquistas dos últimos anos foi, sem dúvida, o aprimoramento na forma de acesso ao Diário do Senado, um dos documentos mais importantes da Casa, pois registra todas as reuniões, votações, discursos, documentos, pareceres e debates do dia anterior. Antes, a navegação pelo Diário era lenta, por causa dos inúmeros arquivos anexados. Além disso, dependendo da hora de término das sessões plenárias, não eram raros os dias em que ele saía com atraso. Essa realidade também mudou e hoje o Diário é um documento de navegação mais simples, rápida e eficiente.

Esta não foi a primeira ação importante do presidente Sarney em relação ao Diário do Senado. Em 1995, quando assumiu a Presidência do Senado, o senador José Sarney encontrou uma situação desagregadora na área legislativa. A Ordem do Dia, por exemplo, continha ao menos 140 itens por sessão, sendo que, nos últimos seis meses não havia deliberação no Plenário e as matérias estavam acumuladas. O Presidente Sarney, ciente desse caos administrativo/legislativo, tomou decisões no sentido de organizar a Casa.

Orientou a Secretaria-Geral da Mesa no sentido de que todas as matérias acumuladas, prontas para discussão, deveriam ser submetidas ao Plenário até o final da primeira parte da 1ª Sessão Legislativa de 1995, ou seja, até 30 de junho, o que de fato aconteceu.

Havia a reclamação de que as matérias eram votadas sem o prévio conhecimento dos senadores e, nem o público, nem os senadores tinham acesso às matérias prontas para votação. Foi então instituída a agenda mensal do Senado, por meio da qual os senadores tomavam conhecimento das matérias a serem votadas com até 30 dias de antecedência. O presidente Sarney também determinou a publicação diária de todas essas matérias no *Avulso* da Ordem do Dia, para conhecimento do público em geral.

A publicação oficial do Senado, que circulava 27 dias após a realização da sessão correspondente, passou a ser denominada *Diário do Senado* e começou a circular no dia seguinte à realização da sessão, como determina o Regimento Interno.

O Presidente também determinou a ampla divulgação do Regimento Interno do Senado (RI). O conhecimento do

RI pelo público se resumia à publicação no Diário Oficial, com tiragem de 150 exemplares para distribuição e teve então uma tiragem de 12 mil exemplares para distribuição e venda.

Outro problema era o registro da presença dos senadores nas sessões, feito por um funcionário que ficava na chapelaria. Tal situação era criticada pelos órgãos de imprensa, que questionavam o comparecimento ou não dos senadores. O Presidente Sarney determinou que o registro fosse feito pelos próprios senadores, no painel eletrônico do Senado.

Com o processo de modernização do Senado, os cidadãos também passaram a ter acesso a edições cada vez mais antigas do Diário, que antes era acessível virtualmente apenas a partir de 1997. Agora, praticamente todos os números desde 1980 já podem ser pesquisados, sem a necessidade de que o usuário venha pessoalmente ao arquivo da Casa. Além disso, o programa anterior permitia apenas a busca por documento completo, tornando o arquivo grande e pesado para navegação. Hoje, já é possível acessar página por página, com busca restrita somente do assunto de interesse, facilitando, assim, a vida do cidadão.

Houve também avanços no Diário do Congresso. O documento, que existia somente em papel, já pode ser acessado pela internet a partir de 2001.

SUPLEMENTO

Outra facilidade proporcionada pelo PLE foi a periodicidade e a padronização do suplemento das Atas das

comissões permanentes e suas subcomissões e também da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A cada 15 dias (geralmente no primeiro dia útil do mês e no 16º dia), o suplemento é publicado no Diário do Senado Federal, com todas as reuniões das comissões, todos os assuntos discutidos e votados e também as notas taquigráficas das sessões e reuniões.

Essa foi mais uma conquista para os que precisavam de informações importantes (e que não constavam no Diário) para realizar seus trabalhos. Antes, esses documentos eram publicados conforme iam sendo enviados à SGM, até mesmo porque não existia o Suplemento.

CONSOLIDAÇÕES TEMÁTICAS

Outro link importante criado para facilitar a vida do cidadão é o das “Consolidações Temáticas”, que permite acesso a informações sobre todas as autoridades submetidas a sabinas no Senado, conforme determina a Constituição Federal. São os ministros do Supremo Tribunal Federal e demais tribunais superiores, do Tribunal de Contas da União (TCU), presidente e diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República, embaixadores, membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), diretores agências reguladoras, entre outros cargos.

O *link* das Consolidações Temáticas tem duas abas: uma para o Senado e outra para o Congresso. Na primeira consta a relação da composição atual de todos os órgãos cujos

nomes de autoridades foram aprovados pelo Senado, incluindo a composição histórica de cada um deles. Na parte relativa ao Congresso, constam quadros comparativos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) por Legislatura, ou seja, de quatro em quatro anos. Para facilitar a comparação entre as diferentes leis, as modificações de ano a ano já vêm destacadas.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA

Outra novidade que vem sendo bastante acessada pelos cidadãos é a “Explicação da ementa” de proposições legislativas em tramitação no Senado, um texto que visa facilitar o entendimento do assunto do projeto.

Antes, a pesquisa de uma proposição qualquer na página virtual do Senado era restrita ao teor da sua ementa, acompanhada de textos e da sua respectiva tramitação. Em muitos casos, era complicado entender o objetivo do projeto somente com a leitura da ementa, porque ela remetia a uma legislação complexa.

E para facilitar e simplificar ainda mais a pesquisa, todas as propostas de Emenda à Constituição (PEC), projetos de lei da Câmara (PLC) e do Senado (PLS) que tramitam na Casa a partir de 1999 já estão classificados por assuntos, conforme a área administrativa, econômica, jurídica, social ou honorífica a que pertencem.

QUADRO COMPARATIVO

Além da explicação da ementa, várias proposições legislativas já contam também, na aba “textos”, com quadros

comparativos, que têm por objetivo facilitar a análise das proposições pelos senadores e pelo público em geral. Como regra, colocam-se lado a lado, em colunas, a legislação vigente, a proposição em tramitação no Senado e os substitutivos ou emendas oferecidos, e destacam-se as diferenças entre os textos. Podem ser incluídos, ainda, outros textos, tais como a redação final da proposição, a norma jurídica gerada, com os eventuais vetos, ou até mesmo outras proposições que tratem da mesma matéria.

Quando não existiam os quadros comparativos, a análise das proposições era muito mais complicada e exaustiva, pois cabia a cada interessado fazer a comparação da lei a partir da leitura de cada texto isoladamente.

Atualmente, os centros de informática do Senado (Prodasen) e da Câmara dos Deputados (Cenin) estão trabalhando, em parceria, para a criação de um sistema automatizado de elaboração de quadros comparativos de proposições em tramitação nas duas casas. Quando o programa estiver em operação, bastará inserir a proposição, a legislação vigente e os substitutivos ou emendas para que a correspondência entre os textos seja feita automaticamente, já destacando as diferenças entre as respectivas normas.

QUESTÃO DE ORDEM

Tão importante quanto a explicação da ementa é o Banco de Questões de Ordem e Decisões da Presidência, já disponibilizado a todos os cidadãos, pela internet. Essa importante ferramenta de pesquisa de toda a sociedade é uma base de dados

virtual que armazena todas as questões de ordem levantadas pelos senadores em plenário sobre debates e decisões a respeito da interpretação dos Regimentos do Senado e do Congresso, inclusive seus desdobramentos em discussões, decisões, recursos, jurisprudências e demais documentos de pesquisa necessários para a compreensão do assunto.

EDITOR DE EMENDAS E REQUERIMENTOS

O Processo Legislativo Eletrônico também está inovando cada vez mais na área de elaboração de matérias. Desde outubro de 2011, passou a disponibilizar aos parlamentares e suas assessorias, bem como a servidores que trabalham diretamente com processo legislativo, o sistema LexEdit, um editor de texto criado para revolucionar e facilitar a confecção de emendas legislativas e requerimentos e, futuramente, pareceres e projetos de lei.

Desenvolvido pelo Prodasen, o LexEdit permite não só economia de tempo, mas também maior qualidade na elaboração de matérias, porque ajuda diretamente na estruturação do conteúdo dos requerimentos e das emendas a propostas legislativas. Isso porque ele só permite redigir uma emenda ou um requerimento dentro das regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que define como uma lei deve ser estruturada. Além disso, após a elaboração do novo texto, o LexEdit redige automaticamente o comando da emenda, com base na modificação na intervenção realizada no texto da proposição.

Mas a ambição da proposta não se limita à elaboração de emendas e requerimentos. Por isso, o LexEdit já está sendo preparado para elaboração também de projetos de lei. Ferramenta única existente, atualmente, no Brasil, com o objetivo de ajudar na elaboração de proposições legislativas, o LexEdit não será de utilidade apenas para o Senado, pois ficará disponível também para todas as assembleias legislativas estaduais, assim como para os demais segmentos da sociedade que lidam com o Parlamento brasileiro.

COMISSÕES

As comissões do Senado, palco dos grandes debates sobre os projetos em tramitação e assuntos de interesse da sociedade, não ficaram indiferentes ao processo de modernização pelo qual vem passando o Senado como um todo. A Secretaria de Comissões (SCOM) desenvolveu, com a ajuda do Prodasen, um novo sistema de apoio ao trabalho das comissões, denominado Comiss, com o objetivo de facilitar a vida não só de senadores e servidores do Senado, mas também de todos os cidadãos que acompanham, via internet, as discussões das proposições em tramitação na Casa.

Desde o início de 2012, as pautas das comissões são geradas de forma padronizada pelo Sistema Comiss e disponibilizadas *online* no site do Senado, com a íntegra de todos os projetos, pareceres e emendas, reduzindo significativamente o número de impressos diários.

A Pauta Eletrônica, primeira versão do Sistema Comiss, trouxe vários benefícios. Entre eles está a padronização

de documentos produzidos nas comissões (pautas e resultados das reuniões), a geração automática de registro do andamento das matérias, a emissão de relatórios e resenhas e ainda a confecção, por computador, da agenda diária das comissões.

O Comiss possibilitou ainda o desenvolvimento de um aplicativo para *tablets*, denominado “Comissão Online”, que oferece a agenda das comissões permanentes, além da pauta eletrônica, com todas as propostas a serem apreciadas durante a reunião, todas acompanhadas dos documentos necessários a sua análise. O próximo passo do Comiss será o acompanhamento *online*, em tempo real, da reunião, com informações detalhadas sobre os itens da pauta, à medida que forem analisados.

Os ganhos para o Senado foram enormes, a começar pela redução no número de impressões da pauta das comissões. Com o Comiss, os senadores também podem acompanhar, passo a passo, o movimento de cada reunião e saber em qual delas é autor ou relator de proposta a ser votada, para poder decidir qual a prioridade para participar das reuniões.

MERCOSUL

Com a criação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul)⁸, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul, coube também a Sarney, juntamente com o presidente da Câmara, Marco Maia, criar uma única secretaria para prestar apoio ao colegiado, que será composto por 37 membros titulares, sendo 27 deputados federais e 10 senadores, com igual número de suplentes.

A Secretaria será composta por funcionários do Senado e da Câmara e funcionará nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas.

TRANSPARÊNCIA

Transparência é, hoje, uma palavra de ordem para os servidores da SGM. Com essa determinação, a sociedade é quem sai ganhando. No passado, era comum a imprensa noticiar a falta de transparência em processos de votação, para saber como os senadores se pronunciaram a respeito de assuntos de interesse da sociedade. Mas esse tempo já se foi. Atualmente, o relatório impresso ao final de cada sessão e disponibilizado também na internet e no Diário do Senado apresenta detalhes das votações, como a lista de presença de parlamentares, o voto de cada um – favorável ou contrário a cada proposição.

Em caso de votação secreta, embora não apareça como votou cada senador, por ser uma imposição da Constituição Federal, uma lista de presença confirma o comparecimento em Plenário, para que o eleitor saiba se seu representante participou da votação.

Tão importantes quanto essas listas de presença e votação são as resenhas mensais e o Relatório Anual da Presidência, documentos elaborados pela SGM e disponibilizados também pela internet. Eles atestam, entre vários pontos, o número de sessões realizadas pelo Plenário e pelas comissões permanentes, a quantidade de propostas analisadas – com informações sobre as aprovadas, as rejeitadas e as que tramitaram em decisão

terminativa⁹ – além do número de audiências públicas realizadas, com os temas discutidos. É uma prestação de contas à sociedade.

E a política do Senado de “Dados Abertos”, mencionada no início deste texto, é uma marca também muito importante de transparência, pois permite a disponibilização, ao cidadão, pela internet, de todo o tipo de informação legislativa, tão logo ela seja produzida. Isso significa que toda informação produzida pela SGM, no suporte ao trabalho da própria Mesa, dos parlamentares, das atividades de Plenário e do processo legislativo – com exceção daquelas de natureza considerada secreta ou sigilosa – já está disponível na internet, para qualquer internauta.

O compromisso da SGM, agora, além desse processo constante de modernização, é com a melhora cada vez maior da qualidade dessa informação disponível à sociedade, com a adequação dos formatos em que essa informação é oferecida, para que possa ser utilizada nos novos meios, tais como dispositivos móveis ou mesmo nas páginas da internet.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS

Com o objetivo de integrar cada vez mais todos os trabalhos da Secretaria-Geral da Mesa, está sendo elaborado um manual interno de procedimentos – ferramenta com explicações detalhadas sobre as atividades operacionais de cada área da SGM. Além de ampliar o conhecimento técnico dos servidores, o manual facilita a padronização das rotinas de trabalho e o treinamento de recursos humanos. O passo seguinte, que já está

em fase de execução, é mapear os relacionamentos entre as áreas da SGM, numa abordagem cliente-fornecedor, identificando os serviços dos diferentes setores que compõem a Secretaria, a fim de integrar trabalhos, eliminar rotinas redundantes e racionalizar os processos.

PROPOSIÇÕES E MATÉRIAS LEGISLATIVAS

A atividade legislativa foi volumosa durante todos os anos em que o Senador Sarney presidiu o Senado. No primeiro mandato foram aprovadas, por exemplo, emendas constitucionais que flexibilizaram os monopólios dos serviços locais de gás canalizado, da navegação de cabotagem, das telecomunicações e do petróleo, redefiniram o conceito de empresa nacional, que criaram o Fundo Social de Emergência, e disposições sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Entre as leis podem ser destacadas a aprovação do Plano Real, alterações do Código Brasileiro de Telecomunicações, disposições sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, a reforma da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a lei sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No segundo mandato foram votadas, entre outras, as reformas da previdência e a tributária, os estatutos do idoso, do torcedor e do desarmamento, os projetos da nova lei de falências, da mata atlântica, da biossegurança, do primeiro emprego, do seguro agrícola, da pirataria, analisou mais de cinco mil proposições, fez mais de novecentas reuniões e, só nas votações

das reformas, com audiências públicas foram realizadas, ouvindo, discutindo, recolhendo ideias e caminhos para soluções.

Nos últimos mandatos, entre a matéria aprovada, destacam-se a emenda que reduz a incidência da DRU sobre recursos de educação, novas regras sobre adoção, sobre inquilinato, a criação de universidades e de escolas técnicas em diversas regiões do Brasil, a tarifa social de energia, a regulamentação do sistema nacional de crédito cooperativo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, a criação de 46 zonas de processamento de exportação em diversos Estados, a emenda constitucional dos precatórios eo parcelamento de dívidas com a União.

Para atualizar nossas leis mais importantes, foram criadas comissões de juristas para preparar anteprojetos de revisão. O primeiro foi o do novo Código de Processo Penal; seguiram-se o do Código de Processo Civil, o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

Foram aprovados diversos projetos no âmbito do Pacto Republicano, como a estruturação da Defensoria Pública da União, a criação de um cadastro centralizado de crianças e adolescentes desaparecidos, a tipificação do crime de sequestro relâmpago, a revisão da legislação sobre crimes sexuais e a regulamentação do mandato de segurança coletiva. Foi também votada a Reforma do Judiciário, com um conjunto de leis importantes para uma prestação mais ágil da Justiça. Ainda aprovamos a Emenda Constitucional do Divórcio, a Lei da “Ficha Limpa”, autorização ao Poder Executivo para criar a empresa pública denominada Pré-Sal Petróleo S.A., criação do Fundo Social, autorização à

União para ceder onerosamente à PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, regulamentação das atividades de fomento mercantil, instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentação do CADE (Lei da Concorrência), Emenda Constitucional que prorroga por tempo indeterminado o Fundo Social de Combate e Erradicação da Pobreza, o Estatuto da Igualdade Racial, alteração do Estatuto do Torcedor, admissão tácita de paternidade, o Plano Nacional de Cultura (PNC), a Desvinculação das Receitas da União, a regulamentação da Emenda 29 (definindo percentuais mínimos para investimento em saúde), o cadastro positivo, a empresa individual de responsabilidade limitada, a reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o Código Florestal, a tipificação da conduta de dirigir veículo automotor sob a influência do álcool ou substância psicoativa, a criação do Pronatec, a constituição da Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação. E acabamos de promulgar a Emenda Constitucional nº 71, que cria o Sistema Nacional de Cultura.

Esta seleção um pouco aleatória de leis e emendas constitucionais pode ser complementada com a informação de termos registrado uma média anual superior a mil matérias deliberadas, sem contar requerimentos.

ÁREA ADMINISTRATIVA

O Senado Federal é uma organização que precisa de constante renovação, buscando a excelência nos serviços prestados e o atendimento de suas missões institucionais. Quando se lida com o patrimônio público, assume-se compromisso inarredável com a democracia. Essa dimensão maior faz com que nossa organização seja única e com paralelos apenas em outros países.

O intuito desta apresentação é narrar momentos relevantes da trajetória do Senado Federal sob a Presidência do Senador José Sarney. Tais momentos se apresentam por temas, e não mediante linha cronológica estrita. Essa escolha denota a intenção de unificar os quatro mandatos, na medida em que eles buscaram, a seu tempo, prioridades de gestão semelhantes.

Esta apresentação inicia-se com um olhar sobre a estrutura do Senado e volta-se para o principal elemento das organizações: as pessoas. Em seguida, apresenta a interação desta Casa com os seus representados, por meio das ações socioculturais e dos mecanismos de transparência e *accountability*.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Logo no início do seu primeiro mandato como presidente do Senado Federal, em 1995, o senador José Sarney deixou claro que sua contribuição não ficaria restrita aos contornos políticos do cargo. Com toda a experiência trazida da Presidência da República, Sarney iniciou o maior processo de modernização administrativa vivido pelo Senado nas últimas duas décadas.

Percebendo o contexto histórico e social do País, nesses dois anos de Presidência deflagrou amplo processo de reorganização estrutural do Senado Federal no campo administrativo. Sabia que o Senado, chegando aos 170 anos de idade, precisava adotar novos procedimentos para atender às expectativas da sociedade e, por isso, investiu muito na criação de um sistema próprio de comunicação social que fosse capaz de levar o Senado até a casa das pessoas e torná-lo presente no cotidiano da população.

Contudo, para que esse novo Senado surgisse foi preciso reformular as antigas estruturas existentes a partir do paradigma da modernização, da abertura e da informação. A tarefa foi compartilhada com os demais senadores e, ainda em 1995, criou-se um grupo de trabalho composto pelos senadores Renan Calheiros, Ney Suassuna e Luiz Alberto de Oliveira para avaliar a real situação gerencial e administrativa do Senado. O grupo contou com assessoria da Diretoria-Geral e de especialistas da Fundação Getúlio Vargas e apresentou diagnóstico explicitando a necessidade de mudança, trazendo como diretrizes¹⁰ a racionalização da estrutura administrativa, a reformulação dos

modelos e práticas gerenciais à luz de critérios de eficiência e eficácia, a implantação de sistemas administrativos voltados para a permanente racionalização de custos e afirmação da eficiência e qualidade dos serviços prestados, a reversão de aspectos disfuncionais da cultura organizacional da Casa, e a formulação de diretrizes para treinamento, desenvolvimento e avaliação do desempenho do pessoal em todos os níveis.

Em junho de 1995, a recém-criada Assessoria Especial de Modernização recebeu a incumbência de operacionalizar a desejada reforma e, por meio de exaustiva e democrática discussão entre servidores, direção da Casa e senadores, chegou-se ao consenso sobre a estrutura administrativa adequada para o Senado. Em janeiro de 1997, o Plenário do Senado aprovou a Resolução nº 9, que alterou o Regulamento Administrativo da Casa.

O avanço da proposta foi inegável e fez com que o primeiro mandato de presidente do senador Sarney representasse o início de um processo de modernização administrativa que continua em curso. A partir da Resolução nº 9 foram introduzidas novas regras¹¹ para a montagem de um gabinete “padrão” dos senadores, relativas à extinção da representação do Senado no Rio de Janeiro, à sinalização visual do espaço físico do Senado, à centralização do processo de aquisições de bens e serviços entre o Prodasen e a Gráfica, à política de gestão de bens, aos critérios para terceirização, à estrutura organizacional adequada, à gestão da informação e do conhecimento e à necessidade de criação de um conselho editorial e de uma escola legislativa.

Em sintonia com o movimento iniciado em 1995, a administração da Casa seguiu sua trajetória. Na década seguinte,

o contexto econômico e o ambiente democrático permitiu consolidar a dimensão administrativa do Senado. Foram realizados concursos públicos, o que favoreceu a oxigenação e a profissionalização do quadro técnico. Contratos de terceirização foram revistos, e o Programa de Redução de Gastos, instituído no segundo mandato do senador José Sarney na Presidência da Casa, permitiu, por exemplo, economia de R\$ 30 milhões ao longo do exercício financeiro de 2005.

No entanto, nos últimos quatro anos o Senado tem experimentado novamente e com igual intensidade o mesmo processo de efervescência administrativa da década de 90. Se há quase 20 anos a ênfase era a modernização da estrutura organizacional, com criação de novas unidades administrativas que privilegiassem o conhecimento e a informação, agora a necessidade principal foi o ajustamento de práticas gerenciais e padronização de procedimentos administrativos com foco no cidadão, na prestação de contas e na transparência.

Com acurada percepção, o senador Sarney, no discurso de posse de seu terceiro mandato como presidente, em fevereiro de 2009, já apontava para a necessidade de modernização. Dando prosseguimento aos seus planos iniciais, em abril de 2009 o Senado Federal contratou novamente a Fundação Getulio Vargas para auxiliar o trabalho de reestruturação administrativa da Casa. Em relatório apresentado em agosto, a Fundação Getulio Vargas indicou uma série de medidas saneadoras, que objetivavam a redução de custos e maior transparência na gestão. A ação dos profissionais do Senado para implantação dessas medidas foi ressaltada pela própria Fundação: “algumas das ações sugeridas

já foram encampadas pela direção da Casa, outras encontram-se em curso”. Dentre as recomendações da FGV adotadas pela Casa pode-se destacar:

1. *Instituição do Programa Pró-Resultados*: O Programa de Gestão por Resultados do Senado integra um conjunto de ações com o objetivo de transformar a gestão administrativa da Instituição, reduzindo custos e melhorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, aos senadores e ao público interno nas áreas administrativas e legislativas.

2. *Criação do Portal da Transparência*¹²: O Portal da Transparência é um espaço no *site* do Senado na internet destinado a divulgar dados e informações detalhadas sobre a gestão administrativa e execução orçamentária e financeira da Casa. Estão disponíveis informações relativas às verbas indenizatórias devidas aos senadores pelo exercício da atividade parlamentar; contratos e terceirizações; dados sobre o quadro de servidores e respectivos salários; gastos com suprimentos e relatório de gestão fiscal.

3. *Realização de auditoria externa da folha de pagamentos*: O presidente José Sarney solicitou, em 2009, auditoria do Tribunal de Contas da União na folha de pagamentos do Senado. A Secretaria de Recursos Humanos, a Secretaria de Controle Interno, a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade e a Advocacia do Senado, de forma coordenada, coletaram e organizaram o fornecimento de informações solicitadas pelos auditores do Tribunal. Todas as informações solicitadas foram tempestivamente fornecidas e os esclarecimentos prestados a fim de sanar as dúvidas e os questionamentos da equipe de auditoria.

4. *Reestruturação da Secretaria de Controle Interno:* A Secretaria passou a ter acesso ao sistema de gerenciamento de recursos humanos do Senado.

5. *Revisão dos Procedimentos de Compras e Aquisições:* A implementação do *Regulamento de Compras e Contratações*, em 2010, e a adoção do pregão eletrônico como modalidade preferencial de licitação consolidaram as normas e procedimentos de contratações e garantiram transparência, eficiência e economicidade às contratações realizadas pelo Senado Federal.

6. *Elaboração de novo Plano de Cargos e Salários:* O Plano de Cargos e Salários instituído pela Lei nº 12.300/10 desvinculou completamente o salário dos servidores do subsídio parlamentar, seja na remuneração ou sob qualquer espécie de gratificação; simplificou a estrutura remuneratória e todos os valores passaram a constar em um único contracheque. A partir da adoção do novo Plano foram extintas 2.064 gratificações, funções comissionadas e cargos, o que representa a diminuição de 51% das funções existentes até então.

7. *Redução no pagamento das horas-extras e gratificações:* O Senado reduziu significativamente o pagamento de horas-extras que passaram a depender de autorização prévia e expressa da Diretoria-Geral. Outra providência adotada foi a suspensão do pagamento de gratificações, serviços extraordinários ou vantagens de qualquer título pela participação dos servidores em comissões ou grupos de trabalho. A medida resultou na economia mensal de R\$ 1,1 milhão.

8. *Plano Diretor de Tecnologia da Informação*: Em 2010, a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) definiu seu Portfólio de Projetos Prioritários de Governança, que inclui os projetos de Planejamento Estratégico de TI e Implementação do Comitê de TI do Senado Federal.

10. *Controle Eletrônico de Frequência e Banco de Horas*: O sistema eletrônico de frequência foi implantado no início de 2010. Um ano depois se implantou o sistema de controle biométrico e o banco de horas.

12. *Otimização do uso das edificações do Senado*: Após a realização de estudos técnicos, foi traçado um plano de ocupação que incluiu a devolução para a Secretaria de Patrimônio da União dos imóveis ociosos e sem relação com os fins institucionais do Senado.

13. *Unificação dos setores de recursos humanos, compras e financeiros*: A unificação das estruturas paralelas existentes no Senado, Prodasen e Gráfica resultou em maior economicidade e tratamento igualitário às questões análogas.

Com base nesses avanços administrativos, o início do quarto mandato do senador José Sarney na Presidência do Senado marcou sua constante vontade de aprimorar a gestão administrativa do Senado a partir de seu referencial participativo. Essa perspectiva foi explicitada em seu discurso de posse, proferido em fevereiro de 2011:

“Quero o apoio de todos, suas sugestões e propostas. É meu estilo administrar em equipe,

dividindo tarefas e encargos, e convocando todos para trabalhos específicos, sem discriminação. A participação de todos e cada um não só será bem recebida, como é necessária. Estarei sempre à espera de seus conselhos e orientações, com os quais poderemos executar o grande programa que temos pela frente. Perseverarei na modernização administrativa, na qualidade de nossos servidores, na modernização e na criação de novos instrumentos de trabalho, com olhos na moralização, eficiência e inovação.”

Esta perspectiva compartilhada da gestão administrativa concretizou-se, em 2011, por meio da aprovação da Agenda Estratégica da Administração do Senado Federal, um instrumento que visa aperfeiçoar a agilidade, a qualidade e os custos dos serviços prestados pela administração, além de profissionalizar a gestão da Casa. Junto com a Agenda Estratégica foram aprovadas iniciativas e ações com foco não nos setores da Instituição, mas nos seus processos de trabalho.

Em 2011, o Senado implantou também o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, mecanismo que dá suporte às estratégias apontadas pela Agenda e define os elementos organizacionais para identificar e incorporar ao Senado as melhores práticas de gestão pública. Entre os temas prioritários estão: segurança da informação, minimização dos riscos corporativos, avaliação de desempenho de toda a organização, responsabilidade socioambiental, cultura e clima organizacional, otimização de processos organizacionais e gestão corporativa de projetos. Uma das primeiras ações realizadas foi a capacitação de diretores

e assessores em gestão de pessoas alinhada com a estratégia organizacional na busca por resultados.

A atualização do modelo de gestão dos serviços de transporte no Senado Federal promoveu ganhos significativos de eficiência. A mudança no modelo de transporte mediante substituição dos carros dos senadores e dos veículos de serviços gerou uma economia anual de R\$ 3 milhões. Os leilões públicos da antiga frota de veículos próprios renderam R\$ 2,3 milhões.

O Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços, de 2011, obteve maior eficiência e economia com a unificação de contratos de mesma natureza, a renegociação dos custos e a padronização dos procedimentos básicos da gestão.

Destacamos ainda as seguintes iniciativas da administração durante o ano de 2011:

- Instituição de uma política de capacitação dos servidores da Casa, definida pelo Ato nº 10/2011 da Comissão Diretora;
- Implantação do Portal do Gestor, que oferece de forma integrada informações on-line dos sistemas referentes a recursos humanos, tecnologia, equipamentos, processos e demandas, com o objetivo de facilitar e dar agilidade à tomada de decisões na Casa;
- Unificação das cotas de exercício da atividade parlamentar (CEAPS), que reuniu as verbas de passagens e a indenizatória, sendo a cota administrada pelo parlamentar

dentro dos limites de recursos, o que permite maior transparência no uso da verba;

- Economia de mais de R\$ 14 milhões nas compras, em virtude da racionalização de processos e adoção do pregão eletrônico como modalidade prioritária nas aquisições;
- Mudanças no Sistema Integrado de Saúde – SIS, que passou por substancial reformulação, resultando na elevação das receitas em mais de R\$ 6 milhões e na redução das despesas em cerca de R\$ 10 milhões;
- Ampliação do acesso à internet, com repercussão em todos os sistemas e aumento de 150% na capacidade de acessos simultâneos à TV e à Rádio Senado na Internet;
- Desenvolvimento e implantação, pelo Prodasen, de um novo sistema de emendas ao Plano Plurianual (PPA), decorrente dos conceitos e estrutura inovadores do PPA 2012-2015. O sistema foi desenvolvido em pouco mais de dois meses, possibilitando o processo de análise, emenda e votação do PPA.

Tendo a racionalidade como princípio orientador, mas sem esquecer os demais princípios vinculantes da administração pública, instauraram-se frentes de combate à ineficiência e burocracia. Em 2012, a adoção de medidas de racionalização e informatização nos procedimentos administrativos promovidas pela Diretoria-Geral resultou em redução de 63% no número

de documentos protocolados na área de recursos humanos, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa medida trouxe também a redução de 33% na quantidade de papéis impressos.

A introdução de mecanismos de governança corporativa levou a um acompanhamento mais acurado da execução orçamentária do Senado. A partir desses novos procedimentos, evitou-se a disponibilização de informações duplicadas, o que elevava nos anos anteriores a proposta orçamentária da Casa a níveis irrealistas e dificultava as negociações com o Executivo.

Avaliando o êxito orçamentário da Casa, o presidente José Sarney faz questão de ressaltar em discurso que:

“A despesa de custeio do Senado Federal em 2011 foi de R\$ 288,1 milhões, apenas R\$ 1 milhão superior à de 2010, o que significa um aumento nominal de apenas 0,35%, em um período com inflação de 6,5% medida pelo IPCA em 2011. A despesa de pessoal autorizada em 2011 foi de R\$ 2,859 bilhões, enquanto para 2012 a previsão orçamentária é de um gasto de R\$ 2,816 bilhões, com uma redução de 1,5% em relação ao ano anterior.”

A distribuição de *tablets* a todos os Senadores, em 2011, teve por objetivos modernizar e facilitar o exercício da atividade legislativa e política, e permitir economia de papel. A substituição das publicações oficiais impressas (avulsos, diários e ordem do dia) para meio eletrônico proporcionou uma economia de R\$

1.800 mil, por ano, em insumos gráficos — papel, chapa e tinta. O gasto total na aquisição dos novos equipamentos foi de R\$ 188 mil, o que não representa nem o gasto mensal da Gráfica do Senado com a confecção das pautas das comissões permanentes em papel.

Em junho de 2009 o Prodasen e o Interlegis lançaram o portal LexML Brasil. Integrado a um grande projeto internacional, o LexML Brasil é um portal unificado para pesquisa de legislação, jurisprudência e proposições legislativas que criou um novo paradigma de acessibilidade, onde está virtualmente todo o universo de documentos oficiais, com um acervo de 1,5 milhões de registros indexados.

O Boletim de Pessoal do Senado Federal foi criado em 1968, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 1. Em 1992, ganhou nova denominação: Boletim Administrativo de Pessoal, contendo a publicação de todos os atos e fatos relacionados com a Administração de Pessoal do Senado Federal. Em 1996, determinou-se que a publicação do Boletim era de responsabilidade da Subsecretaria de Administração de Pessoal, sob a responsabilidade do Diretor-Geral da Casa.

O fortalecimento na transparência dos Atos Administrativos é uma determinação do Senador Sarney. Em 2009, estabeleceram-se regras rígidas para a publicação de matérias no Diário Oficial da União e no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal do Senado Federal, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 9/2009. Em 2012, o Ato da Comissão Diretora nº 16/2012 aumentou sua transparência, criando duas seções para o documento, uma para a publicação de atos administrativos de

caráter individual, outra para os atos administrativos normativos, de caráter geral, disponíveis na *internet*.

GESTÃO DE PESSOAS PARA O FUTURO

Em seu último discurso de posse como Presidente, o senador José Sarney afirmou:

“Os senhores vão encontrar aqui no Senado Federal um funcionalismo da mais alta qualidade, e o núcleo desse funcionalismo talvez seja dos melhores recursos humanos de que dispõe a administração pública brasileira. (...) Aqui nós temos o Instituto Legislativo Brasileiro para formação dos nossos recursos humanos, com cursos periódicos que asseguram a ascensão nas carreiras da Casa. Temos a Universidade do Legislativo. Tudo isso foi construído, tudo isso foi feito justamente com o espírito de renovação que nós passamos a implantar desde o momento em que aqui cheguei.”

A gestão de pessoas é uma associação de habilidades, métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, com o objetivo de administrar os comportamentos internos nas organizações. Sob a liderança do presidente Sarney, a evolução do antigo conceito de recursos humanos para o novo paradigma da gestão de pessoas provocou a implantação, desde 2009, de grande variedade de programas específicos para o desenvolvimento dos servidores, entre eles a Gestão por Competências, a Lotação Ideal e o Programa de Desenvolvimento Gerencial.

No Programa de Gestão por Competências, os profissionais são vistos como talentos, sendo definidos os perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação à missão do Senado Federal, identificando os pontos de excelência e os pontos de carência, suprimindo lacunas e agregando conhecimento, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis. A competência individual é resultante da utilização dos atributos de competência que o servidor possui: conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com a função desempenhada e essenciais para assegurar o cumprimento da missão institucional. A gestão por competências unificou o modelo de gestão, as políticas e as práticas que compõem os processos da área de recursos humanos: recrutamento e seleção; carreira e sucessão; avaliação de desempenho; planejamento das necessidades de treinamento e desenvolvimento.

O projeto de lotação ideal de servidores do Senado Federal tem como meta obter o perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho das unidades administrativas, determinando o contingente de servidores efetivos e comissionados, colaboradores terceirizados e estagiários. Foi uma das recomendações da consultoria contratada com a Fundação Getúlio Vargas para apoio na Reforma Administrativa. Entre os subprodutos desse projeto, destacam-se o planejamento de concursos públicos para os próximos anos e o levantamento das atividades exercidas pelos servidores comissionados, colaboradores terceirizados e estagiários.

Por sua vez, o Programa de Desenvolvimento Gerencial do Senado Federal — PDG-SF — integra conjunto

de ações educacionais voltadas para a capacitação continuada dos gestores, visando à formação de competências necessárias ao alcance dos objetivos institucionais do Senado Federal. O PDG-SF, de caráter técnico e comportamental, é destinado ao servidor ocupante de cargo ou função de direção ou chefia no Senado Federal. Resulta de parceria entre a Secretaria de Recursos Humanos do Senado, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). Entre os objetivos do PDG estão o desenvolvimento, nas chefias, de competências de liderança e pensamento estratégico e apoio à implantação de um modelo de gestão pública legislativa voltada para resultados. O programa uniformiza o processo de formação de gestores e, com isso, aperfeiçoa a gestão administrativa.

A gestão de pessoas envolve também o adequado recrutamento e a seleção do quadro funcional. Com o advento da Constituição Federal de 1988, os concursos públicos para preenchimento do quadro de servidores passaram a ser uma rotina no Senado Federal. Essa forma impessoal e criteriosa de seleção de candidatos tem contribuído para a manutenção do alto nível de formação e profissionalismo dos servidores da Casa.

Nos últimos 16 anos, o Senado promoveu cinco concursos públicos e aproveitou um concurso realizado pela Câmara dos Deputados. Em 1996, foram providas cinco vagas de analista legislativo na especialidade taquigrafia. Em 1997, 40 vagas de analista legislativo na especialidade comunicação social. Em 2001, a Consultoria Legislativa e a Consultoria de Orçamentos demandaram 25 vagas. Em 2004, dos candidatos aprovados no concurso da Câmara, aproveitou 44 analistas

na especialidade informática legislativa e 40 na especialidade comunicação social. Em 2008, o edital do concurso previa 150 vagas de analistas, técnicos e consultores de orçamento para provimento imediato. Ao todo, foram empossados 409 novos servidores. Tradicionalmente, o número de candidatos convocados para a posse excede o número inicial de vagas oferecidas pelo edital do concurso.

O último concurso, realizado em 2012 para provimento de 246 vagas imediatas nos cargos de técnico, analista e consultor, foi exemplo de transparência e êxito no recrutamento externo. Houve aplicação simultânea das provas em todas as capitais, possibilitando, de forma democrática, a participação de candidatos das cinco regiões brasileiras. Sem custo algum para o Senado, o concurso público renovou o corpo funcional a serviço do trabalho parlamentar. E, ainda, permitiu a formação de cadastro de potenciais novos servidores, além do número de vagas oferecido, com o objetivo de repor aposentadorias vindouras. O resultado final conta com 1.189 candidatos aprovados para o cargo de analista e 202 para consultor. Já foram empossados 274 servidores, dos 285 nomeados até o momento. Até 2014, cerca de 750 servidores do Senado estarão aptos a se aposentar, o que cria a expectativa de próximas nomeações até o fim da validade do concurso.

No que diz respeito aos servidores em exercício, o recadastramento anual dos servidores ativos ocupantes de cargos efetivos e em comissão teve as características de um censo, o primeiro realizado num intervalo de oito anos. No ano de 2009, recadastraram-se 6.272 servidores. Em 2010, os servidores que

não forneceram as informações dentro do prazo estabelecido tiveram seus pagamentos suspensos.

Os dados coletados também subsidiaram as ações dos Programas de Qualidade de Vida, de Acessibilidade e de Orientação Financeira. A seu turno, o cadastramento dos servidores inativos é feito anualmente, na data do aniversário dos aposentados e pensionistas.

A pesquisa de clima organizacional realizada em dezembro de 2009 foi uma ferramenta de informação utilizada para definir estratégias e prioridades de ação na gestão de pessoas. A opinião dos participantes fundamentou a identificação de temas críticos para o corpo funcional e a adoção de novos serviços. São exemplos: o Programa de Preparação para a Aposentadoria, o serviço Alô Servidor e a definição de conteúdo do Programa de Desenvolvimento Gerencial.

A instituição da nova estrutura remuneratória do Senado Federal, por meio da publicação da Lei nº 12.300, de 29 de julho de 2010, alterou o Plano de Carreira dos servidores. Buscou-se a segurança jurídica das parcelas remuneratórias; a estabilização das parcelas permanentes, desvinculando a base remuneratória de funções comissionadas; a equalização das remunerações praticadas no Senado com as demais carreiras similares de Estado; a isonomia entre as áreas e especializações de cada categoria, eliminando diferenciações de padrão de ingresso ou pela existência de funções inerentes ou de investidura, relacionadas ao exercício do próprio cargo efetivo; a valorização das funções de direção, chefia e assessoramento, por meio de sua integralização e da extinção de funções de lotação,

produtividade ou inerentes; e a desvinculação do subsídio parlamentar.

No que diz respeito à concessão de benefícios, foi regulamentado o adicional de especialização, direito dos servidores instituído pela Resolução nº 42/1993. Destinase aos servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal do Senado, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em cursos de graduação, de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, ou em ações de treinamento em áreas de interesse do Senado Federal. O pagamento, iniciado no final do exercício de 2011, enquadra-se nos parâmetros do teto constitucional.

Em sintonia com boas práticas de gestão, a jornada de trabalho, o horário de funcionamento e a prestação de serviços extraordinários foram adequados à realidade atual. A realização de jornadas corridas, plantões e escalas de serviço segundo critérios claros marcou o processo de adequação das jornadas para melhor atendimento às atividades parlamentares. Tornou-se possível adotar turnos de trabalho, assegurando a distribuição racional da força de trabalho durante todo o período de funcionamento do Senado Federal, o que contribuiu, também, para equacionar o problema da habitualidade na prestação de serviços extraordinários. Em 2010, os gastos com pagamento de horas extras foram da ordem de R\$ 42 milhões. Em 2011, após a adequação, esse valor caiu para R\$ 7 milhões.

O pronunciamento do senador José Sarney na ocasião da posse em seu quarto mandato traz essas informações:

“Na área administrativa, tivemos a redução de 51% das funções comissionadas — mais de duas mil; reforma nos contratos de fornecimento de mão de obra; fizemos a regulamentação do Boletim Administrativo de Pessoal eletrônico com a determinação de publicação de diversos atos no Diário do Senado Federal e no Diário Oficial da União; o recadastramento de todos os servidores do Senado Federal e a implantação do Plano de Carreira valorizaram os servidores; as horas extras tiveram uma queda de aproximadamente 90%.”

Além disso, o ponto biométrico para todos os servidores da área administrativa e legislativa substituiu o ponto eletrônico pelo computador. O sistema biométrico minimiza a ocorrência de fraudes no controle de frequência de servidores, além de permitir menor informalidade e garantia da disponibilidade da força de trabalho no período de expediente.

Contudo, nenhuma dessas iniciativas poderia surtir efeito sem a manutenção de uma política de capacitação constante de todos os servidores. Por isso, em 1997 o Senado Federal, ainda sob a presidência de José Sarney, criou a escola de governo do Poder Legislativo, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). A determinação de criar o ILB já estava expressa em 1995, nas diretrizes da reforma conduzida pelo presidente. Ao ILB compete conceber, formular executar e avaliar as atividades de formação, treinamento e capacitação de recursos humanos, inclusive de nível estratégico (consultores e gerentes) do Senado Federal, do Prodasen e do próprio Instituto, e elaborar

programas de estudos avançados em convênio com outros parlamentos.

Após 15 anos de existência, o ILB faz muito mais que isso. Mediante uso de novas tecnologias e criação de cursos de ensino à distancia, transcendeu as barreiras físicas do complexo arquitetônico do Senado ao atingir a marca de 300 mil alunos matriculados nos últimos 30 meses. Os cursos foram realizados em mais de 70 países, incluindo todos os que adotam a língua portuguesa. Atualmente, o Instituto oferece quase 100 cursos livres, sendo 70 presenciais e 25 à distância.

A partir de 2003 o ILB realizou programa para alfabetizar funcionários terceirizados do Senado Federal. O programa treinou voluntários para alfabetizar, gratuitamente, os terceirizados. Por ocasião do encerramento da quarta turma do curso de alfabetização de empregados terceirizados, Sarney declarou: *“Hoje podemos comemorar ao ver muitos dos que trabalham nesta Casa serem incluídos entre os brasileiros alfabetizados. Isto é muito importante e muito significativo para todos nós”*.

Em 2004, ocorreu a criação do Centro de Integração de Estudos do Legislativo, cuja finalidade é estabelecer a política de atuação e coordenar a administração da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis (SSEPI). Em novembro de 2012, o ILB recebeu autorização do Ministério da Educação para oferecer cursos de especialização aos servidores da Casa. A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aprovou por unanimidade o credenciamento do ILB para a oferta de “cursos

de pós-graduação *lato sensu* em regime presencial”. A decisão tem validade por três anos. A partir de 2013 o ILB, em conjunto com a Unilegis, oferecerá especialização em Administração Legislativa, Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo.

Pensar o futuro significa também estabelecer contato com a vanguarda acadêmica, mediante intercâmbio de conhecimentos aplicados às missões institucionais do Senado. A instituição de Comissão responsável pelo planejamento, coordenação e realização de seminários que promovessem o debate acerca dos desafios das democracias modernas, das crises financeiras e da cultura culminou na realização periódica de seminários, atendendo à necessidade de intensificar a discussão sobre valores e princípios, ajustando-os às contingências históricas.

Esses eventos receberam o nome de Fórum Senado 2012. Provocaram debate acerca das inquietações atuais referentes à separação entre a formação humanística e a ação política, da velocidade na utilização econômica das descobertas científicas, da relevância da legitimidade como atributo histórico do poder político e da importância, para o processo legislativo e para cidadania, de fomentar a reflexão e o debate sobre questões que interferirão na configuração das instituições, das práticas, das decisões e das concepções de mundo. Essa aproximação do Senado Federal com a produção filosófico-científica aprimora práticas e processos sócio-políticos, garantindo ao corpo funcional e à comunidade em que o Senado se insere subsídios para melhoria contínua.

A gestão de pessoas do Senado trabalha o capital intelectual dos servidores da Casa. A formação de excelência dos

colaboradores nas dimensões técnica e gerencial é imprescindível à boa gestão legislativa.

AÇÕES CULTURAIS E SOCIOAMBIENTAIS

“Precisamos todos incorporar em nossos conceitos esse, fundamental, de não considerarmos uma parte da sociedade melhor ou superior à outra.” – José Sarney

A adoção de políticas e ações culturais e socioambientais é pressuposto de qualquer organização contemporânea e uma preocupação do senador José Sarney desde o seu primeiro mandato na Presidência do Senado Federal, em 1995. Essas ações impactam a produtividade dos servidores, colaborando para a melhoria do clima organizacional, mas, principalmente, impactam a efetividade do Senado e a sua relação com a sociedade.

A igualdade é um princípio e uma prática que valoriza a diversidade e se manifesta nas ações cotidianas no ambiente do Senado Federal, especialmente desde 2007, quando foi instituído o Programa de Acessibilidade. Como participante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, em parceria com o Poder Executivo, o Senado tem realizado grande investimento, desde 2011, em atividades que buscam a promoção da igualdade de tratamento e oportunidade entre homens e mulheres no trabalho.

O programa visa minimizar as desigualdades existentes no Senado Federal, através do aperfeiçoamento dos mecanismos de combate às práticas discriminatórias (sexo, raça, etnia, estado

gestacional e orientação sexual), do impedimento da ocorrência de assédio moral e sexual, bem como da sensibilização de forma abrangente, em benefício do equilíbrio nas relações interpessoais.

Defensor desde jovem da igualdade racial, o presidente José Sarney reafirmou seu compromisso com a causa em 2012, ao determinar que o Senado participasse da campanha nacional “Igualdade é Pra Valer”, que prevê a realização de iniciativas educacionais pelo fim do racismo e discriminação étnico-racial no Brasil.

No campo da acessibilidade foi lançado o Programa de Apoio ao Deficiente, destinado aos servidores com necessidades especiais, envolvendo suas limitações pelos aspectos biopsicossociais, no contexto laboral. Seu antecessor foi o Programa Senado Inclusivo, criado em 2005 para tornar o Senado Federal uma instituição modelo em ações para promover a acessibilidade como um todo. Com isso, mais um passo importante foi dado para a implantação de uma estrutura física e administrativa voltada para as questões das pessoas com deficiência.

O Senado Inclusivo é um programa administrativo, gerido por um grupo de servidores, que promove a realização de adequações físicas e nos meios de comunicação da Casa; mantém um serviço de apoio equipado e treinado para recepcionar e conduzir pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais; gerencia o serviço de interpretação em LIBRAS; e promove a divulgação de publicações impressas em braile e gravadas em MP3. Em 2012 ocorreu a ampliação da tiragem de obras em braile editadas pela Gráfica do Senado Federal, a fim de atender a

demanda de bibliotecas e de instituições que atendem deficientes visuais em todo o país.

No campo cultural, Sarney criou em 1996 o Coral do Senado, composto por servidores em atividade e aposentados. O Coral do Senado já realizou diversos concertos que se destacaram no Brasil e no exterior. Entre eles, os concertos de gala realizados tradicionalmente no Teatro Nacional – Sala Martins Penna. Além disso, apresentou-se em diversos encontros e festivais nacionais e internacionais.

O presidente também tomou a iniciativa, em 1997, de criar o Conselho Editorial do Senado Federal para editar obras de valor histórico e cultural que pudessem colaborar para a compreensão do desenvolvimento político e social do país. O Conselho é responsável pela interface entre a produção do Senado e o público.

A produção editorial do Senado contribui para o preenchimento da lacuna deixada pelo mercado livreiro, ora lançando obras inéditas, ora republicando outras que estão fora do catálogo comercial das editoras. São mais de 210 títulos, além de obras em regime de coedição com outras entidades da administração pública. Desde 1996, o Senado Federal participa das principais feiras de livros realizadas no Brasil.

Para facilitar ainda mais o acesso ao acervo editorial, em 2009, foi criada a Livraria do Senado, que disponibiliza, inclusive pela internet, 369 títulos ao cidadão. A livraria comercializa os livros publicados pelo Conselho Editorial do Senado, os impressos editados pela Subsecretaria de Edições Técnicas e as obras em multimídia. Todas as publicações são vendidas a preço de custo

na Livraria do Senado e podem ser adquiridas também por meio da livraria virtual, que pode ser acessada no site ou por telefone. A livraria também disponibiliza leis aprovadas pelo Congresso Nacional com maior apelo popular, como o Código de Defesa do Consumidor, o Código de Trânsito Brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as leis ambientais.

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho abriga uma coleção de oito mil obras raras. A aquisição do valioso acervo do senador baiano foi iniciativa do presidente José Sarney em 1996. Em 2003 teve início a restauração e conservação de obras raras, que já totalizou a recuperação de 2.500 obras de inegável valor histórico para o País. Com o objetivo de tornar esse acervo disponível à população, a Biblioteca do Senado está digitalizando as principais obras raras de seu catálogo.

Hoje, são 885 títulos disponíveis ao cidadão por meio da internet. Da mesma forma, o projeto Biblioteca Digital, iniciado em 2004, tem o objetivo de reunir e disponibilizar para consulta da população todo o conteúdo de informação institucional do Senado. O acervo digital da Biblioteca, que é composto por mais de 222 mil documentos, teve quase cinco milhões de acessos em 2011.

Documento organizado e preservado é documento acessível. Com base nessa premissa, desde 1995, o Arquivo do Senado vem se atualizando por meio de um processo contínuo de renovação física e de procedimentos arquivísticos. Responsável pela guarda, preservação e acesso aos documentos produzidos pelo Senado desde o Império, o seu acervo está entre os mais importantes do País. Desde 2009, já realizou mais de 32 mil

pesquisas para atender ao público em geral. Em 2011, o Programa de Ação Educativa trouxe cerca de 1.400 alunos de escolas públicas ao Senado para conhecerem um pouco mais sobre a história do legislativo.

Igual importância recebeu a documentação multimídia referente às sessões legislativas. Registrar a atividade parlamentar das sessões plenárias e reuniões das comissões parlamentares é parte das atividades da TV Senado desde a sua inauguração em 1996. A evolução tecnológica permitiu que, de forma estruturada, todo esse contingente de informações históricas em áudio, vídeo e foto fosse integrado e armazenado em formato digital pelo Centro de Documentação Multimídia do Senado Federal, criado em 2005. Para garantir maior acesso da sociedade ao conjunto de informações produzidas durante as sessões legislativas, desde 2012, o acervo digital está disponível para consulta e download.

Preocupado com a preservação do patrimônio arquitetônico, o presidente José Sarney tomou a iniciativa de disciplinar a fixação de peças publicitárias nas áreas externas do complexo imobiliário abrangido pelo Senado Federal. A partir do Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2011, ficou estabelecido que os processos que envolvam a colocação de qualquer tipo de peça publicitária, tais como painéis, faixas, placas e cartazes, somente poderão ser autorizados pelo presidente do Senado Federal, em caráter excepcional.

Além disso, no final de 2010 teve início o Projeto de Reforma do Plenário, que compreendeu a realização de limpeza e manutenção das 135 mil plaquetas de alumínio anodizado que são afixadas no teto do Plenário. Essas placas são de autoria

de Athos Bulcão, um dos principais colaboradores de Oscar Niemeyer. Após a limpeza, as placas foram recolocadas em seu suporte por meio de novo sistema, para garantir mais segurança aos usuários do local. Além disso, as lâmpadas do Plenário foram substituídas por outras de LED. Essa nova tecnologia garante a iluminação com expressiva redução de gasto com energia elétrica.

TRANSPARÊNCIA

A modernização, privilegiando a transparência e o acesso à informação, é marca do presidente Sarney no Senado. Há mais de 30 anos, o Prodasen foi implantado como instrumento de democratização da Casa. E foi em Plenário que, à época, como senador, José Sarney propôs a organização de comissão — da qual foi membro — para estudar a criação de um centro de dados de informação para modernizar o Parlamento, origem da hoje Secretaria Especial de Informática.

Em 1995, como presidente da Casa, criou o Alô Senado, assim como o sistema de comunicação e o Conselho Editorial. Sarney implantou ainda, por meio do Prodasen, o primeiro portal do Senado, disponibilizando informações ao público. Desde então, sua gestão incorpora, cada vez mais, elementos da democracia direta.

Em 2011, o Portal do Senado registrou a marca de 26 milhões de acessos. Em média são 750 mil acessos por mês, em especial ao Portal da Transparência. Ele contém as remunerações e os subsídios recebidos pelos parlamentares desde 2012. Apresenta os gastos com a cota para exercício da atividade parlamentar dos

senadores (CEAPS), que integra a antiga verba indenizatória mensal e o valor correspondente a cinco passagens mensais de ida e de volta da capital do estado de origem do senador a Brasília.

Também podem ser consultadas as listas de servidores efetivos e comissionados, as licitações e os contratos realizados pela Casa. A adoção do *cartão de pagamento* como forma de execução dos gastos com suprimento de fundos pelas unidades administrativas, em 2012, também disponível no Portal da Transparência, foi uma referência para a modernização administrativa e a prestação de contas públicas pelo Senado.

Em maio de 2012, antes mesmo da entrada em vigor da *Lei de Acesso à Informação*, o Senado Federal colocou à disposição da sociedade o *Serviço de Informação ao Cidadão – SIC*, para atender as demandas da população por informações produzidas na Casa. Criou, também, a *Comissão Permanente de Acesso a Dados e Informações*, encarregada de assessorar a direção da Casa e definir a classificação dos documentos produzidos pelo Senado, além de responsável pelo acesso e a salvaguarda dos documentos sigilosos da Instituição.

O SIC integrou as demais áreas de relacionamento já existentes no Senado, como a Biblioteca, a Ouvidoria Parlamentar e o Alô Senado. A Casa já contava com uma infraestrutura de atendimento, o que possibilitou que o serviço fosse oferecido sem custos adicionais. Mensalmente, são recebidos cerca de 300 pedidos variados de informações administrativas, legislativas e parlamentares.

O Portal e-Cidadania oferece com total transparência quase que a totalidade das informações existentes dentro do

Senado, inclusive administrativas e orçamentárias, por meio dos “Dados Abertos”.

O Programa Interlegis busca a modernização e a integração do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal e a promoção da maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Os meios utilizados são as novas tecnologias de informação — internet, videoconferência e transmissão de dados —, que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as Casas Legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo. Em 2012, o Interlegis está lançando o domínio “.leg”, que será usado pelas casas legislativas na internet.

A internet, pela sua agilidade, pela sua abrangência e rapidez, apresenta um perfeito método de adoção de novas práticas que asseguram uma maior participação do indivíduo e da cidadania. Ao longo de todos esses anos, o Prodasen tem contribuído para a modernidade administrativa da Casa e maior interatividade com a sociedade, criando instrumentos e ferramentas que permitem o diálogo entre o cidadão e os parlamentares. O Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1996, de maneira inovadora para a época, permitiu a cada parlamentar a manutenção de uma página eletrônica vinculada à página institucional do Senado Federal. As informações publicadas trazem a biografia do parlamentar, suas atividades legislativas, seus posicionamentos e opiniões sobre assuntos de interesse público, cabendo a cada gabinete a responsabilidade em relação ao conteúdo divulgado. Em 2005, a implantação do Gabinete 24 Horas deu aos senadores acesso

à Internet e aos dados armazenados nos computadores da Casa onde quer que estejam.

Em 2004, ocorreu a modernização do Plenário e a criação da Ordem do Dia Eletrônica, uma novidade que abriu para a sociedade e para os senadores a pauta do Senado, ou seja, as matérias que são votadas em Plenário. Instituiu-se grupo de trabalho encarregado de avaliar os processos e sistemas de provimento de informações pertinentes à ação legislativa, diagnosticando sua atual situação, sua integração com outros bancos de dados e sistemas existentes e em fase de desenvolvimento, os processos de alimentação, recuperação e gerenciamento de informações e as possibilidades de adequação a eventuais atualizações tecnológicas, formulando, em seu relatório, as sugestões que considerar cabíveis.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A COMUNICAÇÃO A FAVOR DA TRANSPARÊNCIA

No dia 1º de fevereiro de 1995, ao assumir a presidência do Senado Federal pela primeira vez, o senador José Sarney começou a indicar por quais caminhos iria trilhar a sua administração, sobretudo no segmento comunicação. Em um dos trechos iniciais do seu discurso ele já asseverava:

“Os parlamentos atravessam a maior crise da história. Hoje se questiona, no mundo inteiro, a sua legitimidade. Com o surgimento de um novo interlocutor da sociedade democrática — a opinião pública —, que veio para ficar, expressa pela mídia e pela sociedade civil organizada, o eleitor também ficou prisioneiro desse sistema e passou a ser um refém do universo da comunicação”.

Continuou: “Como reação e na esteira dos novos tempos, criou-se no Brasil não somente instituições formais democráticas, mas algo extraordinário e que é tão bom para o País – criou-se uma democracia participativa e virtual, que se

derrama num sistema de capilaridade em todo o tecido social, na extraordinária vitalidade das milhares e milhares de associações, federações, clubes, grupos comunitários e corporativos que agregam poder político...”A mídia modernizou-se, os meios de comunicação de massa tomaram um espaço dominante como intermediadores entre o povo e o poder político...”“É necessário, neste instante de transformações históricas, salvar o Parlamento do desprestígio, recolocá-lo perante a Nação no seu intocável lugar de cúpula do sistema democrático, sendo para o povo o seu grande instrumento de igualdade, onde todos podem questionar os governos, fiscalizá-los, acompanhá-los e denunciar desde os próprios parlamentares até os menores erros que existam dentro da sociedade”.

Os conceitos que expressava situavam-se em um rico momento histórico, pós Constituinte de 88 e quando o Brasil buscava de forma libertária e até experimental criar caminhos novos ao desenvolvimento, mas também já era o prenúncio da preocupação de um homem público calejado que almejava a consolidação de instituições republicanas fortes e, entre elas, como não poderia ficar de fora, aflorava o próprio Senado Federal, que, secular, foi um dos pilares constitutivos mais importantes da nacionalidade brasileira.

A partir do discurso, o Senado começava a ser preparado para, depois de 170 anos, dar um grande salto em direção ao futuro na área da comunicação, quebrando paradigmas antigos e colocando o processo parlamentar como centro real do interesse público, transformando-o em notícia de fato, agora já sem a inevitabilidade da intermediação de terceiros, ele mesmo

se apresentando de forma direta e ao vivo aos cidadãos. Antes de 1995 — ano marcante para a comunicação parlamentar —, por questões históricas e políticas, o Senado não aproveitara todas as possibilidades abertas pelo jornalismo e pela fotografia, e utilizou timidamente as conquistas da TV e Rádio. Como utilizara com a mesma timidez outros recursos da comunicação como a pesquisa, o marketing e a relações públicas. A partir de 95 a história do Senado passou a ser contada de outra maneira, a Casa voou para o futuro.

Começava a ficar para trás o tempo em que as mídias privadas, com suas abordagens jornalísticas unilaterais, embora legítimas em sua função, levavam os poderes da República a crises às vezes incontornáveis. No novo tempo, no caso o Senado, passou a falar diretamente ao cidadão e esse ganhou a possibilidade de comparar os fatos transmitidos ao vivo na Casa com as versões do conjunto da mídia comunicativa.

Logo depois da posse do presidente, o Plenário, entre outros temas, discutiu em reunião fechada uma proposta para a criação de uma nova comunicação, apresentada pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita.

Pouco depois, a presidência da Casa, em conjunto com a Comissão Diretora¹³, cria grupo de trabalho destinado a mapear a estrutura administrativa de todas as áreas do Senado com vistas a implementar medidas de modernização, principalmente aquelas que pudessem imprimir eficiência e coibir os vícios do parasitismo no serviço público e na atividade legislativa. Das quatorze diretrizes, uma definia que as mudanças deveriam prever a possibilidade de “uso amplo da pesquisa, da informação

e das redes de dados” para subsidiar o trabalho dos senadores. Após alguns meses formou-se uma Assessoria Especial de Modernização, vinculada à presidência da Casa¹⁴, para iniciar a implantação das medidas propostas pelo primeiro grupo. Medidas necessárias para preparar a base de uma política de comunicação moderna para o novo Parlamento que se descortinava.

Uma das conclusões da comissão estabelecia o espaço que a comunicação deveria ter na nova estrutura administrativa do Senado, coerentemente também com a percepção geral de que tal deveria guardar simetria com um país que se redemocratizava:

“No atual contexto político e socioeconômico do país, caracterizado por uma série de mudanças que se avizinham, o Senado Federal tem uma atuação destacada que muitas vezes não chega ao conhecimento da opinião pública. Como os jornais têm procurado noticiar apenas versões sensacionalistas, quase nunca condizentes com o que realmente ocorre no Legislativo, a Secretaria de Comunicação Social passa a ter um papel fundamental na divulgação dos trabalhos da Casa. O bom desempenho de suas funções vem a ser um dos requisitos para que o Senado retome a imagem de local de trabalho sério, condizente com as expectativas da sociedade. (Levantamento de dados e sugestões para subsidiar o Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, 1995, 82).

Esse e outros conselhos foram atendidos, pois em um período de dois anos, todos no limite de mandato do presidente Sarney, foram criados oficialmente: a TV Senado (em junho de 1995), a Rádio Senado (em fevereiro de 1996), e o Jornal do Senado (em novembro de 1996), Agência Senado e Supres (ambas em 1997). É bem verdade que antes da formalização da estrutura, muitos serviços da comunicação já tinham sido implantados no início de 1995.

Havia a percepção jornalística de que a grande mídia não cobria bem a atividade legislativa nem aproveitava adequadamente o material produzido pelos serviços de comunicação então existentes, muitos deles ainda informais.

AGIR COM RESPONSABILIDADE

Um fato histórico a ser apontado na revolução que o Senado Federal começava a adentrar é que as decisões que viriam a se materializar na área da comunicação não nasceram de arroubos administrativos ou políticos. Tomando por base as determinações do presidente Sarney, foram implementadas iniciativas para que as propostas da nova estrutura de comunicação se originassem a partir de formulações técnicas adequadas, em consonância com a capacidade financeira do Senado e com o próprio estágio da tecnologia disponível, no país e no exterior.

Um grupo de servidores foi ver de perto experiências em outros países, com foco no parlamento dos Estados Unidos. Foi ainda organizado, com o apoio do presidente, um conjunto de seminários naquele mesmo ano de 1995, que se transformaram

em uma espécie de coletor de ideias, métodos e tecnologias que cercavam o feito de criação do sistema de comunicação da Casa. O evento que reuniu especialistas em marketing e publicidade, jornalistas da Casa e da imprensa privada, assessores de imprensa e senadores balizou caminhos, sustentou técnica e conceitualmente as decisões que estavam sendo adotadas naquele contexto.

As discussões ocorridas nos seminários, organizados pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, que viria a liderar a criação dos veículos novos, foram pautadas por uma diretriz que espelhava o ideal semeado pela redemocratização do Brasil e fomentado pela nova Constituição: a de uma comunicação a serviço da cidadania. Dizia mais, que a possibilidade de qualquer pessoa poder conferir diretamente na fonte e ao vivo a atividade parlamentar seria “fator de aprimoramento do sistema democrático e do processo legislativo”, uma vez que esse acompanhamento induziria a uma maior qualidade das decisões políticas (SECS, 1999, 9).

O secretário de Comunicação do Senado naquele período, Fernando César Mesquita, garantia no evento que, entre as tarefas do sistema de comunicação da Casa, estaria a de “antecipar a informação”. Reafirmando as determinações do presidente, Mesquita se encarregou de descartar vários dos receios manifestados durante o seminário, como o de que os serviços iriam causar o desemprego, ou de que as coberturas seriam manipuladas para prejudicar um ou outro, ou ainda, que a responsabilidade por resgatar a imagem arranhada da instituição estaria a cargo da comunicação social. Ou seja, o sistema de comunicação, como queria Sarney, nascia com o compromisso

de gerar informação com credibilidade para a sociedade e não para corrigir espasmodicamente a imagem do Senado ou dos parlamentares.

Os VEÍCULOS

O Jornal do Senado já havia começado a circular, em caráter experimental, em 04 de maio de 1995, em formato A4, em preto e branco, quatro páginas e uma tiragem de 1.500 exemplares, que eram distribuídos no Congresso Nacional e nos órgãos oficiais dos Três Poderes. Ele se tornou o órgão oficial do Senado em Ato da Mesa editado em novembro de 1996, porém antes disso já havia avançado e contava com uma tiragem de 20 mil exemplares distribuídos em todo o território nacional. Seguiu, por remessa gratuita para cerca de 5.000 prefeituras, para as assembleias legislativas, para os governadores de estado, para os órgãos do governo federal, para órgãos de imprensa de todo o país e ainda para aeronaves.

A Rádio Senado, que produzia o material noticioso para A Voz do Brasil, começa a se organizar para transmitir, na íntegra e ao vivo, os debates ocorridos nas comissões e no Plenário. Neste primeiro ano de 1995, ainda não formalizada por projeto de Resolução, a Rádio Senado alcançava um raio de 150 km a partir de Brasília.

A TV Senado, por sua vez, calçada na Lei de Cabodifusão, começa também experimentalmente a fazer suas transmissões em 5 de fevereiro de 1996, contando com uma equipe de dez jornalistas. O sistema da TV foi montado com

base na televisão legislativa dos Estados Unidos da América, chamado C-SPAN. Na estreia, o sinal da TV Senado alcançava, além do Distrito Federal, outras 45 cidades brasileiras. Passadas três semanas, a TV Senado tem sua transmissão distribuída igualmente pelo sistema de parabólica.

Um resumo informativo encaminhado à época aos senadores pela jornalista Marilena Chiarelli, que liderou a instalação da TV Senado, explicita a mesma visão:

Temos que nos lembrar que as sessões estarão ao vivo, para todo o país, o que implica numa enorme possibilidade de transparência para com o eleitor, tanto para o bem como para o mal. Por exemplo, quando um Parlamentar estiver dizendo algo indecoroso, como já aconteceu, não vai haver a possibilidade de se cortar o som, como a Mesa pode fazer agora: tudo estará indo ao ar (SECS, 1995, 03).

No mesmo documento, a jornalista informava detalhes técnicos e de conteúdo sobre o projeto. Entre outros, o de que o sinal da TV não seria fechado, para permitir que outras emissoras e também os usuários de parabólicas — estimados em três milhões na época — pudessem sintonizar o sinal do Senado. Como a Casa não dispunha de fibras óticas suficientes, explicava ela que apenas as sessões do Plenário seriam transmitidas ao vivo, enquanto as das comissões seriam pré-gravadas. Chiarelli aproveitava para pedir que o Senado concedesse estrutura — de recursos humanos e logísticos — para o novo serviço que surgia como a “vitrine do Senado”.

O serviço informal e responsável até então pelo boletim de notícias denominado 'O Dia no Senado', distribuído via fax para os principais jornais e emissoras de televisão de todo o país, sendo esse material também a base de alimentação do STM-400 da Embratel para os cerca de 14.000 usuários de microcomputadores do país, começa a ser reorganizado em novas bases e adota a nomenclatura Agência Senado, que viria a ser formalizada em janeiro de 1997, ainda na gestão de Sarney. Com a substituição na redação das poucas e remanescentes máquinas elétricas por computadores pessoais, a admissão de novos jornalistas concursados, e a consolidação dos demais veículos de comunicação da Casa, todo o noticiário escrito passa a ser publicado na novata internet.

Durante a realização dos seminários de comunicação já aludidos publicou-se a primeira matéria da Agência Senado pela rede mundial de computadores, sob o título "Pesquisa de opinião pública é tema de palestra no Senado", no dia 06 de junho de 1995. Poucos dias depois, em 20 de junho, foi a vez dos senadores conhecerem os recursos da nova mídia, em reunião com a presença do presidente do Senado, quando o Prodasen explicou as possibilidades da Internet.

O caráter quase visionário desse evento, o da publicação de notícias pela Agência em plataforma absolutamente virtual, não pode ser desprezado, já que, de acordo com os dados oficiais e pesquisas sobre a Internet, 1995 pode ser considerado o ano em que esta rede de computadores entrou para o âmbito comercial no país, que é também o momento de criação do Comitê Gestor de Internet (CGI). Na prática, dessa vez o Senado não perdeu

o chamado bonde da história e se tornou contemporâneo das tecnologias que então adentravam o mercado.

Há que anotar ainda, como ação de abertura da Casa nesse mesmo período, a inauguração oficial do programa de visitação ao prédio do Senado. Naquele ano, foram contabilizados 8.455 visitantes brasileiros e estrangeiros. O programa foi ampliado, permitindo-se os passeios pelo Senado aos finais de semana. Em pouco tempo, o quantitativo de visitantes nesses dias atingiu o número de visitantes total de um mês em que não havia visitação no final de semana. Uma nova Relações Públicas começava a emergir.

Na área da tecnologia, já em 1996, como a Internet insistia em se espalhar de maneira significativa pelo mundo, o presidente do Senado instituiu uma comissão¹⁵ para traçar uma política uniforme para a Casa acerca da divulgação de informações pela rede mundial de computadores. Esse aspecto tem também particular interesse para a área de comunicação, pois que mais adiante todos os veículos da Casa vão se replicar em sites da Internet.

O sucesso que fazia a nova e pioneira estrutura de comunicação do Senado foi sentido em outras esferas dos poderes públicos. O próprio deputado Aécio Neves, que em 2001/2002 assumiu como presidente da Câmara dos Deputados, incluiu em sua campanha ao cargo a promessa de seguir os passos do Senado e criar na Câmara uma rede própria de comunicação.

Em janeiro de 1997, último mês de seu primeiro mandato como Presidente do Senado, José Sarney cuidou de deixar consignado na Lei, todas as grandes transformações que

havia imprimido nos diversos setores da Casa, em especial na área de Comunicação. Foi editada a Resolução nº 09, de 29 de janeiro de 1997, estabelecendo o novo Regulamento Administrativo do Senado Federal. A estrutura de comunicação também passou a ter seu funcionamento regulamentado, o que permitiu que a Rádio Senado, a TV Senado e Agência Senado passassem a constar oficialmente e com suas respectivas denominações nos documentos da Casa.

Mais uma ação da presidência do senador José Sarney do ano de 1997 e que também constava da mesma Resolução remete à criação da Subsecretaria de Projetos Especiais, a Supres, que nasce com o objetivo de cuidar das atividades promocionais e institucionais do Senado. O novo serviço, integrante da SECS, iria se dedicar ao marketing institucional de todos os órgãos do Senado. Com a tarefa de criar, planejar campanhas internas e externas, esse núcleo vinha para organizar e assumir tarefas dispersas de criação publicitária e de produtos audiovisuais que existiam na Casa.

Outra ação, esta materializada por ato¹⁶ do diretor da SECS, criava o Conselho Editorial e Administrativo da Secretaria, evidenciando o incremento que o setor ainda teria nos próximos anos. O Conselho deveria ter o papel de padronizar a programação, discutir linha editorial e ainda definir um *ombudsman* para avaliar a qualidade dos serviços de comunicação da Casa.

Em fevereiro de 2003 o senador José Sarney é eleito para conduzir o Senado pela segunda vez. Em seu discurso de posse o parlamentar demonstra que tinha a percepção de que a imagem dos políticos continuava a ser questionada:

“A democracia representativa, de que somos agentes e eleitos, está sob forte contestação. Contestam-se seus valores e muitos já apontam o rumo da democracia direta. A sociedade da informática modificou completamente as mentalidades, os hábitos, os costumes. Nosso pensar, baseado num sistema mecanicista de causa e efeito, foi abalado pelo conceito de rede... O Estado tradicional é substituído pelo estado em rede, construído a partir da mundialização do capital, da multilateralização dos poderes institucionais e da descentralização das autoridades” (SARNEY, discurso em 01/02/2003).

E também se percebe em suas palavras que Sarney estava conectado aos avanços tecnológicos que alteravam de forma irreversível o mundo.

“Uma diabólica máquina composta de fios e de um teclado – o computador – conecta todo o mundo e instantaneamente fornece informações, milhões de dados se avolumam a cada segundo, sem um centro organizador e produtor, nessa teia sem limites... Isso afetou a política. É indispensável estarmos preparados para essa nova realidade”

A informática já dominava todos os setores de atividades do Senado.

Na comunicação, uma das primeiras inovações em relação aos veículos aconteceu no Jornal do Senado, que passou a

ser impresso em cor a partir de 28 de maio daquele ano. Depois de 1.705 edições, o informativo da Casa saía em cores e em papel offset.

A percepção da necessidade de uma maior abertura do Senado para os questionamentos da sociedade motivaram, em dezembro de 2004, a criação da então Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública, a Sepop. A ela se vinculou o Alô Senado, serviço que permitiu uma maior interação entre o cidadão e os senadores. Fundamentada no conceito de Gestão de Relacionamento com o Cidadão, a Sepop completava um ciclo completo concebido em linhas gerais em 1995.

Nessa mesma época, para fazer frente ao crescimento da internet em todo o mundo, o Senado cuidou de providenciar uma legislação¹⁷ específica para regular a estrutura, a elaboração, e a administração do sítio do Senado Federal na Internet. Tal medida visava, entre outros objetivos, realizar a interatividade (termo que passava a caracterizar um novo conceito na comunicação social) entre os senadores e a sociedade, tornando mais transparentes e acessíveis ao grande público as informações sobre as atividades da Casa. Além da Agência Senado, cujo uso da Internet é peculiar ao serviço que presta no contexto da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, todos os demais veículos – Rádio, Jornal e TV – inauguram suas páginas eletrônicas na rede mundial.

Em dezembro de 2004 ainda, apenas dois meses antes de encerrar seu mandato na presidência do Senado, José Sarney inaugura os novos estúdios da TV Senado e anuncia para o ano seguinte o início das transmissões da emissora em sinal aberto

(UHF) em cinco grandes cidades. Também anuncia o rápido processo de inclusão digital por que passavam todos os serviços da Casa e os veículos de comunicação, em especial a Agência Senado, que fechou aquele ano com um milhão de acessos.

TRANSPARÊNCIA E INTERAÇÃO

Em fevereiro de 2009, José Sarney foi eleito pela terceira vez para comandar os trabalhos do Senado. Dessa vez, em seu discurso de posse, Sarney não apenas agradeceu a confiança dos que votaram nele, mas respondeu aos que criticaram sua participação na disputa em função de sua elevada idade. Citou o fato de ter sido o primeiro governador a levar o computador para o Nordeste e de ser o responsável pela criação de cada uma das unidades da comunicação do Senado, lembrando seu compromisso com a transparência:

“Eu criei o sistema de mídia justamente para quê? Para a transparência. Há maior transparência do que essa, do que o Brasil inteiro me ouvir aqui e ouvir os Srs. Senadores, dia e noite, através da televisão? Há maior transparência do que a nossa mídia aqui, o nosso portal, recebendo mais de um milhão de mensagens de integração com o povo brasileiro, o povo dizendo o que pensa dos senadores, do que aqui se debate, o que os senhores todos recebem? Há maior transparência do que isso?” (SARNEY, discurso em 01/02/2009).

Em seu discurso, José Sarney enfatizou que “não perdia a vontade de se atualizar, de sempre olhar para frente, e de ser sempre um homem que busca e que tem o grande sentimento do valor da inovação”. E mesmo que o Senado estivesse enfrentando uma de suas maiores crises de credibilidade, especialmente no tocante à sua estrutura administrativa, no campo da comunicação as inovações continuavam a avançar sempre na perspectiva de levar o Senado a sociedade e abrir a ela o poder de interagir com o processo legislativo.

Em fevereiro daquele ano, o Jornal do Senado mudou para o formato tabloide alemão, proporcionando mais espaço para publicação de matérias.

A Secretaria de Projetos Especiais realizou, em 2009, 16 campanhas publicitárias, várias delas voltadas para melhorar a imagem da instituição. Em julho, a TV Senado ampliou para quatro seu número de canais em que as pessoas podiam acompanhar pela Internet e em sistema de multiprogramação a transmissão ao vivo da emissora. Nesse ano foi inaugurada mais uma TV Senado no país, desta vez em Cuiabá, no Mato Grosso, que também ganhou uma emissora da Rádio Senado. A Agência Senado, antecipando a reforma administrativa da Casa — um dos itens mais cobrados pela mídia e pela sociedade naquele ano —, iniciou um processo de integração de várias áreas em comum com o Jornal do Senado, com destaque para a infografia e o webdesign. Ainda nesse ano, com vistas à maior transparência, visibilidade e interatividade com a população, a Agência ensaiou os primeiros movimentos para a entrada da comunicação do Senado nas redes sociais. O Alô Senado, por sua vez, decidiu

incrementar as sondagens de opinião, por meio de enquetes pela internet e da participação dos cidadãos através de mensagens sobre os projetos em tramitação no Senado.

Dois atos formais da direção do Senado no ano de 2009 apontavam para a reorganização das condutas administrativas da área de comunicação, ao mesmo tempo em que asseguravam a cobertura integral das atividades da Casa. Assim, em setembro¹⁸ daquele ano, foi baixado um ato que deixava claro que a prioridade da cobertura dos veículos da SECS seria dada às atividades legislativas internas do Senado e do Congresso. A medida disciplinava os casos em que a cobertura externa poderia acontecer, bem como definia responsabilidades quanto à guarda e cuidado com os equipamentos necessários ao trabalho jornalístico. A proibição explícita visava impedir qualquer tentativa de uso irregular desses recursos tanto por parte dos senadores, quanto de servidores e funcionários da Casa. O ato definiu também que a autorização para viagens seria prerrogativa da Presidência da Casa, mediante parecer técnico da SECS, conveniência e disponibilidade de pessoas e recursos. O outro ato¹⁹ cuidou de estabelecer critérios de prioridade de cobertura dentre as diversas atividades legislativas. Esse ato assegurava que as coberturas ao vivo realizadas pela Rádio e pela TV Senado deveriam seguir um ordenamento coerente com o grau de importância do evento legislativo.

O ano de 2009 criaria outro marco na comunicação do Senado, na perspectiva de mais abertura e transparência. Unificou-se e organizou-se em torno da SECS uma assessoria de imprensa para atender o processo legislativo e a Instituição, corrigindo uma lacuna histórica e criando uma nova relação com os credenciados

da mídia privada que cobriam a Casa. Dois atos do presidente (428/2009 e 301/2010) determinavam aos diretores e responsáveis do Senado a prestação de informação de caráter jornalístico. As informações começaram então a fluir mais facilmente das estruturas administrativas aos meios de comunicação.

Paralelamente, criou-se no mesmo ano um Blog, por onde a instituição Senado se manifesta oficialmente. Nele ainda são veiculadas informações que não costumam sair nos veículos jornalísticos da SECS. É instrumento que atende demandas cotidianas do jornalismo e mídias brasileiros.

Em 2010 a comunicação trabalhou em duas novas frentes: a construção do planejamento estratégico para o setor, formulado para dirigir os rumos da comunicação do Senado de 2010 até 2018; e a participação da Casa nas redes sociais digitais (Twitter, Facebook), por meio da criação de páginas nesses ambientes por cada um dos veículos. As redes sociais, como defendia o presidente Sarney desde o advento incipiente delas, passou a ser uma das prioridades da comunicação social do Senado.

O planejamento estratégico da SECS, com o mesmo grau de responsabilidade que fora adotado em 95, quando dos amplos seminários técnicos de comunicação, foi sugerido em 2011 como instrumento para recolocar a comunicação no caminho do futuro, agora não mais como um projeto, mas como uma estrutura madura que já se inseria como parte fundamental e insubstituível do processo legislativo.

Em um período de seis meses, quando foram realizadas 57 reuniões, algumas com a presença do próprio presidente José Sarney, totalizando 200 horas de discussão, e com ampla

participação de servidores e jornalistas, a SECS definiu metas e projetos para lançar a comunicação em novo curso, tendo 2018 como teto. Mais uma vez, em consonância com a política de modernização da Casa, a comunicação se orienta por seguir passos seguros e pensados, não permitindo improvisações que em última instância consumiriam recursos públicos e não trariam benefícios reais à democracia e à cidadania.

Além de definir objetivos relacionados aos processo internos de trabalho, documento traz expressamente quais seriam os objetivos dessa estrutura durante a segunda década deste segundo milênio. São esses os oito principais objetivos: garantir informação didática, clara e isenta à sociedade sobre o Senado e o Congresso Nacional; alcançar o maior número possível de cidadãos, com investimentos em tecnologia e expansão do sistema de comunicação do Senado; ampliar o diálogo entre o Senado e a sociedade; ampliar o conhecimento da sociedade sobre o papel do Senado; contribuir com o processo de comunicação interna do Senado; promover a articulação da SECS com as diferentes áreas do Senado; contribuir para a valorização da imagem do Senado por meio da comunicação institucional; contribuir para a valorização do servidor do Senado.

Várias das metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico da SECS foram alcançadas, destaque para o *Manual de Comunicação* que, elaborado de forma criteriosa por mais de um ano, servirá de referência para o trabalho dos profissionais de comunicação do Senado.

Sob o influxo do Planejamento Estratégico, a Agência Senado criou em 2010 o Portal de Notícias, que engloba todos os

veículos jornalísticos da Casa (Rádio, TV, Jornal e Agência), além dos serviços de Relações Públicas e de Opinião Pública. A medida gerou integração entre as diversas linguagens de comunicação.

A TV, entre várias inovações, ampliou para oito o número de canais na internet, permitindo que todas as reuniões das comissões possam ser acompanhadas ao vivo e sem qualquer tipo de corte. Também celebrou convênio com portais privados para que imagens ao vivo da Casa fossem disponibilizadas mais amplamente, abrangendo ainda mais cidadãos interessados no acompanhamento do trabalho legislativo.

Em abril de 2010, o Jornal do Senado lançou o primeiro número da revista *Em Discussão!*, dando uma linguagem jornalística às audiências públicas realizadas pelas comissões. Preencheu-se, assim, uma lacuna que não era atendida plenamente nem pela comunicação da Casa nem pela mídia privada. Grandes temas agendados nas comissões ganharam um instrumento de divulgação, com conteúdo denso, pluralista, bem trabalhado e editado, servindo de fonte e de referência para a adoção de políticas públicas em todas as esferas da Federação. *A Em Discussão!* é distribuída aos públicos aos quais os temas são pertinentes.

Já o setor responsável pelo marketing e criação do Senado, a Secretaria de Projetos Especiais escolheu esse ano para iniciar um processo de padronização da identidade visual do Senado. O Alô Senado criou na internet um formulário para que o cidadão opinasse acerca dos projetos de seu interesse e gerou mecanismos para permitir a participação direta e remota de cidadãos nas audiências públicas.

Ainda em 2010, é lançado o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal²⁰, uma ação coordenada pela Secretaria de Relações Públicas em parceria com a Secretaria-Geral da Mesa. O programa é um desdobramento do concurso de redação, já existente, e define as melhores redações de jovens secundaristas das 27 unidades da Federação. Em visita e em sessão simbólica em Plenário, eles podem apresentar projetos que são tratados como ‘sugestões legislativas’ e, se devidamente acatadas, podem seguir o curso normal de tramitação na Casa.

DESAFIOS DE UM NOVO TEMPO

Talvez por conta dessa percepção, mais uma vez, a comunicação tenha sido uma das primeiras áreas citadas por ele em seus propósitos para o novo mandato. Reafirmou sua intenção de levar a TV Senado aberta, em meio digital, para todos os estados nos anos seguintes, além de destacar o papel das redes sociais: “Iniciaremos este novo mandato com a busca e a visão de integração com o que é mais novo no mundo, que são as redes sociais, Facebook, Youtube, Twitter”.

Quando em 1995 comissão de trabalho nomeada pelo presidente Sarney indicava a criação de um canal de TV a Cabo, para transmitir ao vivo os trabalhos da Casa, estava começando uma aventura que, na verdade, não teria fim. Por um simples motivo, a democracia brasileira se ampliava, a tecnologia se apresentava com um dinamismo nunca visto, novas plataformas de comunicação televisiva eram pensadas.

No terceiro mandato do presidente, em 2009, novas demandas são agendadas para a TV e para a Rádio. Sarney resolve dar mais fôlego ao processo de expansão das emissoras nos estados. Na SECS é criado um núcleo responsável para articular a concretização dessa meta. Busca-se junto ao Ministério das Comunicações a concessão de novos canais de TV em UHF e, principalmente, em sistema digital. Também solicita-se junto ao ministério a concessão de novas frequências para a rádio.

Uma das novidades da TV digital é que ela permite até quatro subcanalizações, ou seja, é possível a quem domina o sinal apresentar simultaneamente quatro conteúdos diferentes. Ao contrário da TV, o sistema de rádio analógico, atualmente utilizado no Brasil, não pode recorrer ao mesmo princípio. No entanto, por meio das parcerias, existe a possibilidade de horários da Rádio Senado serem utilizados por outras casas legislativas.

Em virtude de custos e também reafirmando o princípio da colaboração entre os poderes legislativos, a partir de 2010 o presidente Sarney autoriza à SECS a celebrar parcerias para a instalação de estações nos estados, tanto de rádio quanto de TV.

No caso da TV digital, por exemplo, quando o canal pertence ao Senado, parcerias permitem estender subcanalizações a entidades públicas como a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, emissoras educativas estaduais e tribunais de justiça. Para reduzir custos de implantação, Câmara e Senado tem um entendimento de que, na cidade em que uma instalar um canal, cede uma subcanalização à outra. Com isso, o Senado tem a responsabilidade de implantar estações de TV digital em treze capitais e deverá, até 2016, estar disponível em todas as capitais brasileiras.

Ao contrário da TV, o sistema de rádio, por suas características, não pode recorrer ao princípio da subcanalização, pois ainda não há tecnologia digital disponível para isso. Ou diretamente, ou por parcerias, com possibilidade de horários da Rádio Senado serem utilizados por outros entes parlamentares, também se prevê a presença da emissora, até 2016, em todo o país.

O projeto de expansão colocado em prática pelo senador Sarney deverá levar os trabalhos legislativos, pelas plataformas de rádio e TV, a um público potencial de 160 milhões de brasileiros. Este público potencial, no momento, é de 60 milhões de pessoas.

Em 2003, ao assumir a presidência do Senado pela segunda vez, o senador Sarney, em seu discurso de posse, argumentava que o estado tradicional, esse já secular, começava a ser substituído por um estado em rede, matizado sobretudo pelas grandes corporações e instituições transnacionais. A este mesmo raciocínio, e no mesmo discurso, falava do computador “diabólica máquina composta de fios e um teclado”, que conectava todo mundo em uma “teia sem limites”.

Os veículos de comunicação do Senado já se organizavam para operar nas chamadas redes sociais, mas a partir do terceiro mandato de presidente, iniciado em 2009, o presidente Sarney determina à SECS esforços mais significativos para aproveitar o potencial desse novo espaço, tanto para a divulgação do Senado quanto para facilitar a participação da cidadania no dia a dia da Casa.

No dia 22 de março de 2010, por exemplo, em seminário no Interlegis para dar partida ao processo do Planejamento

Estratégico da Comunicação, pediu a todos empenho para “enfrentar os grandes campos abertos pelo conceito de rede”. O consultor Manoel Fernandes, no mesmo encontro, advertia que o Senado precisa se aproximar das redes sociais e dos mais de 50 milhões de usuários da internet no Brasil

No decorrer de 2010 são feitos novos encontros sobre o tema, oficinas de redes sociais são realizadas e o presidente Sarney recebe grupos de blogueiros e twitteiros para ouvir e também revelar a forma de funcionamento do Senado Federal e de produção de conteúdo informativo. Nesses encontros, o presidente disse acreditar que os sistemas partidário e de governo atuais tenderiam a ser parcialmente substituídos pela “decisão direta do cidadão”. E que esse processo seria viabilizado, entre outros mecanismos, pelas redes sociais na internet.

Em 2011, vários outros seminários envolvendo servidores, consultores privados e jornalistas do mercado foram realizados para continuar definindo os parâmetros de uma maior interação do Senado com as redes Sociais. Lembrava-se então que pelo menos 500 mil pessoas já seguiam os senadores na rede e que este número poderia subir ainda mais, tanto com a participação de novos senadores conectados quanto com a da própria instituição.

Como resultado direto desse novo olhar, o presidente Sarney, em 2011, autorizou o acesso irrestrito às redes sociais dentro do Senado, pondo por terra uma proibição antiga, então justificada para se evitar ataques de hackers. Mais de 6 mil pessoas, entre servidores efetivos e comissionados, de uma para outra ganharam a liberdade para adentrar as redes sociais,

convertendo-se em novas janelas de contato da instituição com a sociedade.

No final de 2011, sem considerar os senadores, a instituição já havia conquistado 80 mil seguidores no Twitter e 25 mil no Facebook. O Senado começou a se fazer presente também, agora com mais ênfase, em outras redes como o Flickr, esta especializada em fotografia.

A rigor a comunicação do Senado não sai do ar. A TV e a Rádio funcionam as 24 horas do dia, incluindo domingos e feriados, enquanto a Agência, além de uma jornada que começa às 8h e vai normalmente até 23h, pode ser acionada remotamente de qualquer lugar por seus editores. As demais unidades são acessíveis diuturnamente pela internet.

EM RESUMO

TV SENADO

Tem um público potencial hoje de 60 milhões de pessoas. Com a expansão completada, chegará a 160 milhões de brasileiros. Em 16 anos de atuação ininterrupta, a emissora conta com um acervo de mais de 45.000 horas de gravação. Disponibiliza mais de 24.000 vídeos que já foram assistidos mais de cinco milhões de vezes. Transmite ao vivo multiprogramação em oito canais via Internet, com mais de 3.000 acessos simultâneos. Libera ainda o sinal para portais de notícias, blogs e páginas de órgãos públicos. A multiprogramação ao vivo é também transmitida em sinal aberto digital, em Brasília, com quatro canais. Até 2016, todas as capitais receberão o sinal aberto em transmissão digital.

TV Senado em UHF Analógico – Evolução da Implantação

Local	Início da operação
Brasília (DF)	5 Fev 1996 – Estação Geradora
	11 Mai 2007 – Estação retransmissora / Gama
Salvador (BA)	20 Nov 2006
Manaus (AM)	29 Nov 2006
João Pessoa (PB)	25 Jan 2007
Fortaleza (CE)	10 Jul 2007
Recife (PE)	10 Out 2007
Natal (RN)	14 Set 2008
Rio de Janeiro (RJ)	27 Nov 2008 – Cobertura parcial / Zona Oeste
Cuiabá	23 Out 2009
Rio Branco	17 Jan 2011

TV Senado em TV Digital – Evolução da Implantação

Local	Início da operação
São Paulo (SP)	29 Abril 2010 – Subcanalização da TV Câmara
Brasília (DF)	20 Dez 2010 – Canal do Senado, operando em multiprogramação
Fortaleza (CE)	29 Jun 2012 - Subcanalização da TV Câmara
Belo Horizonte (MG)	12 Jul 2012 - Subcanalização da TV Câmara
Porto Alegre (RS)	10 de agosto – Subcanalização da TV Câmara – Inauguração 22 Out 2012

RÁDIO SENADO

Além da sua presença em Brasília e municípios do Entorno, na faixa 91,7 MHz, a Rádio Senado FM já transmite para Natal, em 106,9 MHz; Cuiabá, 102,5 MHz; Fortaleza, 103,3 MHz; Rio Branco, em 100,9 MHz; Teresina, 104,5 MHz. A de Manaus entrará em operação ainda em 2012. A Rádio Agência administra parcerias e convênios com as emissoras de todo o País. O total de emissoras conveniadas neste momento ascende à soma de 2.000 estações. O site da Rádio, www.senado.gov.br/radio, atualmente, abriga 72 páginas de programas, notícias, serviços e de informações gerais sobre as atividades do Senado e da própria Rádio Senado. Nele são implantados, em média, 70 áudios diários em formato MP3, que totalizam mais de 13 mil arquivos de áudios, ao ano, com notícias e programas. O site tem recebido uma média de 1.000.000 (um milhão) de visualizações por ano, oriundas de todos os estados e de mais de 100 países em todos os continentes.

IMPLANTAÇÃO DA EMISSORA NOS ESTADOS

Brasília (91.7 MHz): 29/01/1997 (inauguração oficial pelo Presidente José Sarney);
Natal (106.9 MHz): 04/11/2008;
Cuiabá (102.5 MHz): 12/08/2009;
Fortaleza (103.3 MHz): 12/03/2010;
Rio Branco (100.9 MHz): 17/01/2011;
Teresina (104.5 MHz): 27/06/2012;
Manaus: ainda em 2012

JORNAL DO SENADO

Circulando desde maio de 1995, já se aproxima da 4.000ª edição. Tem tiragem diária de 6.500 exemplares — mais de um milhão por ano —, distribuídos no Congresso, Distrito Federal e a autoridades públicas. Pode ser baixado também na internet. É impresso em papel reciclado. Edita uma versão em Braile, mensal, distribuída a organizações que trabalham com deficientes visuais. Mantém uma newsletter, distribuída por e-mail a mais de 10 mil assinantes. Edita, desde 2010, a revista *Em Discussão!*, que retrata as audiências públicas realizadas na Casa. Administra acervo com aproximadamente 1 milhão de fotografias, disponibilizadas para a mídia, instituições e cidadãos.

AGÊNCIA SENADO

Em 2011, o acesso à Agência atingiu 115 milhões de *page views* — média de 9,5 milhões por mês. Produz cerca até 100 textos jornalísticos nos dias de atividade mais intensa no Senado, e dois mil registros fotográficos. As fotos são incorporadas ao banco administrado pelo Jornal do Senado. Gera noticiário específico em língua estrangeira — espanhol e inglês. Mantém sites especiais, newsletter diária e newsletter semanal multimídia (reunindo material produzido por todos os veículos). Desenvolve, em parceria com o Jornal do Senado, aplicativos da Casa para plataformas móveis iPhone, Android e Blackberry. Foi o primeiro órgão do Senado a operar nas redes sociais.

RELAÇÕES PÚBLICAS

Em 2011, o Programa de Visitação recebeu cerca de 180 mil visitantes, dentre brasileiros e estrangeiros. Atualmente, é referência para outros órgãos públicos. Permite contato direto com cidadãos. Mantém, desde 2011, na internet, programa de tour virtual, instrumento para ampliar o conhecimento da sociedade sobre a Casa. Envolve, por meio do concurso de redação, milhares de alunos de quase 20 mil estabelecimentos de ensino em todo o território nacional. O programa Jovem Senador já gerou mais de 20 proposições legislativas produzidas pelos jovens, algumas delas já tramitando normalmente na Casa. Responde pela assessoria de centenas de eventos institucionais que ocorrem na Casa todos os anos.

SEPOP

Em 2011, recebeu e encaminhou 1.137.880 mensagens. Dessas, 91% foram dirigidas aos parlamentares. O Alô Senado se tornou o canal oficial da Casa para recepcionar pedidos de informação à distância relacionada à Lei de Acesso à Informação (LAI). Mais de 45 mil pedidos de informações foram atendidos no mesmo momento em que se efetuou o contato com o cidadão, em 2011. Montou serviço para permitir a participação direta dos cidadãos em audiências públicas. A página do “Alô em Pauta”, só esse ano, já foi visitada mais de 22.200 vezes. Os cidadãos podem enviar comentários e sugestões a respeito de diversos projetos que tramitam no Parlamento. Na elaboração do anteprojeto do Código Penal, ao longo de sete meses, foram recebidas 6.140

manifestações. O DataSenado realizou diversas pesquisas de opinião, entre elas a que mapeou o pensamento dos brasileiros em relação à violência que atinge a juventude negra. Foi a primeira pesquisa no país por esse ângulo e contou com a colaboração da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Produz clipping diário, distribuído a 2.600 assinantes. Em 2012, até o momento, o site do clipping e análise da mídia gerou um tráfego de 94.621 visualizações.

SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS

Realizou dezenas de campanhas, entre as quais se destaca *O Congresso faz parte da sua história*, cujo objetivo foi mostrar como projetos aprovados no Parlamento influenciam e impactam a vida das pessoas. Em 2010, ato da Mesa Diretora aprovou o Manual de Identidade Visual do Senado Federal, resolvendo um problema relativamente antigo, que prejudicava a relação entre a instituição e a sociedade. A Campanha *Seu Voto Faz o Congresso Nacional*, lançada em 2010, visou sensibilizar o eleitor para a escolha consciente de senadores e deputados. Concebeu e passou a divulgar o *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado*, publicação que reúne as principais obras existentes na Casa, sob o prisma histórico, institucional e legislativo. Está se convertendo em referência para estudos sobre o Senado. Todas as campanhas são divulgadas amplamente nas redes sociais.

NOTAS

- 1 Foram quatro mandatos de Sarney como presidente do Senado, todos iniciados em fevereiro e concluídos também em fevereiro. O primeiro de 1995 a 1997, o segundo de 2003 a 2005, o terceiro de 2009 a 2011 e o quarto, consecutivo, de 2011 a 2013.
- 2 Ato da Mesa nº 1, que institui a Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico (PLE). Este Ato foi publicado no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal (BAP), do Senado, em 12 de março de 2009.
- 3 Segundo a definição do Open Knowledge Foundation, dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença. Informação extraída do site (<http://dados.gov.br/dados-abertos/>). Há um link específico, em Atividade Legislativa, na página do Senado, para Dados Abertos.
- 4 Modernização e transparência
- 5 Trecho do discurso de posse do quarto mandato de José Sarney na presidência do Senado, em fevereiro de 2011.
- 6 Idem.
- 7 Transformadas em proposições legislativas, após análise de um relator, as sugestões dos jovens senadores passam a tramitar nas comissões como propostas de autoria da CDH, Comissão competente no Senado para recebimento das sugestões legislativas apresentadas por associações, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Por Ato da SGM, a CDH passou a receber também as sugestões propostas pelos jovens senadores.
- 8 O Parlasul foi criado por meio da Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional, em 6 de junho de 2011.
- 9 São proposições que não precisam ser apreciadas pelo Plenário da Casa, mas apenas nas comissões. Segundo o artigo 91 do Regimento Interno do Senado, as proposições terminativas apenas são votadas em plenário caso haja recurso interposto ao Presidente do Senado, por pelo menos um décimo dos membros do Senado, no prazo de cinco dias úteis da publicação da comunicação da votação da proposição na comissão, no Diário do Senado Federal.
- 10 Ato da Comissão Diretora nº 2/1995
- 11 Ato da Comissão Diretora nº 8/1995
- 12 Ato da Comissão Diretora nº 12/ 2009.

- 13 Ato nº 02, de 1995 – Cria grupo de trabalho para identificar a estrutura administrativa do Senado com vistas à modernização.
- 14 Ato nº 08, de 1995 – Constitui Assessoria Especial de Modernização para implementar medidas propostas pelo grupo de trabalho do Ato nº 02.
- 15 Ato do Presidente nº 55, de 1996 – Cria Comissão Permanente da Internet.
- 16 Ato do Diretor da Secretaria de Comunicação Social.
- 17 Ato nº 11 da Comissão Diretora, de 2004 – Dispõe sobre a estruturação, a elaboração, a manutenção e a administração do sítio do Senado Federal na Internet.
- 18 Ato da Comissão Diretora nº 20 de 2009 estabelece critérios para a realização de cobertura jornalística dos veículos de comunicação do Senado.
- 19 Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2009 define prioridade de cobertura jornalística dos veículos da SECS dentre as atividades do Senado e do Congresso.
- 20 Resolução n.42, de 2010 – Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal.

JOSÉ SARNEY

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS
PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

*(Discursos de Posse, de Instalação de Sessões Legislativas e
de Encerramento do Ano Legislativo; Relatórios Anuais)*

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

1º DE FEVEREIRO DE 1995

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui com os mesmos sonhos com que cheguei pela primeira vez à Câmara dos Deputados em 1955. Tendo ocupado todos os cargos públicos do País, jamais, depois de trinta anos de mandatos legislativos, aceitei participar da direção dos nossos trabalhos.

Peço-lhes licença para invocar, como aval do compromisso que assumo com a Casa, a legitimidade que tenho para presidi-la. Deputado Federal três vezes, três vezes Senador da República, Vice-Presidente e Presidente da República, estou assumindo esta missão para prestar um serviço ao Senado Federal, Casa à qual devo minha formação política. Aqui aprendi a ouvir mais do que falar, a opinar, a respeitar o direito de discordar, a compreender o valor do debate e da controvérsia, a descobrir as virtudes da paciência e os deveres da amizade que se consolida na vivência de um ideal comum. Aprendi que o caminho do desenvolvimento passa sempre pela democracia, hoje vitoriosa no mundo como a solução libertária da humanidade, que sabe que a tecnologia, a ciência, a economia de mercado fizeram muito mais pela qualidade de vida da sociedade humana do que todos os sistemas políticos ideológicos.

Os parlamentos atravessam a maior crise da História. Hoje se questiona, no mundo inteiro, a sua legitimidade. Com o surgimento de um novo interlocutor da sociedade democrática, a opinião pública,

que veio para ficar expressa pela mídia e pela sociedade civil organizada, o eleitor também ficou prisioneiro desse sistema e passou a ser um refém no universo da comunicação.

Nesse clima, o Poder Legislativo é o mais vulnerável dos três Poderes, porque os seus conflitos são públicos, não temos paredes para ocultá-los. É um Poder desarmado e um Poder indefeso.

O Brasil, particularmente, vive uma situação singular. Temos instituições políticas, algumas delas que remontam ao Século XIX, e entre elas uma tendência ao congresso do discurso que é apenas uma das maneiras de fiscalizar, como são os pedidos de informação e as comissões de inquérito. As funções de controle, de acompanhamento, de fiscalização, ficaram colocadas numa escala secundária, embora sendo as principais.

Por outro lado, o Parlamento, com os anos, teve suas estruturas administrativas desatualizadas e obsoletas. Cresceram os abusos, tornaram-se visíveis os erros, o desestímulo tomou conta de quase todos e o marasmo invadiu muitas consciências.

Como reação e na esteira dos novos tempos, criou-se no Brasil não somente instituições formais democráticas, mas algo extraordinário e que é tão bom para o País — criou-se uma democracia participativa e virtual, que se derrama num sistema de capilaridade em todo o tecido social, na extraordinária vitalidade das milhares e milhares de associações, federações, clubes, grupos comunitários e corporativos que agregam poder político.

A mídia modernizou-se, os meios de comunicação de massa tomaram um espaço dominante como intermediadores entre o povo e o poder político.

É necessário, neste instante de transformações históricas, salvar o Parlamento do desprestígio, recolocá-lo perante a Nação no seu intocável lugar de cúpula do sistema democrático, sendo para o povo o seu grande instrumento de igualdade, onde todos podem questionar os governos, fiscalizá-los, acompanhá-los e denunciar desde os próprios parlamentares até os menores erros que existam dentro da sociedade.

Para esta missão coloco a minha experiência e a minha vida de político, com aquilo que tenho preservado ao longo de toda a minha existência, a capacidade de ouvir, de dialogar, de ser um espírito conciliador.

Chegou a hora de um encontro, de uma soma de vontades, de missões compartilhadas entre a sociedade civil, a opinião pública e a mídia, que, repito, passou a ter uma função extremamente importante na intermediação política.

Eu me proponho, como Presidente da Comissão Diretora do Senado, a submeter à Casa o debate de um novo modelo, submeter diretrizes para restaurar o prestígio do Poder e, com obstinação, ser um escravo dessa causa. Aceitar sugestões, implementar projetos, correções de rumo, proceder a uma grande e abrangente reforma administrativa que atinja todos os aspectos necessários à modernização da Casa. Aqui temos, nos quadros que compõem o funcionalismo, uma base significativa e exemplar para a tarefa, e desejo motivá-los, dando condições de trabalho, reciclagem, assegurando sempre que, aqui dentro, só ocorrerá a seleção pelo mérito, pela capacidade e pela dedicação ao trabalho.

Precisamos decidir, mostrar agilidade nos trabalhos parlamentares — todas as sugestões serão bem-vindas —, restaurar a atividade legislativa, adormecida com a hibridez da Constituição de 1988, que, dando ao Congresso funções de governo parlamentarista, e sendo o sistema presidencialista, criou, entre outros fatos, a ingovernabilidade.

O País, para funcionar, teve de entregar ao Executivo o poder ilimitado de legislar através de medidas provisórias. Com a experiência que trago do Executivo, sei que, sem elas, é impossível governar e, com elas, é impossível a existência de um Congresso dinâmico, que todos nós desejamos. O que está ocorrendo é a proliferação das atividades periféricas.

Daí a urgência da reforma constitucional. Tenho certeza da sensibilidade do Poder Executivo e do Presidente da República que, sendo velho parlamentar como nós, nos ajudará a fazer uma profunda reflexão sobre essa questão.

Os Poderes da República não podem, em qualquer hipótese, aumentar vencimentos; a velha praxe republicana recomenda à legislatura anterior fixar os vencimentos da seguinte, para todo o período. Por outro lado, só através da lei, nunca de resoluções ou qualquer outro meio que possa burlar essa norma, poderá ser admitido que os Poderes se autorremunerem e confirmem vantagens ou agreguem privilégios.

Proponho-me a ser um instrumento do Senado e do Congresso, que presidirei, para fortalecê-los, modernizá-los, para que eles

possam usufruir de todas as suas potencialidades, e reprimir, com a ajuda de todos os senadores, qualquer tentativa para desmoralizá-los.

Serei severo e inflexível, no âmbito das minhas atribuições, contra abusos, distorções, qualquer forma de corrupção ou comprometimento de nossas funções. Serei obstinadamente intransigente na manutenção de nossas prerrogativas, na defesa da autonomia do Poder Legislativo, do respeito que se deve aos seus membros e à dignidade de suas funções.

Por outro lado, devemos sempre ter presente, na qualidade de representantes do povo, o decoro de que necessita o exercício dos nossos mandatos, que devem ser exercidos com austeridade e com responsabilidade.

Se de alguma coisa me arrependo na vida é de não ter sido mais exigente e firme na cobrança de tarefas. As duas margens do rio que conheci, a do governo e a do ostracismo, me ensinaram que essa conduta não leva ao reconhecimento nem à gratidão. Liberto das ambições, posso, como um depoimento e testemunho, reconhecer equívocos e jamais repeti-los.

Agradeço ao PMDB a escolha que fez do meu nome e especialmente para, em seu nome, participar da Mesa de direção dos trabalhos do Senado Federal como seu Presidente; e principalmente aos Senadores Pedro Simon e Íris Rezende, pela contribuição significativa que deram à disputa dentro do partido. Serei, como sempre fui, cumpridor do programa desse partido.

Quando Presidente, ao deixar o governo, tive oportunidade de dizer e agora quero repetir: não entreguei o País à pressão de ninguém, no exterior ou no interior, e não cedi um milímetro da autonomia e da integridade do Brasil.

Quero agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, ilustres componentes desta Casa, que sufragaram o meu nome. Quero reconhecer a contribuição dos Senadores Mauro Benevides e Humberto Lucena em inúmeros projetos de melhoria da atividade parlamentar, principalmente na informatização de muitos dos nossos serviços.

Esta é uma Casa onde se reúnem as mais ilustres biografias do País: governadores, ministros, antigos parlamentares, homens e mulheres que viveram as lutas em favor dos interesses nacionais em todos os campos.

Sei, com minha experiência e minha idade, que assumi uma tarefa de alto risco. Mas o fiz certo de que posso prestar ao Congresso do Brasil um serviço que me julgo capaz de fazer, pela minha vida e pelo ideal que me anima hoje nesta sedutora missão para a qual me sinto profundamente motivado e preparado.

Vamos nos dedicar a essa tarefa extraordinária que o Brasil tanto precisa neste instante, de modernizar, de aparelhar, de reconstruir as instituições parlamentares dentro desses novos tempos. Convido todos a esse mutirão pela moralidade, pela dignidade, pela competência, pelo trabalho, na tarefa de transformarmos esta legislatura numa página indelével e marcante da história política do Brasil.

Tudo nos leva a essa crença. Estou profundamente otimista. Aí está um Brasil que acompanha o passo do mundo e estará um Parlamento que acompanhará o passo do Brasil. Aí está um Brasil que sai de suas crises, que sacode as amarras do pessimismo e abre suas asas de esperança para iniciar um dos voos maiores da sua trajetória.

O Presidente Fernando Henrique terá no Senado Federal, no Presidente do Senado Federal, uma alavanca de apoio para os projetos de reforma e de construção das esperanças que o levaram à Presidência da República pelo voto do povo. Suas qualidades de político, de intelectual, de democrata o credenciam a nossa admiração e é o nosso desejo — acredito que seja unanimemente o de todos nós desta Casa — ajudá-lo a ajudar o Brasil.

Quero terminar estas palavras, renovando o meu profundo agradecimento às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Hoje, sou o Presidente da Casa, o Presidente de todos. Quero homenagear o Senado da República, que considero minha Casa, nossa Casa, a Casa do Brasil e, certamente, a Casa do povo brasileiro. A cada um que aqui chega, renovo os meus votos de êxito no cumprimento de seus mandatos. Que Deus nos ajude, e que os nossos ouvidos jamais deixem de ouvir, com humildade, as vozes do povo brasileiro, e que nossas palavras jamais deixem de suplicar, de exortar, de conclamar, de pedir e, se possível, protestar com todas as forças da revolta contra as injustiças e em favor dos anseios do Brasil. Muito obrigado.

INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 50ª LEGISLATURA

15 DE FEVEREIRO DE 1995

Abro a quinquagésima legislatura. Há quase 200 anos nos reunimos, em nome do povo brasileiro, construindo as instituições que fazem o Brasil.

Saúdo todos os deputados e senadores que agora chegam, para desejar-lhes êxito na tarefa de continuar a construir um País que não transige, não se curva, não negocia sua soberania, sua independência e seu destino.

Sou o mais antigo congressista desta Casa. Aqui cheguei pela primeira vez na legislatura de 1955. Isso me legitima para presidir o Congresso: uma longa vida política nesta Casa. Uma vida constituída de três mandatos de Deputado, três de Senador, Governador, Vice-Presidente, Presidente da República.

Assumi este cargo não num momento de glória do Poder Legislativo; mas numa fase em que a instituição atravessa profunda crise de identidade, exposta a permanente crítica e censura.

Meu desejo é prestar um serviço ao Congresso, juntando-me a todos os senadores e deputados, igual a qualquer um deles, na tarefa indispensável de modernização da Casa, animado pelo propósito de dar-lhe prestígio e respeito perante a sociedade, empreendendo um programa de reformas que lhe confirmem o necessário suporte e a agilidade de um Parlamento forte e digno de nosso povo.

Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Transparência, moralidade, eficiência, trabalho.

O Congresso é maior do que a soma de todos nós e a maior instituição do governo democrático. Os parlamentos perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante todo o século XIX até metade do século XX. Eram o centro das decisões e elas podiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento dos oradores.

Infelizmente, ainda somos dominados pela visão do parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao plenário.

Mas, o Congresso é muito mais.

É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo e é o único lugar onde o povo, onde qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros, mesmo do próprio Parlamento.

Na mídia, nos organismos da sociedade organizada, nos grupos de pressão, a denúncia do povo passa pelo crivo da aprovação dos que governam e comandam. Aqui, não. Haverá sempre uma voz, um representante de um segmento social, de um município, de um bairro, de uma ideologia, de uma religião, de uma raça, de uma profissão no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo à função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de opinião.

Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas e às vezes um sobrevivente.

Sem parlamento forte, não há democracia forte.

O que está sob suspeita nas críticas não são os valores do Parlamento, mas a realização imperfeita desses valores. O Congresso não pode ser julgado pela conduta daqueles que o traíram, dos que o denegriram, de quantos o corromperam, aviltaram e transformaram em instrumento de abuso pessoal ou de grupo.

Senhores parlamentares,

O Congresso nunca faltou ao Brasil. Aqui nasceu o País. Aqui construímos nossas instituições. Nenhum poder sofreu mais, no

curso da nossa História. Em 1823, fomos fechados quando, sem termos imprensa, discutíamos a liberdade de imprensa;

- sem termos povo, as liberdades civis;
- sem termos fronteiras, a constituição de uma nação;
- **sem termos leis, a vitaliciedade e a independência do Judiciário.**

Nunca ninguém pensou em fechar o Executivo, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977.

Muitas vezes, ao longo da História, foi o Congresso suspenso, invadido, presos e cassados muitos de seus membros. Porém, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Congresso era a sobrevivência da Nação. “O que é o poder civil?”, perguntava Milton Campos; e respondia: “É a brigada de choque dos políticos que compõem o Congresso.”

Quero, também, ressaltar a nossa identificação inseparável com a imprensa. Cito apenas um fato: quando o Congresso foi fechado em 68, não passou um dia sem que o jornalista Carlos Castello Branco não pregasse sua abertura. Lembro Quintino Bocaiúva, Joaquim Serra, Macedo Soares, Carlos Lacerda, Orlando Dantas, Edmundo Bittencourt.

A vulnerabilidade do Parlamento decorre do fato de ser, esta, a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de crítica. No Judiciário, as sentenças apenas são conhecidas depois de publicadas; as decisões do Executivo são coordenadas no âmbito do próprio Governo, entre quatro paredes.

As decisões legislativas, ao contrário, são debatidas e tomadas em público, no quadro das divergências políticas e à mercê de interesses contrariados ou favorecidos.

A visão de um Congresso como uma corte celeste ou uma reunião de sábios e notáveis, e não de homens e políticos, é, sem dúvida, irrealista e ingênua. Os congressistas são recrutados dentro da sociedade e são representativos das camadas sociais.

No mundo inteiro, a instituição parlamentar enfrenta a contestação de sua legitimidade. Surgiu um novo interlocutor da sociedade democrática — a opinião pública, com poder político agregado. Ela é formada pela mídia que, graças às conquistas da ciência e da tecnologia, pode, em velocidade incalculável, através do fascinante mundo dos

satélites, fazer que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens. É o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade.

O Padre Antônio Vieira já dizia que, sendo tão natural no homem o desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior. O uso de ver tem um fim com a vida; o apetite de ser visto não acaba com a morte.

O velho conceito da democracia representativa entra em competição com outras legitimidades. Os Congressos envelhecem e os partidos sofrem, também, o mesmo fenômeno com os seus programas. E o nosso País, que não tem tradição partidária, convive com algumas reminiscências de instituições políticas do fim do século XIX, de que é exemplo o voto proporcional uninominal, desintegrador dos partidos e estimulador da corrupção. Basta dizer que o Brasil é o único país do mundo onde ainda se pratica esse sistema eleitoral.

Durante muito tempo julgou-se que o Estado era o instrumento do bem-estar social. Hoje, com o fim das ideologias, o desmoronamento dos dogmas e sectarismos, já se sabe que o desenvolvimento social só terá êxito com o desenvolvimento econômico. Estamos advertidos, também, de que a economia de mercado não é boa distribuidora de renda, impondo-se necessário que o Estado seja forte para assegurar uma sociedade justa. Assim, o que deve pesar não é o tamanho, mas a qualidade do Estado.

Caminhamos para um mundo cada vez mais interdependente. De livre circulação do capital, que pode tirar seu passaporte e nacionalidade a qualquer hora, em qualquer casa de câmbio.

Senhores congressistas,

Esta legislatura vive a expectativa de promover uma reforma constitucional, sem dúvida a mais ambiciosa e profunda de todas quantas foram apresentadas. Chegam ao Congresso mensagens do Poder Executivo propondo ampla reforma da Constituição, da qual sempre fui um crítico sincero e honesto. Estou convencido de que, sem adequadas mudanças no texto de nossa Lei Maior, não haverá meios de superar a crise em que o Brasil começou a mergulhar no final da década de 70, quando já havia sinais de exaustão do modelo que elegia o Estado como o grande agente das transformações efetivamente experimentadas pelo Brasil, nos últimos decênios.

O grande mal que vemos em nossa Carta Magna é que ela criou uma situação inviável: é ao mesmo tempo parlamentarista e presidencialista. Nem o Governo governa, nem o Legislativo legisla. Cria direitos sociais e, ao mesmo tempo, impede pagá-los e ampliá-los, uma vez que não deixa o país desenvolver-se para usufruir do poder germinativo da livre competição e inserir-se na nova ordem mundial.

Balanço terrível dessa crise, Senhores congressistas, é a falência do Estado, que perde, a cada dia, sua capacidade de prestar serviços ao povo e pagar a dívida social, cuja face mais exposta é o salário mínimo. Na verdade, assistimos ao total desmoronamento das instituições de governo. Basta dizer que vamos começar esta legislatura com 59 Medidas Provisórias e 134 vetos ainda não votados, que obstruem a pauta de nossos trabalhos.

Aos olhos da sociedade, perpassa uma visão de ineficiência, de desnecessidade do Poder Legislativo, quando, na realidade, vivemos é uma crise profunda das instituições de governo com o sistema criado pela Constituição de 88.

Este Congresso será desafiado a promover uma mudança que recoloque o Brasil em sintonia com as profundas transformações registradas no mundo, nos últimos anos. São mudanças estruturais indispensáveis para que o país consiga romper o cerco armado por um modelo de desenvolvimento esgotado, o qual atribuía ao Estado o papel de agente econômico. O Brasil cresceu, suas estruturas tornaram-se mais complexas, criando uma variada gama de agentes econômicos que clamam por espaços para recolocar o sistema produtivo funcionando no lugar de relevo que lhe está reservado. Em benefício de todos.

Felizmente, há um consenso nacional de que a Constituição criou uma soma exageradamente elevada de encargos para o Estado sem indicar as correspondentes fontes de financiamento deles. Assim como existe a convicção de que, sem remover esses obstáculos constitucionais, não haverá força humana capaz de vencer a crise e reconduzir o Brasil para os caminhos do desenvolvimento econômico com justiça social.

Não é segredo para ninguém que a estabilização econômica definitiva depende das reformas estruturais, que promovam o saneamento do setor público e desregulem a economia brasileira, de modo a estimular os investimentos de risco no aumento da capacidade produtiva do país, como tem dito o Presidente Fernando Henrique. A

estabilização econômica reclama estabilidade política. Ao atual Congresso está reservada a importante tarefa de modernizar nossas instituições políticas, para que o regime se torne mais estável e eficaz.

Convido todos a um árduo trabalho. O Congresso é a Casa do debate, da controvérsia, das ideias, das posições. Desse debate floresce a democracia e surgem as soluções. A ideia do Congresso votando só assuntos de consenso é o anti-Congresso. Trabalhar, discutir, decidir.

Vamos dar ao Brasil uma visão de trabalho. Vamos desobstruir nossa pauta e iniciar, nas Casas separadas, mas ligadas por um ideal comum, Senado e Câmara, um trabalho conjugado para que a opinião pública tenha presente que esta Quinquagésima Legislatura será citada na História do Brasil como um dinâmico e criativo tempo de construção e de serviços prestados ao País. Para isso, estou perfeitamente sintonizado com esta excelente revelação de homem público, que é o Presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo Magalhães, que comigo dividirá o comando de nossas casas legislativas.

O Congresso Nacional jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo e do Judiciário. Nossa obrigação é ajudar o País a diminuir os problemas de nosso povo e assegurar que iremos cumprir quatro anos em um Congresso de renovação, transparente, sem contemplações com os erros, e disposto a punir todos aqueles que, de um modo ou de outro, traírem o mandato que o povo lhes conferiu.

Mas, também, seremos intransigentes e inarredáveis e jamais nos vergaremos na defesa das prerrogativas e da autonomia do Parlamento, casa que é a expressão da soberania do povo e do sistema democrático.

Agradeço às autoridades aqui presentes, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Otávio Galotti, aos Ministros de Estado, aos Chefes de Missões Diplomáticas, enfim, a todos quantos prestigiaram esta cerimônia.

Cumprida a finalidade desta solenidade, declaro encerrada a sessão.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ANO DE 1995

15 DE DEZEMBRO DE 1995

A Presidência percebe que o Plenário está se esvaziando. Antes de anunciar a próxima matéria, como estou vendo que o Plenário está se esvaziando um pouco, os Srs. Senadores estão-se retirando, desejo salientar que esta é a última sessão ordinária do ano legislativo do Senado Federal. Quero me congratular com todos os Srs. Senadores e agradecer a colaboração que todos ofereceram à Mesa e aos nossos trabalhos.

Ao congratular-me, quero também dizer — estendendo ao Congresso Nacional como um todo: Câmara dos Deputados e Senado Federal — que este foi um ano importantíssimo para o nosso Poder. O Poder Legislativo voltou ao centro dos debates políticos do País, pauteou todo o debate político e a mídia nacional.

Dentro desta Casa tivemos oportunidade de participar — o Senado ativamente — em todos os projetos que aqui passaram, contribuindo, com a ilustre colaboração dos Srs. Senadores, modificando, emendando, em negociações com o Poder Executivo, de maneira que a Casa manteve a harmonia dos Poderes com o critério de independência.

Chegamos ao fim do ano com números recordes em trabalhos legislativos. Quero dizer que o Senado votou mais de 700 matérias — não posso dar o número preciso porque ainda não terminamos esta sessão, mas certamente cerca de 720 —, das quais 340 matérias transformaram-se em Projetos de Resolução que foram promulgados ou sancionados pelo Poder Legislativo ou pela Mesa do Congresso

Nacional. Esses são números inéditos na História do Poder Legislativo brasileiro.

Por outro lado, quero congratular-me com os Srs. Senadores pelo trabalho também inédito feito nas nossas comissões, que realizaram 234 reuniões, apreciaram 815 matérias, realizaram 29 audiências públicas e tiveram 108 autoridades submetidas ao Senado Federal. Por outro lado, quero dizer à Casa que, sob o ponto de vista do apoio legislativo, estamos desenvolvendo um trabalho de modernização da Casa, de todos os setores envolvidos, inclusive, hoje, com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas. Espero que no próximo ano já tenhamos condições de implantar algumas das recomendações e alguns dos projetos que estão sendo transformados em realidade.

Quero também comunicar, como é do meu dever, à Casa, aos Srs. Senadores, que na execução do orçamento do Senado Federal este ano, no que diz respeito aos investimentos, tivemos uma economia de 92,72% do orçamento de investimentos. A Casa somente utilizou 7,18% de todo o orçamento de investimentos previsto para este ano. No próximo ano, teremos uma diminuição em relação a este ano de 35,28%, o que mostra o esforço que também estamos fazendo nesse setor.

Gostaria de aduzir ainda que, em virtude de aposentadorias, hoje temos cerca de 600 vagas no quadro do Senado Federal que não foram preenchidas, o que constitui outro grande esforço que está sendo feito nesse setor.

Finalmente, quero agradecer aos Srs. Senadores e me congratular com todos pela maneira como colaboraram com a Mesa. Esta última sessão é, sobretudo, a demonstração da atenção que os Senadores tiveram, do cuidado que tiveram no exame de todas as matérias. O planejamento estabelecido na Ordem do Dia, o critério adotado pela Mesa, da inclusão de projetos sem preferência para nenhum, de acordo com a chegada dos projetos, tem assegurado a participação de todos os Senadores e o bom andamento dos nossos trabalhos.

Portanto, as minhas congratulações ao Senado Federal e os meus agradecimentos aos Srs. Senadores.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 50ª LEGISLATURA

31 DE JANEIRO DE 1996

Ao apresentar o relatório dos trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, exprimo a certeza de que o Senado Federal ofereceu o melhor dos seus esforços para bem servir àqueles que elegeram os seus integrantes.

Esta Casa, renovada em dois terços de sua composição, demonstrou, de 15 de fevereiro a 15 de dezembro de 1995, extrema e profunda dedicação à tarefa de melhorar esta Nação e integrá-la aos países desenvolvidos.

A atual Legislatura coincide com o período de mandato do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, configurando-se, assim, uma jornada compartilhada entre os Poderes Legislativo e Executivo com o propósito de atender aos anseios de justiça e desenvolvimento do Brasil. Nessa perspectiva, no início dos trabalhos, colocavam-se algumas missões prioritárias, sobretudo a modernização do País e o resgate da credibilidade das instituições políticas.

Com o objetivo de tornar o Brasil mais competitivo no mercado internacional, e vislumbrando crescimento econômico, multiplicação de empregos e aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, foram aprovadas emendas constitucionais que flexibilizaram os monopólios dos serviços locais de gás canalizado, da navegação de cabo-

tagem, das telecomunicações e do petróleo. Também nesse sentido foi redefinido o conceito de empresa nacional.

Ainda com vistas à modernização do País, os Senadores e Senadoras, em sessão conjunta do Congresso Nacional, aprovaram o Plano Real, contribuindo, desse modo, para que o Governo pudesse viabilizar sua proposta de estabilização da economia.

Quanto ao intento de recuperar a credibilidade das instituições políticas, não tenho receio em afirmar que o Senado Federal apresentou uma conduta exemplar, possibilitando, em conjunto com a Câmara dos Deputados, que o Poder Legislativo retornasse ao centro dos debates políticos.

Na Sessão Legislativa Ordinária de 1995, o Senado Federal apresentou números destacados nos trabalhos legislativos, nas atividades de Plenário e de Comissões, o que traduziu o propósito homogêneo e coordenado da Casa, e de seus integrantes, em cumprir sua missão. A título ilustrativo, saliento que o Senado votou 652 matérias, das quais 373 transformaram-se em emendas constitucionais, leis, decretos legislativos ou resoluções.

Para que esse resultado fosse alcançado, prevaleceu o elevado espírito cívico de seus integrantes, evidentemente os principais realizadores do trabalho legislativo da Casa. Mas, além da participação dos Senadores e Senadoras — e dos servidores, sem a colaboração dos quais pouco teria sido realizado —, muito contribuiu para ampliar a eficiência e o dinamismo dos trabalhos a adoção de alguns procedimentos destinados a tornar mais planejado e transparente o funcionamento do Senado.

Dos procedimentos inovadores, talvez o mais importante tenha sido a instituição da agenda mensal das matérias a serem submetidas à deliberação do Plenário. Dessa forma, os Senadores tornaram-se cientes da pauta do mês com antecedência de até trinta dias. Além disso, a circulação cotidiana, um dia após a respectiva sessão plenária, do *Diário do Senado Federal* — agora uma publicação independente do *Diário do Congresso Nacional* e do *Diário da Câmara dos Deputados* —, possibilitou aos Senadores e a seus gabinetes o acesso mais rápido às informações necessárias à atividade legislativa.

Outros procedimentos ainda merecem registro, tais como a reformulação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a edição diária do *Jornal do Senado*, a integração à *internet* e a

adoção de providências para a criação da *TV Senado*, canal por assinatura, e da *Rádiosat* digital, a serem inauguradas em 1996, que transmitirão ao vivo as sessões plenárias do Senado, bem como as de suas comissões.

A criação, pela Mesa desta Casa, do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado representou outro passo relevante no caminho da construção de um novo Legislativo. O Grupo, que hoje conta com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, deverá sugerir, em 1996, mudanças destinadas a implantar reformas na estrutura organizacional e administrativa da Casa.

Todo este trabalho — realizado já no primeiro ano da Legislatura — demonstra que o Senado Federal, juntamente com a Câmara dos Deputados, empenhou-se em cumprir sua missão constitucional e soube ocupar o espaço de cúpula do sistema democrático que compete ao Poder Legislativo.

INSTALAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
50ª LEGISLATURA

15 DE FEVEREIRO DE 1996

Agradeço, em nome do Congresso Nacional, a honra do comparecimento a esta Sessão do Exmo. Sr. Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; dos Srs. Embaixadores; dos Srs. Ministros de Estado; do Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Ministro Carlos Velloso; do Sr. Governador de Brasília, Dr. Cristovam Buarque; e demais autoridades presentes.

Tenho a honra de presidir a solenidade de instalação desta segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Legislatura, consciente de que estamos cumprindo, nesta Casa, com o nosso dever. Graças ao intenso trabalho aqui realizado, com a maciça participação de seus integrantes, o Congresso Nacional voltou a se impor como centro do debate político do País, promovendo as mais importantes alterações do texto constitucional de que se tem notícia na nossa história republicana.

Em poucas quadras de nossa História, o trabalho legislativo foi tão dinâmico e criativo. O Congresso Nacional garantiu a governabilidade, votando matérias de grande importância para a vida nacional. E em todas essas matérias ficou gravada a contribuição desta Casa, que modificou aquilo que lhe pareceu necessário. Isso foi possível graças à intensa participação dos Congressistas no estudo, no debate e na re-

flexão sobre os grandes problemas nacionais que foram e estão sendo submetidos ao crivo de seu julgamento.

Mais uma vez, o Congresso provou ser a Casa que representa a sociedade brasileira. Desde o ano passado, quando votamos mudanças de fundo na Ordem Econômica, ou este ano, quando vivemos o debate de reformas que dizem mais de perto ao interesse de toda a sociedade, o Parlamento revelou apurada sensibilidade para não tomar nenhuma decisão sem auscultar as entidades representativas do povo brasileiro.

Os Congressistas compreenderam que o Brasil precisa sacudir a poeira de um modelo que atendeu ao figurino de suas necessidades durante mais de 50 anos, mas que agora reclama mudanças substantivas para assegurar sua inserção na nova ordem econômica internacional. O dinamismo e a agilidade desse processo não impediram que os parlamentares esgotassem até à exaustão o debate de todas as proposições importantes que têm sido submetidas a seu juízo, promovendo, frequentemente, mudanças que têm aperfeiçoado as propostas oriundas do Poder Executivo.

O Poder Legislativo, portanto, se afirma como uma das mais valorosas instituições do Estado, sem criar qualquer tipo de dificuldade ou embaraço à atuação dos Poderes Judiciário e Executivo. Essa batalha pelo soerguimento do conceito moral da instituição tem sido tarefa de todos nós, e foi possível graças à integração dos dirigentes das duas Casas que compõem o Poder Legislativo. Eu e o Presidente da Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Luís Eduardo Magalhães, ambos temos sido rigorosos no cumprimento de normas e critérios, sem os quais nenhuma corporação poderá sobreviver com dignidade.

Felizmente, temos contado com a compreensão e o apoio de nossos pares, que estão advertidos para as onerosas responsabilidades que pesam sobre nossos ombros, nessa quadra mundial que tanto inquieta estudiosos, políticos e estadistas.

Há muitas indagações sobre essa fase de transição que vivemos, mercê das grandes transformações políticas, econômicas e sociais que se seguiram à queda do Muro de Berlim, ao desmantelamento das fechadas sociedades do Leste Europeu e à marcha inexorável das nações em uma busca competitiva da prosperidade.

Todas as dúvidas não dissipam a firme convicção de que só existe à nossa frente um caminho: o do desenvolvimento com justiça social. Para isso, precisamos apurar nossa sensibilidade para compre-

ender o alcance das reformas estruturais que se acham em curso e que objetivam tomar a economia brasileira mais flexível e eficiente, capaz de atrair a formidável massa de capitais de que necessitamos para prosseguir na obra de construção de um grande País.

O novo figurino que se molda para o Brasil não pode alienar as nossas responsabilidades na batalha para eliminar as gritantes desigualdades sociais que colocam nosso País em lugar pouco edificante no mundo. Devemos perseguir, por isso mesmo, um modelo no qual tenha lugar um Estado, não perdulário e irresponsável, mas eficiente e capaz de funcionar como forte instrumento para promover o equilíbrio social com a preocupação de dar maior assistência aos mais pobres. Como já tive oportunidade de acentuar, o que importa não é o tamanho, mas a qualidade do Estado.

Estamos convencidos de que iniciamos um trabalho de soerguimento da imagem pública do Poder Legislativo, que não mais sofrerá solução de continuidade. É consensual no Brasil que a liberdade continua sendo o valor mais e mais caro a todos nós. Mas a verdadeira liberdade só pode ser experimentada em uma nação que assegure as condições para convivência civilizada entre seus cidadãos. A pobreza é maior inimigo da liberdade, na medida em que dissemina a insegurança e favorece a criminalidade, conturbando a paz social. Nosso maior desafio é criar os instrumentos indispensáveis, para que o Brasil possa livrar-se do triste e odioso anátema da miséria.

Com o trabalho e a colaboração do Congresso, pôde o Governo começar a árdua e ingente tarefa, abrindo caminho para o desenvolvimento econômico, a criação de novas oportunidades de emprego e de aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, quando aprovamos as emendas constitucionais que flexibilizaram os monopólios dos serviços locais de gás canalizado, da navegação de cabotagem, das telecomunicações e do petróleo e a que permitiu nova definição de empresa nacional.

Ainda tendo em vista a necessidade de modernização do País, aprovamos o Plano Real, contribuindo para que o Governo possa viabilizar sua proposta de estabilização econômica. Esperamos, nesse sentido, que o mais cedo possível se resolva o problema dos juros, a crise dos Estados e Municípios, o problema cambial e das desigualdades regionais e de renda, que desafiam a nossa capacidade de homens públicos e exigem um esforço conjugado e nacional.

No que concerne ao intuito de recuperar a credibilidade de nossas instituições políticas, falo, como Presidente desta Casa, que o Senado Federal, em conjunto com a Câmara dos Deputados, fez com que o Poder Legislativo se afirmasse como centro de debate nacional. Na Sessão Legislativa de 1995, o Senado Federal registrou destacado rendimento legislativo, tanto nas atividades de Plenário quanto de Comissões, o que traduziu o propósito homogêneo e coordenado da Casa e de seus integrantes em cumprir a missão que lhes foi destinada. A título de ilustração, lembro que o Senado votou 652 matérias, das quais 373 transformaram-se em emendas constitucionais, leis, decretos legislativos ou resoluções.

Tal esforço revelou-se possível porque predominou o elevado espírito cívico dos seus integrantes, que são os principais agentes do processo legislativo. Porém, além da participação dos Senadores e Senadoras — e dos servidores, sem a colaboração dos quais pouco teria realizado — muito contribuiu para ampliar a eficiência e o dinamismo dos nossos trabalhos a adoção de alguns procedimentos destinados a tornar mais planejado e transparente o funcionamento do Senado.

Dos procedimentos inovadores, talvez o mais importante tenha sido a instituição da agenda mensal das matérias a serem submetidas à deliberação do Plenário. Dessa forma, os Senadores tornaram-se cientes da pauta do mês com antecedência de até trinta dias. Além disso, a circulação quotidiana um dia após a respectiva sessão Plenária, do *Diário do Senado Federal* — agora uma publicação independente do *Diário do Congresso Nacional* e do *Diário da Câmara dos Deputados* — possibilitou aos Senadores e a seus gabinetes o acesso mais rápido às informações necessárias ao exercício da atividade legislativa.

Outros procedimentos merecem registro, tais como a reformulação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a edição diária do *Jornal do Senado*, a integração à *internet* e a adoção de providências para a criação da *TV Senado*, canal por assinatura, e da *Radiosat* digital, a serem inauguradas em 1996 e que transmitirão, ao vivo, as sessões Plenárias do Senado, bem como de suas Comissões.

Também tivemos preocupação em modernizar a Instituição. A criação, pela Mesa, do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado representou uma iniciativa relevante no esforço para construir um novo Legislativo. O Grupo, que hoje conta com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, deverá sugerir, em 1996, um

conjunto ambicioso de mudanças que se destinam a reformar a veterana estrutura organizacional e administrativa da Casa.

Os trabalhos do primeiro ano esta Legislatura demonstram que soubemos cumprir nossa missão, ocupando o lugar de relevo que este Poder tem no sistema democrático. Um Poder Legislativo que sabe colaborar sem abdicar das suas prerrogativas de um dos Poderes do Estado.

A Câmara dos Deputados, presidida por este jovem e grande homem público, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, deu ao País um exemplo de trabalho, de correção e de patriotismo, tendo sustentado o processo de reforma do Estado, ao mesmo tempo em que promoveu uma administração pautada em critérios severos de transparência, moralidade e eficiência.

Quero ressaltar também as excelentes relações, nos termos da Constituição, que tem este Poder com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da República, o grande homem público Fernando Henrique Cardoso, que está realizando uma obra patriótica. Em relação ao Congresso Nacional, tivemos colaboração, respeito e prestígio.

O esforço compreendido por nossas Casas do Parlamento traduz a convicção de que sem Parlamento não há liberdade e sem liberdade não há democracia. E liberdade, em seu sentido mais genuíno, é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.

Nossa meta, reafirmo, nesta Segunda Sessão Legislativa Ordinária, nossa orientação será a mesma: a sedimentação de uma consciência moral de nossos deveres, procurando não cometer erros e, ao mesmo tempo, zelando pelos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Tudo por um congresso afirmativo, harmonioso com todos os poderes, mas sem subserviência e sem dependência.

Muito obrigado, mais uma vez, a todos os presentes.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ANO DE 1996

4 DE FEVEREIRO DE 1997

Eu, que fui, durante estes dois anos, um zeloso cumpridor do Regimento da Casa, não desejaria presidir a última sessão desrespeitando esse próprio Regimento, uma vez que a Presidência só pode se manifestar em assuntos que digam respeito à direção da Casa. Mas, se pudesse, eu diria o quanto estou profundamente sensibilizado com as palavras que foram aqui pronunciadas pelos eminentes Líderes.

Quero dizer que essa gratidão não é só minha, mas de toda a Mesa que encerra o seu mandato. Devo acrescentar que seria impossível que tivéssemos os trabalhos que tivemos nestes dois anos, se não contássemos com a solidariedade integral da Casa, solidariedade esta que se manifestou no apoio a todas as iniciativas da Mesa e que, sem dúvida, foi fundamental para que pudéssemos chegar aonde chegamos.

Quero também transmitir, ao encerrar este período, a minha profissão de fé sobre o Poder Legislativo. A minha formação política construiu-se dentro do Parlamento nacional. Há 40 anos aqui estou; sou o mais antigo Parlamentar da Casa e o único remanescente da Legislatura de 1955. O Parlamento é a maior de todas as instituições políticas descobertas pelo governo democrático, porque, na sua essência, realmente exerce a soberania popular. Este País só tem que se orgulhar do Congresso brasileiro, porque aqui nasceu a Nação, aqui se fez o Brasil, aqui se construíram as instituições. Quando foi proclamada a Independência, os homens públicos, os po-

líticos brasileiros que nasciam naquele instante e alguns portugueses que se transformaram em brasileiros, reuniram-se para, em Assembleia Constituinte, fundar as instituições. Discutia-se liberdade de imprensa quando não tínhamos ainda nem sequer tipografias; discutíamos as imunidades dos juízes quando ainda não tínhamos magistratura formada; discutíamos os direitos e os deveres dos cidadãos quando ainda não tínhamos um regime estabelecido. O País foi se formando dentro dos debates que se realizaram e das ideias que aqui frutificaram.

Foi no Parlamento que enfrentamos a crise primeira da Constituinte. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise do Fico. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Abdicação. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Maioridade. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Guerra do Paraguai e a consolidação das nossas fronteiras. Foi no Parlamento que se definiu a nacionalidade. Foi no Parlamento que se definiu a formação do Brasil.

Chegamos à República, passamos por todas as vicissitudes que ela trouxe; mas chegamos hoje com o País sendo a segunda democracia do mundo ocidental, de liberdades plenas, de instituições funcionando, com uma sociedade democrática. Isso, sem dúvida, devemos em grande parte ao Parlamento brasileiro, este Parlamento muitas vezes injustiçado, mas que, no seu âmago, em todas as suas atitudes ao longo da história, afirmou-se como uma peça fundamental do Brasil.

Este País não foi feito no campo das batalhas, nem pelas espadas dos generais, e nem teve suas fronteiras definidas em lutas sangrentas. Foi feito pelo diálogo, pelo gênio dos seus homens públicos. Esses homens, em grande parte, estavam dentro do Parlamento. Também os homens dos outros Poderes da República saíram, em grande parte, do Parlamento. Portanto, é com grande orgulho que encerro esta Legislatu-
ra. Nunca quis ser Presidente, nem membro de Mesa, durante esses 40 anos de Parlamentar. Aceitei o cargo num momento difícil do Senado Federal, da sua imagem perante o País, para prestar um serviço a esta Instituição, a que muito devo. Hoje, já avançado no trabalho parlamentar, devo dizer que, quando aqui cheguei, julgava que a tarefa principal do parlamentar era falar. Hoje, compreendo que é ouvir. Aqui estou para ouvir os exemplos do povo brasileiro, dos Srs. Parlamentares; sobretudo, estou com a alma

plena de gratidão pelas palavras que acabo de ouvir. Essas palavras, sem dúvida alguma, constituirão um grande patrimônio para mim, porque a gratidão é a alma do coração.

Muito obrigado!

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 50ª LEGISLATURA

31 DE JANEIRO DE 1997

Dignidade e Trabalho

O resgate da dignidade do Senado Federal foi um objetivo permanente dessa segunda Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Em razão disso, implantamos uma rotina que visasse a que todo o nosso trabalho mereça a agilidade e a transparência que o país estava a reclamar. Assim, no dia seguinte de sua leitura em Plenário, as matérias são publicadas no *Diário do Senado*; são distribuídas aos senhores senadores, para que tenham tempo de examinar em profundidade os avulsos das matérias a serem incluídas na Ordem do Dia; foi estabelecido calendário mensal das matérias a serem incluídas na Ordem do Dia, publicado e distribuído aos Senadores com antecedência de, no mínimo, 30 dias; providências foram adotadas para que, ao final da sessão legislativa, todas as matérias com parecer das comissões técnicas encaminhadas à Mesa com destino ao Plenário fossem incluídas na Ordem do Dia, o que significa que não há nenhum projeto, devidamente instruído, aguardando apreciação.

No que concerne às matérias de maior impacto apreciadas nesta sessão legislativa, destacamos:

I — proposta de emenda à Constituição: Criação do Fundo Social de Emergência, com recursos a serem aplicados, prioritariamente, no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação (art. 71 das

Disposições Constitucionais Transitórias — Emenda Constitucional nº 10); admissão de professores e técnicos estrangeiros nas Universidades (Emenda nº 11); competência do Sistema Financeiro Nacional para dispor sobre estabelecimentos de seguro, resseguro, etc. (CF art. 192, II — Emenda nº 13); disposições sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (CF art. 18, § 4º — Emenda nº 15); recursos destinados aos Estados, Distrito Federal e Municípios (Emenda Constitucional nº 14);

II — Código de Trânsito; alteração no Código Brasileiro de Telecomunicações;

III — projetos de iniciativa do Senado: doação e extirpação de órgãos; institui o número único de registro civil; Dispõe sobre a organização sindical; Dispõe sobre a exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas; Dispõe sobre a realização de referendo; Dispõe sobre as contas hospitalares do SUS; Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids; limite para multa decorrente de inadimplementos de obrigação contratual;

IV - projetos de lei de iniciativa na Câmara: Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Dispõe sobre o programa empresarial de alfabetização de adultos; Disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis; Dispõe sobre a concessão de pensão às vítimas do acidente nuclear de Goiânia; Estabelece normas para as eleições municipais; Altera a lei que estabelece rito sumário para as desapropriações de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária; Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Dispõe sobre o Fundo de Manutenção do Magistério; várias alterações do Código Penal e dos Códigos de processo penal e civil;

V — Competência Privativa: Acordos Internacionais, Escolhas de Autoridades, Matérias de Interesse dos Estados e Municípios;

VI — Comparecimento de Ministros de Estado da Justiça e da Administração e Reforma do Estado.

Competência Fiscalizadora: CPI para “apurar denúncias sobre atividades de mineração (concluída); “apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos (em funcionamento);

OUTRAS COMISSÕES: “analisar a programação de rádio e TV no País (em funcionamento)”; estudar a reforma político-partidária (em funcionamento); elaborar projetos de lei reguladoras de textos constitucional; promover atualização nos estudos e levantamentos sobre a abertura de frentes de produção agropecuária, extrativa (ligação do Brasil Central com regiões adjacentes até o Oceano Pacífico, etc) (em funcionamento, ressaltando a realização do Seminário Senado Federal, corredor centro-oeste); discussões e estudos no sentido do aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região nordeste (em funcionamento); definir política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia (em funcionamento); acompanhar o ocorrido na Clínica Santa Genoveva, no bairro de Sta. Tereza e demais casas geriátricas; acompanhar a apuração dos fatos que resultaram na morte de dezenas de crianças no berçário Hospital Materno-infantil, em Boa Vista, Roraima.

Maior divulgação dos trabalhos do Senado.

Criação do Instituto Legislativo Brasileiro, com o objetivo de melhor preparar o corpo de funcionários do Poder Legislativo.

Por outro lado, nos últimos dois anos, não obstante os escassos recursos humanos disponíveis, a Secretaria de Comunicação Social, seguindo orientação da Mesa Diretora, iniciou um projeto de divulgação que vem se aprimorando dia a dia.

Os serviços e produtos resultantes deste trabalho foram idealizados com o objetivo de abrir à opinião pública um canal direto de informações completas, corretas e objetivas. Esta foi a marca do ano de 1996 para toda a área da Comunicação Social.

Entre os principais serviços prestados ao longo deste ano, destacaram-se:

TV Senado — Neste primeiro ano de atividades, a TV Senado já tem o seu sinal recebido através das operadoras a cabo em mais de 80 pontos em todo o País, encontrando-se também disponível para TVs abertas, para o sistema Direct to Home, do grupo Abril, e pelo Sky Net. A *TV Senado* manteve ao longo deste ano uma grade de programação diária de 15 horas, de segunda a sexta-feira, e de 14 horas aos sábados e domingos, preparando-se, no momento para estender seu funcionamento por 24 horas.

Ao longo de 1996 foram postas no ar, principalmente, ao vivo, as reuniões das comissões, as sessões plenárias, a agenda de to-

dos os acontecimentos do Senado, além de entrevistas, dois telejornais diários e vários vídeos institucionais, informando ao cidadão sobre o funcionamento do Legislativo. Sempre que solicitada, a *TV Senado* forneceu também para as emissoras abertas de TV as imagens da cobertura diária dos principais fatos do Senado e disponibilizou para os senadores os serviços de gravação nos estúdios.

TV Interativa — Em caráter experimental, começou a funcionar sistema interativo de TV, executado de modo a permitir o contato direto com os cidadãos de todo o País, para que, assim, o Senado Federal possa colher um *feedback* imediato do trabalho dos senadores. Poder-se-á, então, levantar críticas, sugestões e comentários sobre a atuação de cada parlamentar. O sistema funciona através do telefone 0800-612211, interligado a um pool de micros, operado por estudantes de comunicação treinados para dialogar com o público, colhendo opiniões para transmiti-las aos gabinetes. O sistema será estendido também à *Rádio Senado*.

Jornal do Senado — editado de segunda a sexta-feira, o *Jornal do Senado* deu um salto qualitativo e quantitativo em 1996. Ampliou-se consideravelmente seu sistema de distribuição em todo o País e elevou-se a sua tiragem para 30 mil exemplares. Nos dias de cobertura mais intensa, o jornal passou também a circular com oito páginas, em vez de quatro, como era habitual. O *Jornal do Senado* é distribuído diariamente para veículos de comunicação, 5 mil prefeituras, governos estaduais, Assembleias Legislativas, vereadores, autoridades do Judiciário e do Executivo. Em 1996, graças às ações do Cegraf, o *Jornal do Senado* passou a ser distribuído via *internet*. É também encontrado em todos os voos que saem de Brasília.

Agência Senado — distribuiu ao longo de todo o ano amplo noticiário das atividades das comissões e do plenário para cem veículos previamente selecionados, incluindo-se aí as agências Globo, JB, Folha e Estado. Este foi também o ano em que o noticiário da Agência Senado passou a ser distribuído via *internet*, graças a um esforço do Prodasen, sem prejuízo da distribuição que se faz pelo STM-400, da Embratel.

Rádio FM Senado e Serviço de Rádio — Ao longo de 1996 foram produzidos noticiários para 400 emissoras em todo o País. Manteve-se, ainda, um Serviço 24 horas dedicado às assessorias de comunicação e emissoras de rádio: o 0800-614455. Com uma simples ligação gratuita, pode-se acessar, gravar e veicular os informativos Senado em

Linha Direta — edições Amazônia, Nordeste, Nacional e Agenda Senado. Além disso, os estúdios de rádio foram utilizados pelos senadores para gravações de seu interesse.

Foram feitos também todos os preparativos técnicos e de natureza burocrática, para que a partir da segunda quinzena de janeiro de 97 entre no ar, em Brasília, a *FM SENADO*, com alcance de sintonia para todo o Distrito Federal e adjacências, abrindo assim um grande leque de possibilidades de coligação com outras emissoras do País. A programação também estará sendo transmitida em tempo real, através do sistema Senado/*Rádiosat*, já em operação. Incluirá, além da transmissão ao vivo das principais reuniões do Senado, plenário e comissões, flashes de reportagens de qualquer ponto da Casa, bem como noticiários, debates e informações de utilidade pública durante 24 horas.

Dim-Dom — O serviço doméstico de alto-falantes, com cinco mil pontos distribuídos pela Casa, funcionou plenamente em 1996, com o dobro das inserções que se fazia em média nos anos anteriores. Este passou a ser um serviço extremamente solicitado por todos os setores da Casa.

Serviço Fotográfico — Este serviço bancou toda a demanda de ilustrações do Jornal do Senado, atendendo ainda órgãos de Imprensa de todo o País, fornecendo cópias fotográficas sobre eventos ocorridos nas comissões e no plenário.

Voz do Brasil — foi modernizado o programa radiofônico *Jornal do Senado*, veiculado na *Voz do Brasil* e disponibilizado seu script, no mesmo dia, para os gabinetes, através da rede de micros da Casa.

Relações Públicas — foi redefinido o papel institucional da Subsecretaria de Relações Públicas, órgão da Secretaria de Comunicação Social, com a criação e implantação de novos projetos, como o Cisne e o Trocando Ideias, voltados, respectivamente, para a melhoria da qualidade de vida e para a ampliação dos horizontes culturais do servidor. Destaque-se o projeto Boas-Vindas, destinado a recepcionar os novos servidores do Senado Federal. O projeto “Conheça o Senado” também foi redimensionado e ampliado, com a abertura do Senado à visitação pública nos finais de semana, iniciativa que ganhou uma acolhida extremamente entusiasmada de toda a sociedade.

Foram aperfeiçoados os serviços relativos à organização dos eventos coordenados pela SSRP, como o atendimento às autoridades e convidados às Sessões Especiais do Senado e Solenes do Congresso Nacional.

Outras duas propostas visando aos públicos interno e externo também encontram-se em fase adiantada de execução: “Cultura ao Meio-Dia”, com a projeção semanal de filmes no auditório Petrônio Portela, e o 0800 SENADO — A VOZ DO CIDADÃO, uma linha direta com a sociedade.

Vitrine dos Estados — registrou-se também significativo incremento no número de eventos de natureza cultural em parceria com outros órgãos públicos e entidades da sociedade, e um aproveitamento mais amplo e racional do espaço Vitrine dos Estados. Na pauta da Subsecretaria de Relações Públicas encontra-se ainda a proposta de instalação de um quiosque (Senado Bookstore) para a comercialização de produtos da Casa, como livros e CD-ROMs, bem como materiais de escritório e camisetas com o logotipo e motivos do Senado Federal, com providências concretas já deflagradas no final deste ano.

Senadores na Mídia — a Secretaria de Comunicação Social passou a oferecer aos gabinetes uma pesquisa diária sobre a divulgação dos trabalhos dos senadores nos principais jornais. Veiculada pela rede de micros do Prodasen, reproduz o noticiário gerado a partir do Senado, comparando o que foi divulgado pelo *Jornal do Senado* com o que foi publicado pela mídia nacional.

Esse percentual tem se situado ao redor de 12%, ou seja, somente 12% das notícias geradas no Senado — pelo plenário, pelas comissões e pelos senadores individualmente — saíram publicadas na grande imprensa ao longo de 1996. No segundo semestre, esta média subiu para aproximadamente 20%.

A divulgação das atividades legislativas do Senado foi imprescindível ao trabalho de melhoria de sua imagem ao longo de 1996, quando a Casa apreciou quase 700 matérias. Em 1995, o Senado apreciou um total de 646 matérias, aprovando 511 delas, entre as quais 84 acordos internacionais, 51 concessões de rádio e televisão e 38 operações de crédito externo. No primeiro semestre deste ano, o total de matérias apreciadas foi de 290. Estes dados somente chegaram ao conhecimento do grande público graças aos veículos instituídos pelo Senado nos últimos dois anos.

A necessidade de o Senado criar a sua própria mídia para mostrar à sociedade seu trabalho e sua efetiva importância na vida nacional foi sendo atendida no dia-a-dia, sem que houvesse tido tempo

para um planejamento sistemático de todas as atividades contidas no projeto de divulgação e sua execução a médio e longo prazos.

Apesar do esforço desenvolvido a partir da nova política de Comunicação, a Secretaria de Comunicação Social não estava dimensionada em sua origem para prestar os novos serviços. Estes foram surgindo a partir de determinação da atual Mesa, com o objetivo de encontrar alternativas ao noticiário distorcido a respeito das atividades do Senado e de seus integrantes.

O projeto, por exigência da realidade política vivida pelo País e por esta Instituição, foi inicialmente implantado graças à boa vontade da administração e dos servidores, que se desdobraram no cumprimento de seus deveres.

O ano de 1996 foi sem dúvida, para o Senado, o ano decisivo da montagem da sua rede de comunicação com a sociedade. Nos próximos anos, tudo o que se precisa fazer é consolidar esta iniciativa, dando-se à Comunicação Social estrutura e condições de prosseguir no seu trabalho. Foi pensando nisto que a Comissão Diretora pôs em andamento na Casa um projeto de reestruturação de toda a Comunicação Social. Dessa forma, o Senado Federal estará, na verdade, criando as condições básicas para que se possa manter informada a sociedade brasileira, sobre seus atos, decisões e iniciativas.

Em 1996, além de montar e aperfeiçoar todos os seus veículos (*TV Senado, Jornal do Senado, Rádio Senado e Agência Senado*) a SECS tornou-se ainda maior, ao incorporar a Subsecretaria Técnica e Eletrônica (SSTEL), à sua estrutura.

Todo esse trabalho pretendeu tornar as atividades legislativas mais ágeis e transparentes, estreitando o vínculo do Senado Federal com a população, para que cumprisse com dignidade o seu papel constitucional.

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

1º DE FEVEREIRO DE 2003

Agradeço a meus estimados colegas, Senadoras e Senadores, a confiança de eleger-me Presidente da Mesa do Senado Federal neste biênio da 52ª Legislatura.

Agradeço particularmente ao Senador Renan Calheiros o gesto generoso de promover a unidade da nossa Bancada, do PMDB, em torno do meu nome. Em nome da Casa agradeço ao Senador Ramez Tebet os serviços por ele prestados ao Senado da República.

Há mais de 170 anos o Senado se reúne, como hoje, no exercício da continuidade do Governo democrático, com a renovação das legislaturas, o juramento dos eleitos para o exercício dos mandatos. Esta instituição é uma das maiores criações da democracia representativa e suas origens estão nos constituintes da Filadélfia.

A soma de todos nós é menor do que a soma do Senado.

Por esta Casa passaram as maiores figuras políticas do País. Cito algumas como Nabuco de Araújo, Cotegipe, Saraiva, Silveira Martins, Caxias, Dantas, Campos Sales, Afonso Pena, Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas, Tancredo Neves e tantos outros.

Como síntese na evocação dos nossos maiores, guardião de nossas tradições, neste Plenário está o bronze eterno do Rui Barbosa, velando pelos nossos trabalhos.

Dizia ele que “o Senado é a personificação efetiva de um Estado”, que ele significava os interesses maiores da Pátria.

Casa de tradição, o Senado deu uma parcela relevante na construção do País. Aqui, ajudamos a fazer nossas instituições políticas, estas que vêm consolidando o Brasil.

Sempre escrevi que o Brasil foi uma construção política, desde a Independência até os nossos dias. Numa comparação que costume fazer, não nos marcam as cicatrizes das batalhas sangrentas, como na conquista da América espanhola e na formação de diversos países.

Foram os políticos que tiveram a sabedoria e a competência para fazerem a Independência; eles pregaram e consolidaram a República; eles que souberam atravessar os nossos impasses em todos os momentos para encontrar soluções sem rupturas.

Nossas instituições políticas estão marcadas pelo idealismo dos nossos antepassados, que foram, sempre, visionários.

Não tínhamos imprensa na Constituinte de 1823, e discutimos a liberdade de opinião.

Sem termos a Nação organizada, os Senadores e Deputados discutiam liberdades civis e liberdades individuais — isso no começo do século, em 1823 —; sem saber onde eram as fronteiras, porque o País ainda não existia delineado, eles estudavam e defendiam as teses da soberania — todos esses debates estão nos nossos Anais —; sem terem ainda consolidado leis, discutiam a independência dos Poderes, os predicamentos da magistratura.

Fui persistente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no desejo de ocupar este cargo, pelo fascínio que me desperta e estimula o momento atual da vida brasileira, pela convicção de que posso concorrer com uma boa parcela de minha vivência, solidificada em quase meio século de atuação parlamentar, em favor do Senado Federal, do Congresso Nacional e do Brasil.

Leva-me a pensar nessa legitimidade o fato de eu ser o parlamentar mais antigo destas duas Casas Legislativas; de conhecer as duas margens do rio: a do Legislativo e a do Executivo.

Sou o último remanescente da Legislatura de 1955/1959 hoje no Congresso. Há 48 anos exerço a atividade parlamentar. Minha formação política foi o Parlamento: a mais alta e mais fascinante criação do homem no caminho da organização do governo democrático.

É o Parlamento a casa onde o povo tem sua voz e participação por intermédio de seus representantes.

No Parlamento aprendi que se aprende a arte de falar e de ouvir, de dialogar, de conviver, de aceitar ideias e rejeitá-las, questionar governos, costumes, hábitos, práticas, pessoas e condutas.

O Parlamento pode questionar o próprio Parlamento.

Nosso trabalho exige uma sedimentação profunda da consciência moral sobre as nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranção nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta: transparência, moralidade, eficiência, trabalho, os nossos dogmas.

O Congresso, como eu disse, é maior do que a soma de todos nós.

Os parlamentares perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante o século XIX até metade do século XX. Eles eram o centro das decisões, e elas podiam vir pela retórica. Era o tempo em que os Plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento de grandes oradores.

Felizmente ainda somos dominados, de certa parte, em nosso País, pela visão do parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao Plenário.

Mas, somos muito mais do que isso!

Do Congresso somente me ausentei para ser Governador do Maranhão, em 1965, e, de 1985 a 1990, para exercer sucessivamente a Vice-Presidência e a Presidência da República.

No Senado Federal estou no exercício do quarto mandato.

Já exerci todas as funções de representação de cargos e encargos políticos: Deputado, Governador, Senador, Vice-Presidente e Presidente da República, líder, presidente de partido, líder de oposição e de governo. Em todos estes postos tive presente a consciência moral dos meus deveres. Tomei decisões, e certamente cometi erros, mas também acertei.

Não me acusa a consciência de ter fugido ao risco de tomar posições quando elas são necessárias. Nos momentos em que fui chamado a cumprir o meu dever, procurei ser firme e decidido, prudente ou paciente, sem jamais perder o equilíbrio.

Tenho, neste momento, já no crepúsculo dos anos, de dizer que nunca falhei ao meu País. Quando na edição do AI-5, fui o único Governador de Estado a negar-lhe apoio.

Ao lado de Petrônio Portela, Teotônio Vilela, Daniel Krieger, Milton Campos, Carvalho Pinto e muitos outros, aqui neste Plenário, lutávamos por uma saída para chegar à democracia, desembocando na revogação do AI-5, Emenda Constitucional da qual fui Relator.

Depois o trabalho para a construção da anistia e a dinâmica da abertura de um tempo em que as feridas ainda estavam abertas e não cicatrizadas.

Quando houve impasse na direção dessa construção da abertura, sentindo que podíamos marchar para um retrocesso, tive a coragem de discordar e abrir caminho para que, com um grupo valeroso de companheiros, muitos deles que aqui ainda estão, pudéssemos eleger Tancredo Neves e possibilitar uma saída sem traumas do regime autoritário.

Levado pelo destino, num momento dramático da vida nacional, a assumir a Presidência da República, tenho a consciência de que ajudei a construir a volta das liberdades.

Abolimos as leis de exceção. Tive a determinação, contra todas as expectativas, de convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

Há dois anos, estava em Berlim, participando de uma reunião do InterAction, que congrega ex-Presidentes da República e Chefes de Governo. Na conversa com um ministro alemão, ele me perguntou se eu tinha tido a coragem de fazer uma Constituinte. Observou, então, que devia ter sido a última Constituinte do mundo ocidental, porque — disse ele —, hoje, se fôssemos convocar uma Constituinte na Alemanha, o país se dissolveria, tantos e tão fortes são os interesses e tensões que se formariam dentro da sociedade.

Afirmei-lhe que eu sabia desses perigos.

O exemplo de nossa História não era alentador.

A Constituinte de 1823 foi fechada; a de 1891 desembocou na renúncia de Deodoro; a de 1934, nas malhas do Estado Novo; a de 1946, a edificação da democracia no fim do totalitarismo nazista, acabou fechada em 1964.

Em 1988, houve o esforço pela construção da cidadania. Abriam-se os caminhos para os direitos sociais. Fui um crítico da

Constituição de 88. Ela criou, na área da organização do Estado, um espaço de ingovernabilidade, por ser híbrida, ao oscilar entre o parlamentarismo e o presidencialismo, sem unidade.

Pude comprovar a evidência dessas falhas na existência de mais de trezentas emendas constitucionais que circularam — algumas ainda circulam — no Congresso Nacional com vista a corrigi-las.

No que se refere aos direitos sociais e civis, sempre a aplaudi, louvei-a e a apoiei. Na mensagem em que convoquei a Assembleia Nacional Constituinte eu dizia que se fazia necessária a construção de direitos sociais. Foram tais direitos que, exercidos, abriram caminho para que tenhamos hoje uma sociedade democrática, transparente, aberta, que vivifica o tecido social com a capilaridade democrática estendendo-se em todos os setores.

Senhoras e Senhores Senadores, fiz algumas referências históricas e dei o testemunho de uma vida dedicada ao Parlamento, para atestar as mudanças que ocorreram ao longo dos anos recentes e as esperanças que se abrem quando olhamos o futuro.

Thiers dizia de Gladstone: “Quanto mais velho ficava, mais confiança tinha no futuro.”

Lembremos o exemplo dessas mudanças no Brasil e no mundo. Devemos recordar alguns fatos. Há menos de um século, o Presidente Wenceslau Brás abria e fechava o Palácio do Catete, levando a chave no bolso. Era símbolo de trabalho: o primeiro a chegar, o último a sair.

Hoje a complexidade do Estado moderno faz mudar tudo. Mudaram os costumes, mudaram os hábitos, mudou o governo, mudou a política.

A democracia representativa, de que somos agentes e eleitos, está sob forte contestação. Contestam-se seus valores e muitos já apontam o rumo da democracia direta. A sociedade da informática modificou completamente as mentalidades, os hábitos, os costumes. Nosso pensar, baseado num sistema mecanicista de causa e efeito, foi abalado pelo conceito de rede.

De um modelo fortemente hierarquizado e com informação centralizada, passamos a um modelo em que a informação é mais distribuída e a decisão menos programática — podemos até falar num tipo de informação biológica. O Estado tradicional é substituído pelo

estado em rede, construído a partir da mundialização do capital, da multilateralização dos poderes institucionais e da descentralização da autoridade. O Estado é cada vez menos a expressão de sua soberania, acuado pela força das grandes companhias globais cujo capital supera o PIB de muitos países e pela hegemonia de superpotências destinadas a impor sua força a tudo e a todos.

O Estado, assim, não é mais o ponto de passagem obrigatório entre o particular e o geral, entre o interesse público e o interesse privado.

Minha geração viveu entre a magia e a realidade. Aconteceram fatos e criaram-se coisas com que nunca sonhamos. É como se da tenda dos alquimistas surgissem, em vez de poções mágicas, outros mundos. As descobertas científicas colocaram milagres em nossas mãos. Uma diabólica máquina composta de fios e de um teclado — o computador — conecta todo o mundo e instantaneamente fornece informações, milhões de dados se avolumam a cada segundo, sem um centro organizador e produtor, nessa teia sem limites.

Isso afetou a política. É indispensável a nossa capacidade de estarmos preparados para essa nova realidade. A base da política é a confiança. Penso que posso dizer, na abertura dos nossos trabalhos, que o Brasil pode confiar no Senado. Há no Congresso e no meio político a consciência de que vivemos um tempo novo de construção.

A biografia do Presidente Luís Inácio Lula da Silva é uma referência do Brasil para o mundo democrático, referência de nossos avanços nas oportunidades de participar e decidir, de ascensão social, da força do trabalho. Torna-se possível vislumbrar a construção de um pacto social com a diminuição das tensões e com a compreensão das elites de que é hora de ceder espaços para ganhar o principal, que é a paz social.

Temos desafios imensos. Os maiores deles talvez sejam o desemprego e a violência. Somados, tornam a nação insegura e o povo infeliz.

Desejo — penso interpretar o sentimento de todos nós — que esta legislatura corresponda ao espírito de responsabilidade que nos domina e assegure ao país clima de confiança e estabilidade e novos tempos de entendimento e de novas relações políticas. O Senado, tenho certeza, será um dos pilares deste momento político e cumprirá sua

missão histórica de harmonizar conflitos e buscar sempre e em tudo atender o interesse público.

Veja-se a tarefa urgente, generosa, do combate à fome. A Nação precisava de ideais que a unissem e não a dividissem. Essa campanha, além da sua razão humanista e meritória, tem também a virtude de mobilizar consciências e vontades, sabendo que há um espaço comum, que é de todos, quando a boa causa é a de suprir necessidades e também de humanizar mediante a solidariedade e o cumprimento do dever.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a agenda do Poder Executivo indica trabalhos e desafios para nós.

Neste ano, duas reformas fundamentais são propostas: a previdenciária, para evitar a quebra do Estado, e a tributária, para modernizar a arrecadação. Indaga-se se é possível fazê-las, se é possível aprová-las na velocidade que o País necessita. Eu acho que interpreto o sentimento de todos nós se afirmar que sim. Basta ter vontade política. A responsabilidade é de todos nós — Governo, Congresso Nacional e sociedade mobilizada. É hora de juntar vontades e, Executivo e Legislativo, enfrentar e vencer pressões.

Acho que da parte de nossa Casa legislativa nós iremos cumprir com nosso dever. Serei sempre o primeiro defensor da harmonia e da independência dos Poderes, como determina a Constituição, zelando pelas prerrogativas do Poder Legislativo. Devemos zelar pelas nossas prerrogativas e ter a consciência dos nossos deveres, com a imagem, a compostura, a moral e a dignidade do Senado Federal.

Joaquim Nabuco nos aponta a grandeza da missão que temos a cumprir e os limites que devem reger nossa conduta. Em determinado período de um dos seus discursos, Nabuco, que vinha da monarquia e ainda começava a República, dizia que “não é preciso ser republicano para servir à República — ele não era republicano —, nem monarquista para servir à monarquia; basta ter a clara noção de que nunca se tem o direito de prejudicar a pátria para prejudicar o governo”.

Acima de qualquer credo político, de Governo e Oposição, neste momento tão fascinante da vida brasileira, com um Presidente cujas origens são o aval de sua determinação, não podemos recusar ajuda na tarefa de dar governabilidade — fazer as reformas, celebrar o pacto social.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de concluir, devo dizer que também devemos ter a nossa própria agenda política. Penso que a agenda do Legislativo, a começar pelo Senado, é a de fazer a reforma política. Vamos construir modernas instituições, que não aniquilem os partidos, que não rebaixem a política a um cartório de registro de candidatos nas eleições; que não envelheçam a representatividade e não destruam a legitimidade.

Vamos fazer a reforma política. O voto uninominal proporcional só existe no Brasil. Em nenhum outro lugar do mundo, existe esse modelo. Já desapareceu, como prejudicial à democracia, em todos os países. É uma reminiscência dos fins do século XIX.

Enfrentemos o problema. Vamos elevar o debate, torná-lo capaz de mobilizar uma nova atividade política, a nossa consciência, e que esses ideais nos encorajem.

Vamos dar ao Brasil uma noção de trabalho. Vamos desobstruir a pauta e iniciar nas Casas, ligadas por um interesse comum, Senado e Câmara, um trabalho conjugado, para que a opinião pública tenha presente que esta Quinquagésima Segunda Legislatura será citada na história do Brasil como um dinâmico e criativo tempo de construção e de serviços prestados ao País. Para isso, estou perfeitamente sintonizado com o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, que comigo dividirá o comando de nossas casas legislativas.

O Congresso Nacional jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo e do Judiciário. Nossa obrigação é ajudar a diminuir os problemas de nosso povo e assegurar que cumpriremos quatro anos em um Congresso de renovação, transparente, sem contemplações com os erros e disposto a punir todos aqueles que, de um modo ou de outro, infringirem o mandato que o povo lhes conferiu.

Mas também seremos intransigentes e inarredáveis e jamais nos vergaremos na defesa das prerrogativas e da autonomia do Parlamento, Casa que é a expressão da soberania do povo e do sistema democrático.

Quero cumprimentar os novos representantes dos Estados no Senado, Senadoras e Senadores, desejando a todos um mandato de pleno êxito.

Cumprida a finalidade desta sessão, vou, agora, encerrá-la. Antes, convoco as Sr^{as}. e os Srs. Senadores para a 3ª Reunião Prepara-

tória, a realizar-se agora, neste plenário, às doze horas e trinta e cinco minutos, a fim de que se proceda à eleição e posse dos demais membros da Mesa.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente sessão.

INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
52ª LEGISLATURA

18 DE FEVEREIRO DE 2003

Ao término desta sessão, quero agradecer ao eminente Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; ao Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar; ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha; ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio de Farias Mello; ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu; aos Srs. Presidentes de Tribunais Superiores; aos Srs. Embaixadores; e as autoridades eclesiásticas o prestígio de suas presenças nesta solenidade.

Às Sr^{as} e aos Srs. Deputados, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, integrantes desta Legislatura, minhas saudações de chegada e o desejo de êxito em suas funções de trabalho, de realização política de suas obrigações legislativas, e a certeza de que este Congresso está consciente de suas responsabilidades neste momento em que o Brasil vive um clima de mudança, de renovação e de profunda transformação.

Marcaremos esta Legislatura pelo trabalho, pela altitude do debate político e pela consciência moral dos nossos deveres.

Ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, cuja trajetória política honra esta Casa, quero dizer o quanto estou feliz de trabalharmos juntos, sintonizados e irmanados pelo desejo comum de prestar um grande serviço ao Legislativo e ao Brasil.

Ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, expresso, em nome do Congresso Nacional, a nossa homenagem por ter vindo trazer pessoalmente a Mensagem sobre o estado geral da Nação, sendo portador de um patriótico convite de união de vontades e esforços na tarefa de engrandecer o debate democrático, colocando-o em patamar que possa absorver todas as nossas energias, formatando as necessárias reformas, principalmente as dos setores previdenciário, tributário, judiciário e político.

A eleição de V. Ex^a, Sr. Presidente, representa sem dúvida um momento histórico na vida do Brasil. Ela não é somente uma mudança de pessoas, mas o fim de um ciclo republicano.

A República nasceu, como tantas vezes se tem dito, sem jacobinos e sem povo. Liberal nas concepções e nas leis, tornou-se uma peça de ficção entre o país legal e o país real.

Com a Revolução de 1930, ampliou-se o pacto republicano para incorporar, numa ampla reforma, grandes mudanças nas estruturas políticas do País, tais como a conquista do voto feminino, a moralidade do processo eleitoral, a participação de segmentos afastados das decisões nacionais, principalmente trabalhadores e amplos setores do capitalismo representado no setor industrial e financeiro. Mas em breve malogravam-se esses objetivos no fascismo do Estado Novo e no corporativismo de um trabalhismo tutelado pelo Estado.

A questão social, num e noutro momento, não foi equacionada e permaneceu responsável ao longo do tempo por grandes e insuperáveis injustiças.

Com a Constituição de 1946, mais uma vez amplia-se esse pacto republicano com a participação de setores ideológicos, principalmente os segmentos de esquerda incorporados ao pacto político depois da 2^a Guerra Mundial.

Vivemos algumas décadas submetidos a crises institucionais profundas, marcadamente influenciadas pela Guerra Fria, que trouxe para o nosso País a confrontação ideológica e hiatos de autoritarismo.

Com a redemocratização, estabelecemos um novo pacto com a Constituição de 1988, cheia de defeitos, mas que na área dos direitos sociais foi responsável por notável avanço.

Com a vitória de Vossa Excelência, Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, amplia-se o pacto republicano de inclusão do povo, dos trabalhadores da cidade e do campo. Enfim, o Brasil tem um Presidente representativo das camadas e reivindicações de setores até agora não incorporados ao processo de decisão nacional. É essa a grande mudança!

O Brasil apresenta-se ao mundo como uma grande democracia, com um Presidente portador de uma biografia que honra o nosso País e exemplo de nossa mobilidade social, das oportunidades de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Estamos prontos para um grande passo, Senhor Presidente, para o grande pacto social proposto por Vossa Excelência.

A Mensagem de Vossa Excelência, Senhor Presidente, é a certeza de sua visão do futuro e de suas altas responsabilidades nessa histórica missão. O Congresso Nacional, consciente deste momento, cumprirá seu papel constitucional de independência e autonomia, defenderá suas prerrogativas como a Casa do Povo e dará a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o respaldo necessário para as medidas em favor do País, votando, no mais breve tempo possível, as reformas necessárias.

Esperamos que todo o Congresso seja um grande elo na construção deste novo momento da vida brasileira. A mensagem de Vossa Excelência tem o preço de sua vida e o idealismo de suas responsabilidades. É recebida pelo Congresso, sem dúvida, como um grande documento para reflexão e exame.

Sob a invocação de Deus e o idealismo das grandes causas, posso, em nome de todos, das Sr^{as} e Srs. Deputados, das Sr^{as} e Srs. Senadores, assegurar à Nação brasileira que o Congresso não falhará ao País.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ANO DE 2003

19 DE DEZEMBRO DE 2003

Senhoras e Senhores Congressistas

Cumprimos uma etapa importante da vida desta 52ª Legislatura ao votar as matérias que são objeto desta promulgação. Fizemos alterações de ordenamentos constitucionais há muito desejadas e necessitadas pelo país. Não atendemos apenas à iniciativa de um governo, mas à pressão que existe há anos e ao desejo perseguido por muitos governos de fazer uma reforma da previdência que possa torná-la sustentável, e uma reforma tributária que simplifique a vida do contribuinte e estabeleça critérios e normas que possam ser um avanço.

A Reforma da Previdência trará segurança a todos que estão no sistema da seguridade social, para que possam receber os benefícios e a tranquilidade que merecem aqueles que trabalham e necessitam de assistência e almejam uma aposentadoria sem riscos.

A Reforma Tributária, por outro lado, assegura a simplificação do sistema de cobrança de impostos e abre condições para a retomada do crescimento econômico.

O Congresso Nacional não esqueceu, numa e noutra reforma, os aspectos humanos que dizem respeito diretamente à vida de todos os cidadãos. O Congresso Nacional foi atento às reivindicações da sociedade, ajustou-as ao interesse nacional, sem violar nem violentar direitos.

Se por um lado essas reformas eram há muito tempo reclamadas pelo país, por outro devemos ressaltar que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva teve a coragem e a determinação de enviá-las ao Congresso Nacional e acompanhar sua tramitação, transigindo e encontrando consensos. O Presidente Lula está servindo ao país, com determinação e espírito público.

O Congresso Nacional é a Casa onde se harmonizam os conflitos. A sociedade democrática é uma sociedade de grupos de pressão. É natural que cada um deles exerça sua função, defendendo seus direitos setoriais. Cabe ao Congresso Nacional harmonizar esse mapa de interesses, de modo a que sempre façamos leis que sejam o ponto de equilíbrio do pensamento nacional e do interesse do país. Nossa função não é construir o impossível, mas fazer e tornar a sociedade possível.

Por isso, muitas vezes e quase sempre ficamos à mercê de incompreensões. Mas é da nossa obrigação, da nossa missão, fazer leis para todos. Não trabalhamos com utopias, mas em transformar utopias na realidade do que é possível fazer.

Essa é a nossa função e, por isso mesmo, nossa Casa é o coração da democracia, onde o povo pode questionar tudo na sociedade, inclusive o próprio Parlamento.

Quero congratular-me com todos, Senhoras e Senhores Deputados e Senhoras e Senhores Senadores, pelo trabalho excepcional que realizaram, especialmente com a Câmara dos Deputados, na pessoa do Deputado João Paulo Cunha, excepcional figura de homem público, que tem conduzido os trabalhos da Câmara dos Deputados com sabedoria, inteligência e acuidade política, zelando pelo prestígio da Casa, pela dignidade do Poder Legislativo e, por isso mesmo, credenciando-se ao respeito e à admiração de todos nós.

Este ano legislativo foi, sem dúvida, de grandes realizações para o Brasil. O Parlamento brasileiro cumpriu com o seu dever. Votou as reformas da previdência e a tributária, os estatutos do idoso, do torcedor e do desarmamento, os projetos da nova lei de falências, da mata atlântica, da biossegurança, do primeiro emprego, do seguro agrícola, da pirataria, analisou mais de cinco mil proposições, fez mais de novecentas reuniões e, só nas votações das reformas, cem audiências públicas foram realizadas, ouvindo, discutindo, recolhendo ideias e caminhos para soluções.

Com o Judiciário, nossa relação foi de absoluto equilíbrio, de cumprimento constitucional, de harmonia e de cooperação. Basta citar o trabalho do Deputado João Paulo Cunha com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, abrindo o debate da Reforma da Previdência nos pontos principais, que foram acolhidos na versão final. Votamos as leis da criação das varas federais, bem como os recursos humanos para que pudesse a Justiça exercer melhor sua função.

Convênios foram feitos pelo Senado Federal com o Supremo Tribunal Federal, assegurando treinamento de pessoal, publicação de clássicos do Direito e edições da Revista da Magistratura.

É meu dever agradecer e expressar nossa homenagem ao Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal e seu Presidente Maurício Corrêa, ressaltando a harmonia e a independência que, na forma constitucional, têm pautado nossas condutas, lutando no espaço comum do interesse nacional.

A melhor síntese que podia fazer deste ano sobre as atividades do Congresso Nacional é repetir a mesma frase com que abri esta Legislatura: o Congresso Nacional não faltou ao País.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 52ª LEGISLATURA

31 DE JANEIRO DE 2004

A 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura coincidiu com a comemoração dos 180 anos do Parlamento brasileiro, ocasião de reflexão sobre o papel do Poder Legislativo na construção de nossa História.

Na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império, instalada em 1823, fixou-se a ideia do primado da lei e do direito individual, princípios a que o Parlamento incorporou o direito social. Agora, avançamos na defesa dos direitos difusos, como do meio-ambiente e das minorias.

Nesta tradição, a sessão legislativa iniciada a 15 de fevereiro e encerrada em dezembro de 2003 foi marcada pela aprovação de propostas de grande repercussão no cotidiano do cidadão, amplamente debatidas com o governo e com a população. O Estatuto do Idoso, assegurando direitos amplos, especialmente nas áreas da saúde e da assistência social, foi aprovado rapidamente. O projeto Primeiro Emprego incentiva a inserção dos jovens no mercado de trabalho, com uma expectativa de beneficiar 350 mil no primeiro ano. Discutimos projetos em defesa da pessoa portadora de deficiências e de quotas para o acesso de negros à universidade e ao emprego público. O Parlamento tomou a iniciativa de enfrentar um dos aspectos mais dramáticos da violência, as armas de fogo. Promovemos a criação de uma comissão especial con-

junta de senadores e deputados para examinar o controle do porte e da venda de armas e munição e, em pouco mais de três meses aprovamos o Estatuto do Desarmamento.

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva entregou pessoalmente ao Congresso Nacional grandes projetos para a reforma do sistema tributário e da previdência social. Essas proposições chegaram ao Senado Federal em final de agosto. A reforma da previdência, a mais polêmica, teve matérias destacadas para constituir a chamada PEC paralela, enquanto seu núcleo era aprovado de modo a viabilizar ações mais rápidas do governo. A reforma tributária, por sua vez, teve sua discussão escalonada em três fases, de maneira a que as divergências entre Estados pudessem ser mais bem debatidas, sendo aprovada em parte, e promulgada, consolidando, assim, o entendimento entre as duas casas sobre a promulgação parcelada.

A política é a arte da harmonização de conflitos e da negociação. O amplo diálogo que permitiu a votação de matérias difíceis, complexas e controversas dá uma demonstração do equilíbrio e espírito público do Senado Federal.

O Parlamento é o espaço popular por excelência: nele as decisões são tomadas à vista de todos. O Senado Federal é uma Casa aberta ao cidadão, que pode acompanhar todas as sessões no plenário e reuniões de comissões técnicas pela *TV Senado* ou pela *Rádio Senado*. O *Jornal do Senado* circula com 40 mil exemplares. A *internet* permite o acesso direto aos gabinetes dos senadores e a todo um universo de informações, inclusive o *Diário do Senado Federal*. O programa Fala Cidadão, de atendimento telefônico em linha gratuita, que está em ampliação, recebe mais de cem mil telefonemas a cada ano. O Senado Federal está participando da criação da *TV Brasil Internacional* e deu início ao processo de implementação de sinal aberto da *TV Senado*.

O Senado Federal realizou neste ano 209 sessões, das quais 121 foram deliberativas, enviando à sanção presidencial 58 projetos de lei e encaminhando à Câmara dos Deputados 112 projetos. Examinou todas as 55 medidas provisórias que lhe foram submetidas. Aprovou 990 matérias de competência exclusiva ou privativa, como concessões de telecomunicações, acordos internacionais e operações de crédito. São horas e horas de reuniões, discussões, debates, estudo, que demonstram a vitalidade e a capacidade de trabalho da Casa.

O Senado Federal cumpriu com seu dever perante a Nação.

INSTALAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 52ª LEGISLATURA

16 DE FEVEREIRO DE 2004

Na eternidade dos anos e na rotina de nosso consolidado governo democrático, abrimos mais uma sessão legislativa e, como ato inaugural, recebemos a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, dizendo ao Congresso, o coração democrático do país, da situação e problemas vividos pela Nação, os objetivos e caminhos futuros do governo.

A Mensagem, que nos foi trazida pelo Ministro José Dirceu, membro e estreito colaborador do Parlamento, um homem público cuja biografia é uma página de vida comprometida com a democracia, marcada pela coerência e dedicação à causa pública, será examinada, debatida e analisada pelas nossas duas casas, Câmara e Senado.

Quero agradecer o prestígio dado ao Parlamento pelo Presidente Lula. Três vezes aqui estive e suas declarações são sempre de apoio, de compreensão e de exaltação ao nosso trabalho. Seu governo é um marco histórico na política brasileira.

O ano de 2003 foi marcante para o Parlamento brasileiro. Comemoramos os 180 anos de existência do Poder Legislativo. Foi um momento de reflexão sobre o nosso papel na História brasileira. Na Assembleia Geral Constituinte, instalada em 1823, fixou-se a ideia do primado da lei e do direito individual, princípios a que, ao longo dos

anos, o Parlamento incorporou o direito social, avançando agora na defesa dos direitos difusos, do meio-ambiente e das minorias.

Nesta tradição, a última sessão legislativa foi marcada pela aprovação de propostas de grande repercussão no cotidiano do cidadão, amplamente debatidas com o Governo e com a população. O Sr. Presidente da Câmara teve a oportunidade de fazer um relato das importantes matérias votadas pelas nossas Casas no ano passado.

A política é a arte da harmonização de conflitos e da negociação. O amplo diálogo que permitiu a votação de matérias difíceis, complexas e controversas dá uma demonstração do equilíbrio e espírito público da Câmara e do Senado Federal.

Para servir ao país, nos resultados alcançados não há como distinguir Governo e Oposição. Houve sempre um terreno comum de interesse público onde foi possível encontrar soluções. O ano de 2003 mostrou um amadurecimento e uma inteira consciência de responsabilidade da classe política brasileira.

O Parlamento é o espaço onde as decisões são tomadas à vista de todos. São casas abertas ao cidadão, que pode acompanhar as sessões no plenário e reuniões de comissões técnicas por meio de nossas TVs e de nossas rádios. O cidadão opina, participa e influencia as decisões. Nossos jornais e sítios de *internet* permitem o acesso direto a senadores e deputados e a um universo de informações, inclusive os diários do Congresso, do Senado e da Câmara. Programas de atendimento telefônico com centenas de milhares de acessos por ano são uma janela em busca da democracia direta. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão participando também da criação da *TV Brasil Internacional*. Demos início ao processo de implementação de sinal aberto da *TV Senado*.

O Senado Federal realizou no ano passado 209 sessões, das quais 121 foram deliberativas, enviando a sanção presidencial 58 projetos de lei, encaminhando à Câmara dos Deputados 112 projetos. Examinou 55 Medidas Provisórias. Aprovou 990 matérias de competência privativa ou exclusiva, acordos internacionais e operações de crédito.

A Câmara dos Deputados, como relatou o seu Presidente, realizou 338 reuniões, aprovou 204 matérias, 52 medidas provisórias, 73 projetos de lei, 53 projetos de decreto legislativo, três projetos de lei complementar, 16 projetos de resolução. Somados esses trabalhos, vemos que as duas casas tiveram mais de 1300 sessões, sem incluir as

reuniões das comissões técnicas envolvidas no exame de todas as matérias em tramitação nas Casas.

Se juntarmos às matérias o exame de milhares de emendas apresentadas aos projetos em tramitação, todas elas analisadas uma a uma, objetos de deliberação, podemos avaliar a gigantesca massa do trabalho parlamentar que nos absorveu. Todo esse trabalho foi destinado à melhoria de operação e atualização de direitos. São horas e horas, dias e meses de reuniões, discussões, debates, estudo, que demonstram a vitalidade e a capacidade de trabalho do Parlamento.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Da Constituição do Império se dizia que permitia tudo, até mesmo a criação da República. Já a nossa Constituição Republicana proíbe ser emendada para abolir a Federação e a República, princípios que asseguram o pacto democrático da definitiva conquista do governo do povo.

À Constituição de 1988 já fizemos 46 emendas – que correspondem a 1100 projetos de emenda apresentados na Câmara dos Deputados e 570 no Senado Federal. Só estes números mostram a poderosa pressão para expurgá-la e adaptá-la a melhor servir o País.

É evidente que colocamos na Constituição muita matéria que nela não devia estar. E temos seguido esse desvio, dependendo um extraordinário esforço no engessamento de matérias não permanentes, de situações que são, em outros países, resolvidas pela lei ordinária.

À estabilidade das primeiras cartas substituímos a instabilidade de hoje, marcada não só pelo número de emendas que aprovamos e examinamos — na sessão revisional foram mais de 17 mil —, mas também porque temos retomado pontos já modificados, por termos tantas ações de inconstitucionalidade, e, sobretudo, pelas incoerências que ainda teremos de corrigir.

Em 1988 assinalei os conflitos estruturais da forma de governo, indefinida entre um presidencialismo exacerbado e um parlamentarismo inoperante e inadequado ao regime.

Introduzimos um instrumento — a Medida Provisória — que tornou caótico o sistema legal. Elas são um casuísmo talvez mais grave que o que promove vantagens pessoais, porque de Estado. Não há nenhuma que não tenha como geratriz um caso a resolver. Diz-se que o Estado de Direito é o governo das leis e não dos homens. Que

Estado de Direito pode existir com tantas leis que significam não ter lei nenhuma, em que todas podem ser modificadas a qualquer hora do dia ou da noite, sem os controles de elaboração legislativa, sempre pressionados pela premência de votação e trancamento de pauta.

Essa prática vem de 1988 e ainda está para ser resolvida. É um desafio a todos nós. Com ela é impossível aprofundar a democracia. Mais cedo ou mais tarde temos de encontrar solução.

No Brasil dizemos que “há leis que pegam e leis que não pegam”. Não é a lei que estabelece o pacto com os cidadãos, obrigando-os a determinada conduta. É um fato determinado que necessita ser resolvido e, como não existe lei, faz-se uma, somente para aquilo. Abandonamos a noção institucional, a natureza doutrinária do sistema de governo democrático.

Ao mesmo tempo que precisamos enxugar a Constituição, precisamos encarar com vontade a consolidação das leis, velho sonho que vem desde o Império e que hoje é um mandato que nós mesmos estabelecemos pela Lei Complementar 95. Esta é uma tarefa complexa, que necessita de colaboração entre os três poderes para que possamos avançar.

Nada há de mais subdesenvolvido do que o pandemônio da legislação brasileira. É artigo que remete a parágrafo, deste a inciso, de inciso a alíneas. Há leis contra leis que falam de outras leis. Nesse labirinto surge, com absoluta clareza, que o País, com tantas leis, parece que não tem lei. Assim, os tribunais ficam cheios de processos, e ninguém sabe quais as leis em vigor, as revogadas e as repristinadas. É uma injustiça falar-se da crise do Judiciário como culpa somente dele mesmo, fora desse quadro que interage e se interliga.

Precisamos de uma lei acabando a inflação das leis. Precisamos de dois movimentos aparentemente opostos, mas que na realidade se complementam: consolidar e estabilizar nosso sistema de leis, de maneira que a lei seja conhecida, primeiro passo para ser respeitada; e agilizar nosso processo legislativo, distinguindo matérias conhecidas, em que se tenha que fazer as modificações que as adaptem a novas circunstâncias, das matérias realmente inovadoras, que devemos examinar com maior meditação.

A experiência das sessões de 2002 e 2003 mostra que a reforma do artigo 62 da Constituição não resolveu o problema da edição excessiva de medidas provisórias. A restrição da relevância e urgência

da matéria é de caráter subjetivo e difícil de ser aplicada. No último ano examinamos 55 medidas provisórias, mais de cinco por mês, com o ritual do regime de urgência acionado pelo tempo de tramitação pelas comissões mistas e pelos dois plenários.

Para reformar o futuro, o País precisa necessariamente de partidos fortes. Transformar o Estado em instrumento a serviço do bem coletivo, em alavanca para as mudanças e as reformas e em moderador dos conflitos em toda sociedade democrática, são apenas alguns dos desafios dos sistemas representativos modernos. Nenhuma dessas finalidades, porém, será efetivamente cumprida enquanto os partidos políticos não forem capazes de sintonizar o discurso com a ação, absorvendo sem dúvida as múltiplas aspirações coletivas, mas reconhecendo ao mesmo tempo as inúmeras limitações do Governo para realizá-las.

A tradição brasileira sempre foi mais de facções regionais, grupos, alas, dissidências, do que da unidade partidária.

A verdade é que a democracia moderna não pode ser forte sem partidos fortes, organizados, com doutrina e programa. Onde não existem os partidos cumprindo essas finalidades, intermediando a vontade popular, ela é um frágil equilíbrio.

O primeiro político que quis economizar com a democracia foi o ditador Franco. Ele dizia que mais barato do que fazer eleições era fazer pesquisas de opinião e com isso justificava ter acabado com o Parlamento: era mais barato.

Nada custa menos e é mais útil ao povo do que o que ele gasta na instituição do autogoverno, cujo coração é o Parlamento. É o maior serviço prestado ao povo com o menor custo.

O Parlamento brasileiro é um dos mais despojados do mundo e que gasta menores somas. Em 2000 o percentual dos nossos gastos em relação ao orçamento era de 0,65%. Quatro anos depois, é de 0,27%, mostrando o quanto aumentamos o trabalho e diminuimos o gasto.

Previmos para as despesas com juros e amortização da dívida pública, este ano, um trilhão e 100 bilhões de reais, 76% do orçamento, não contando aí outras despesas financeiras. A cada dia gastamos mais de três bilhões, a cada hora mais de 125 milhões. O Parlamento *custa 31 horas da dívida*. Com a baixa de 0,3 pontos percentuais na taxa dos juros, pagaríamos um ano de Parlamento.

É verdade que temos muitos defeitos e podemos a cada dia melhorar a produtividade e diminuir custos. Como toda sociedade temos bons e maus políticos. Mas há uma constante no nosso trabalho que é a compreensão moral dos nossos deveres. Temos sido implacáveis em afastar do nosso convívio os que conspurcaram a imagem do Parlamento.

A democracia representativa ainda é o mais barato dos regimes. Se adotássemos a tese de Franco, o mais barato seria não existir Parlamento. Mas, quando o Parlamento acaba, acabam a cidadania e a liberdade do povo.

Foi com saudável alegria que vimos os resultados que obtivemos nas pesquisas de opinião pública, registradas pelo Datafolha (22 de dezembro de 2003) e pela Fundação Perseu Abramo. Corresponde ao ano de 2003 ter o Parlamento alcançado 70% em sua avaliação entre regular, bom e ótimo. Passamos à frente de muitas outras instituições nacionais.

Temos que conviver sempre com a necessidade de defesa do Parlamento.

Quero, antes de concluir, dizer do testemunho que faço do trabalho do Presidente João Paulo Cunha, essa vocação encorajadora dos novos estadistas brasileiros, e de seu espírito público, sua capacidade política, sua integridade pessoal, sua total dedicação ao serviço da Pátria, que estiveram tão presentes em sua Presidência na Câmara dos Deputados. Sem ele seria impossível o crescimento do Congresso.

Agradeço ao Presidente Maurício Corrêa sua presença. Ele sempre foi um homem com sensibilidade parlamentar e é satisfação para nós que de nossas fileiras políticas tenha surgido tão bom juiz e essa liderança da magistratura.

Termino por afirmar que um Congresso desintegrado, arcaico e desprestigiado será sempre um entrave no caminho da estabilização. As relações políticas mudaram. A política é feita em todo o sistema de capilaridade do tecido da democracia participativa. O Parlamento está debaixo da lupa da mídia porque é o poder onde os conflitos são públicos. Essa vigilância é salutar, porque nos motiva a melhor cumprir o nosso dever. Sem Parlamento forte, há sempre democracia fraca. Que esta sessão legislativa seja de bons resultados para nosso Brasil e para o Parlamento brasileiro.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ANO DE 2004

15 DE FEVEREIRO DE 2005

Obs.: O discurso foi repetido na Apresentação do Relatório da 2ª Sessão Legislativa de da 52ª Legislatura

Minhas Colegas Senadoras e meus Colegas Senadores, tive a felicidade de presidir o Senado durante estes dois anos da 52ª Legislatura.

Devo às Senadoras e aos Senadores a oportunidade de, mais uma vez, servir à nossa Instituição. A gratidão é a memória do coração. Agradeço o apoio e a ajuda, o respeito e a deferência com que me trataram, não só como Presidente como também pessoalmente.

Esse relacionamento generoso facilitou a minha missão. Procurei cumprir a minha tarefa com a visão necessária ao prestígio do Senado, sua importância política no cenário nacional, sua imagem e com a consciência moral dos meus deveres.

Não quero fazer balanços. Melhor o julgamento e o testemunho dos meus ilustres Colegas. Eles dirão dos meus acertos, erros e omissões. Todo o trabalho desta Casa é obra coletiva que se constrói pela mão de todos.

Todos sabem como é difícil presidir uma Casa de tão antigas e grandes tradições, composta de tão qualificados membros, todos portadores de ricas biografias.

Participo há décadas do trabalho legislativo. Posso assegurar que poucas vezes presenciei debates de tanta qualidade, envolvendo temas e problemas da agenda nacional. Foram momentos que enriqueceram nossa história parlamentar, quer pela qualidade, quer pelo exercício das virtudes políticas, que conduziram obstinadamente ao diálogo, à harmonia das lideranças e partidos, o que permitiu a votação de matérias controversas, difíceis, complexas. Nenhuma proposição legislativa aqui chegou e não foi melhorada.

Faço um parêntese para cumprimentar o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e os dois Líderes da Oposição, Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, que deram grande brilho aos debates que aqui ocorreram. Tudo foi feito com equilíbrio e com grande espírito público.

A Mesa Diretora por mim presidida avançou, mais uma vez, na tarefa de modernização da Casa, com novos instrumentos de interação com a sociedade civil. Com os meios de que já dispúnhamos e outros implantados, ingressamos numa etapa de melhoria de qualidade de nossas tarefas e produtos de comunicação. O resultado é a liderança da nossa *TV Senado*, no sistema a cabo e na transparência de nossa atividade, chegando a um milhão os acessos à nossa agência de notícias e ao centro de informação e atendimento à população.

Novas etapas estão chegando: a abertura do canal de nossa Televisão, começando por cinco primeiras capitais até chegar ao Brasil todo. Na semana passada, assinamos com a *TV Justiça*, a *TV Câmara* e a Radiobrás a *Televisão Brasil*, o nosso canal internacional.

A Universidade do Legislativo, órgão do Senado, formou suas primeiras turmas de doutorado. O Interlegis alcançou mais de três mil Municípios, e concluímos a informatização de toda a área administrativa, legislativa e de apoio.

Temos, hoje, no Senado, o quadro dos melhores recursos humanos da administração brasileira. O funcionalismo do Senado, desde o mais humilde contínuo aos chefes mais graduados, é um ponto de referência. Nossa tarefa legislativa é de tão bom nível que só é possível graças a ele. Quero aqui também abrir um parêntese para agradecer a colaboração e a ajuda do Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel Maia, do Secretário-Geral da Mesa do Senado, Dr. Raimundo Carreiro, e da Dra Cláudia Lyra, Secretária-Geral Adjunta da Mesa e, pessoalmente,

àqueles que trabalharam mais perto de mim, na área de apoio: a Dr^a Martha Lyra e o Dr. Armando Rollemberg.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores:

Aproveito o momento para fazer reflexões sobre alguns problemas e ideias com que há muito me preocupo e analiso.

Ao longo dos últimos anos e desde 1988, tenho assinalado os conflitos estruturais da forma de governo, o desequilíbrio de poderes, as dificuldades do Poder Judiciário, o papel do Ministério Público e os problemas de funcionamento do Poder Legislativo, a crise dos partidos e do sistema eleitoral. Não temos agilidade para acompanhar a demanda normativa da sociedade, perdidos num processo legiferante de abundâncias de leis redundantes, elaboradas num pequeno tempo, em que a vontade do legislador se descaminha.

Praticamos um casuísmo talvez mais grave que o que promove vantagens pessoais, praticamos um casuísmo de Estado. As Medidas Provisórias são sua consagração: pode-se dizer que não há uma Medida Provisória que não tenha como geratriz um caso a dirimir; isto não significa que não seja uma necessidade imediata, mas distante do que devem ser as leis, obrigadas a uma visão de permanência, que envolva a natureza doutrinária do sistema democrático.

A meu ver, o País caiu numa cilada de difícil solução: com as Medidas Provisórias é impossível aprofundar a democracia e dar regularidade ao processo legislativo; sem elas, para atender os problemas *urgentes e relevantes* no dia-a-dia da administração financeira, com uma economia globalizada, é impossível governar.

A solução me parece clara: restringi-las a essas matérias e a calamidade pública. Damos ao Poder Executivo a atribuição de exercer em plenitude o cotidiano da administração pública.

Urge, também, o Congresso votar uma reforma administrativa que estruture o serviço público como um todo, obrigando ao cumprimento de etapas de aprendizado e acabando com a superposição de atribuições que o tornam anárquico.

A reforma política é necessária e moralizadora. Basta o exemplo destes dias, com a dança dos congressistas de um lado para o outro, levantando na imprensa e na consciência do País a suspeita de motivos menos nobres para essas atitudes, algumas delas já submetidas às Corregedorias das respectivas Casas.

Cabe aos partidos políticos transformar o Estado em instrumento a serviço do bem coletivo, em alavanca para as mudanças e reformas e em moderador dos conflitos da sociedade democrática. Nenhuma dessas finalidades será efetivamente cumprida enquanto os partidos políticos não forem capazes de sintonizar o discurso com a ação.

Para construir partidos fortes e uma democracia de bem-estar social, urge termos coragem de acabar com o voto uninominal, assegurar estabilidade aos órgãos partidários, livrando-os de intervenções discricionárias motivadas por aliciamento partidário, transformando as agremiações partidárias em facções.

Implantar o voto distrital misto, com listas partidárias, exigindo tradição e militância para ser indicado, conjuntamente com a votação proporcional.

Precisamos fazer um esforço de reforma constitucional que tenha o objetivo de simplificar e tornar coerente o Estado, retirando o enorme volume de matérias que poderiam e deveriam ser reguladas fora da Constituição. Precisamos também encarar com vontade a consolidação das leis, velho sonho que vem desde o Império e que, hoje, é um mandato que nós mesmos estabelecemos com a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Este é um desafio que precisará, ainda uma vez, de um esforço de colaboração entre os três Poderes. O Estado de Direito é o governo das leis e não dos homens. Que Estado de Direito pode funcionar com a gigantesca quantidade de leis que significa, como dizia Montesquieu, — *“Trop de lois tue la loi.”* — não ter lei nenhuma? Precisamos de uma lei acabando com a inflação de leis. Precisamos de dois movimentos aparentemente opostos, mas que, na realidade, se complementam: consolidar e estabilizar nosso sistema de leis, de maneira que a lei seja conhecida, primeiro passo para ser respeitada; e agilizar o nosso processo legislativo, distinguindo matérias conhecidas, em que se tenham que fazer as modificações que as adaptem a novas circunstâncias, das matérias realmente inovadoras, que devemos examinar com mais vagar.

Outro problema a merecer solução e desafio de todo o Congresso Nacional é o Orçamento, que deve passar de mera peça de ficção a instrumento de melhoria administrativa e dos princípios políticos, Orçamento que seja executado sem nenhuma desobediência ao

seu texto. É uma tarefa que deve ser construída a partir da elaboração dentro do Congresso Nacional, que precisa ser modificada e analisada.

Particularmente, volto a repetir meus agradecimentos à Senadora e aos Senadores que me ajudaram como componentes da Mesa: Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Siqueira Campos, Senador Romeu Tuma, Senador Alberto Silva, Senador Heráclito Fortes, Senador Sérgio Zambiasi, Senador João Alberto Souza, Senadora Sery Slhessarenko, Senador Geraldo Mesquita Júnior e Senador Marcelo Crivella.

A nova Mesa do Senado Federal representa um sinal de maturidade e do alto espírito público desta Casa.

Encontramos os pontos de convergência que unem as tradições de nosso Parlamento com as circunstâncias partidárias. Sob o comando do Senador Renan Calheiros, ela conduzirá nossos trabalhos, com certeza, nesse mesmo caminho de equilíbrio e dever.

O Senador Renan Calheiros é um político que está na plenitude de uma carreira que concilia a habilidade de negociador com a compreensão dos problemas do Estado, o talento de atuar com êxito tanto no Executivo como no Parlamento. O Senador Renan tem sido um personagem decisivo da governabilidade e enriquecedor, com suas virtudes, dos quadros de nossa política nacional. Na Presidência, será uma garantia de que o Senado Federal continuará a desempenhar com relevância a sua grande missão.

O Senado, representação dos Estados, é uma instituição que assegura a sobrevivência da Federação, na igualdade entre pequenos e grandes.

A soma de todos nós, Senadores, expressão de lideranças pessoais e biografias ricas de trabalho pelo País, é menor que a Instituição.

Quero também transmitir, ao encerrar este período, a minha profissão de fé sobre o Poder Legislativo. A minha formação política construiu-se dentro do Parlamento nacional. Há 50 anos aqui estou, desde a longínqua Legislatura de 1955.

O Parlamento é a maior de todas as instituições políticas descobertas pelo governo democrático, porque, na sua essência, realmente exerce a soberania popular. Este País só tem que se orgulhar do

Congresso brasileiro, porque aqui nasceu a Nação, aqui se fez o Brasil, aqui se construíram as instituições.

Foi no Parlamento que enfrentamos a crise primeira da Constituinte. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise do Fico. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Abdicação do primeiro Imperador. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Maioridade do segundo Imperador. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Guerra do Paraguai e a consolidação das nossas fronteiras. Foi no Parlamento que se definiu a nacionalidade. Foi no Parlamento que se definiu a formação do Brasil.

Chegamos à República e passamos por todas as vicissitudes que ela trouxe sem perder o caminho de plenas liberdades, de instituições funcionando, com uma forte sociedade democrática. Isso, sem dúvida, devemos em grande parte ao Parlamento brasileiro, este Parlamento muitas vezes injustiçado, mas que, no seu âmago, em todas as suas atitudes ao longo da História, afirmou-se como uma peça fundamental do Brasil.

Este País não foi feito no campo das batalhas nem teve suas fronteiras definidas em lutas sangrentas. Foi feito pelo diálogo, pela compreensão dos homens, pelo gênio dos seus homens públicos. Esses homens, em grande parte, estavam dentro do Parlamento. Também os grandes homens dos outros Poderes da República saíram, em grande parte, do Parlamento.

Quando aqui cheguei, julgava que a tarefa principal do Parlamentar era falar. Hoje, compreendo o quanto é importante ouvir.

Somos a segunda democracia do ocidente, consolidada numa sociedade livre, sem medo nem discriminação, com os ventos da liberdade soprando sem reservas, desde a imprensa falada e escrita, de grande qualidade, como a todo o exercício da cidadania.

Ninguém desconhece, contudo, os trágicos desníveis social e espacial da distribuição de renda cruel entre regiões ricas e regiões paupérrimas; a dramática situação da segurança pública; o desordenado crescimento das cidades, prisioneiras do inchaço e da miséria.

O caminho do desenvolvimento é a democracia. Hoje, nenhum governo pode ser de hegemonia partidária. A sociedade tem tendências e comportamentos de todos os matizes. Ninguém pode governar senão com coalizões, equilíbrio entre segmentos da sociedade

e decisões harmônicas que importam em considerar as minorias e a diversidade que forma o mapa da sociedade plural. Podemos apresentar ao mundo o governo de um operário, mostrando que o processo republicano foi concluído, dando oportunidade para todos.

Poucas vezes em nossa História tivemos tão perfeito e respeitoso relacionamento entre os três Poderes.

Seria injusto se omitisse o quanto foi importante, nestes dois anos, o Deputado João Paulo Cunha, das melhores revelações dos novos quadros políticos do País. Seu espírito público, sua capacidade de conciliar e negociar foram exemplares. Câmara e Senado nunca estiveram tão juntos; em nenhum momento houve divergência.

Ao Judiciário agradeço, na pessoa do Presidente Nelson Jobim, Presidente da Corte Suprema, magistrado com a experiência do poder político — a síntese de todos os poderes — capaz, culto, íntegro e respeitado pelo País como um dos seus grandes nomes.

Ao Presidente Lula, meu agradecimento pelo clima de harmonia e colaboração vividos entre o Poder Executivo e o Senado. O Presidente tem, hoje, a gratidão do País e o respeito internacional, pela sua biografia e pelo seu Governo de paz social, respeito a todas as opiniões e grande espírito público.

Senador Renan Calheiros, felicidades e minha colaboração permanente para seu êxito.

Obrigado, meus Colegas Senadoras e Senadores. Minha gratidão.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 52ª LEGISLATURA

Obs.: A Apresentação repete discurso pronunciado
no dia 15 de Fevereiro de 2005

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

2 DE FEVEREIRO DE 2009

Assumo a Presidência do Senado pela terceira vez, com o senso da maior responsabilidade e o desafio que constitui essa eleição para a minha vida.

Certamente nenhum dos presentes tem dúvida de que o meu bem-estar pessoal pediria estar fora das atribuições que vou enfrentar, mas a paixão da vida pública é maior do que a paixão da própria vida. É justamente no exercício dessa paixão que aqui estou. Só a dividi com a literatura, escrevendo mais de 60 títulos, alguns deles traduzidos em várias línguas; participando de algumas sociedades de letras e científicas do Brasil e do mundo e sendo hoje também o Decano da Academia Brasileira de Letras. Foi a única coisa com que dividi a minha vida. Toda ela mais foi dedicada ao serviço público e a maior parte dedicada ao Congresso Nacional, este coração da democracia, esta instituição extraordinária criada na Filadélfia, que, sem dúvida, representa o poder do povo, o poder de questionar, questionar os governos, questionar os costumes e questionar o próprio Congresso. Nós aqui estamos nessa missão.

Cabe-me apenas, neste primeiro pronunciamento, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Garibaldi Alves os serviços que ele prestou ao Senado da República.

O Senador Garibaldi assumiu a Presidência num momento extremamente difícil e conseguiu restabelecer a convivência dentro da

Casa e, ao mesmo tempo, ser merecedor da admiração, do carinho e do respeito de todos nós. Portanto, é essa a mensagem que envio ao Senador Garibaldi, e também acredito que representa a sinalização de sua passagem pela Presidência do Senado, nesse tempo tão curto, mas tão rico de realizações e de atitudes.

Uma vez mais quero dizer que tenho deveres de amizade, que tenho deveres partidários, tenho deveres políticos, mas não será com o Senado que resgatarei qualquer dever de amizade, qualquer dever político ou qualquer dever partidário. Acima de tudo isso estão a independência, a autonomia, a dignidade e os grandes interesses da nossa Casa, que superam todos os outros valores.

Portanto, o Senado tenha a certeza de que nesta Presidência nós reafirmaremos cada vez mais nossa independência, exigiremos cada vez mais respeito a nossa instituição e, sobretudo, eu respeitarei acima de tudo os nossos colegas.

Esta missão não é solitária. Esta presença não é uma atribuição solitária. Não fazemos aqui nada solitariamente. Ela é uma missão colegiada, que começa comigo, se prolonga na Mesa e termina no Plenário com todos os Senadores. Sem os Senadores, sem o apoio da Casa, sem a compreensão da Casa, nada pode ser feito.

Mas temos um programa grande a cumprir, a atender todas essas solicitações, e peço aos meus ilustres colegas que não sejam absolutamente avarentos nos conselhos, na maneira não só de aconselhar-me, mas também de me orientar.

Eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que votaram em meu nome. Mas quero dizer que o Presidente do Senado é o Presidente da Casa, é o Presidente de todos os Senadores, e quero homenagear também todos aqueles que votaram no Senador Tião Viana, um Senador que tem sido nesta Casa dedicado, se aprofunda nos problemas e tem merecido o respeito de todos nós.

Seria, sem dúvida, uma falha de minha parte se eu não terminasse essas palavras, homem de fé que sou, agradecendo a Deus o destino que Ele me reservou.

INSTALAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 53ª LEGISLATURA

2 DE FEVEREIRO DE 2009

Já apresentei os cumprimentos aos meus colegas de Senado pela manhã e, agora, estou no dever de apresentar a minha homenagem a todas as Deputadas e todos os Deputados para que tenham, nesta Legislatura, grande êxito no seu trabalho, felicidades pessoais e contribuam para o desenvolvimento do nosso País.

Quero rapidamente lembrar, porque é um dado pessoal, que, em 2 de fevereiro de 1959, justamente há 50 anos, eu tomava posse pela primeira vez, eleito Deputado Federal.

Assim, é uma data significativa para mim, porque guardo as recordações profundas e marcantes do quanto esta Casa significou na minha formação e na minha carreira política. Tenho muitas saudades — sobretudo dos meus 29 anos.

Abro a 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. Aqui continuamos construindo as instituições democráticas essenciais ao enfrentamento dos desafios do nosso tempo.

O Brasil é um país exemplar, do qual nós devemos nos orgulhar, porque há 180 anos temos um Parlamento representando o povo, aberto e lutando pelas liberdades civis.

Vivemos um momento singular da nossa história e da história da humanidade. Os desafios da ocupação da terra pelo homem mostram-se em sua verdadeira grandeza, a de que podemos sofrer uma

catástrofe malthusiana, ou, pior, uma mudança das características da natureza, do clima, recursos, ambientes ocupados pelo homem que inviabilizem a vida humana na terra. Ao mesmo tempo, montados numa exploração financeira sem freios, os mercados desencadearam uma crise social que se agrava a cada dia, alcançando inclusive o nosso crescimento, e que precisa de respostas prontas e de largo alcance.

Nos Estados Unidos da América, a transição do governo se fez com uma característica revolucionária, onde o povo americano mostrou que, em sua maioria, está disposto a mudanças drásticas em seu modo de vida, elegendo um negro — representante da mais agredida minoria do país — para presidi-lo.

Assumo as funções de Presidente do Congresso Nacional consciente de minha responsabilidade com o momento e com as instituições. Não o desejei. Aceitei-o, convocado, sentindo que posso, realmente, ainda ser útil ao País, sendo o mais velho Parlamentar em atuação entre nós, o Senador que por mais tempo permaneceu no Legislativo na história da República. Depois de mim, temos a figura sagrada de Rui Barbosa e, em seguida, a do Senador Pires Ferreira.

Vivemos, entre nós, o mais longo período em que se sucedem as legislaturas. Há vinte anos, a democracia no Brasil se consolida e cada vez se aprofunda. O período de consolidação constitucional alcançou o marco histórico com a eleição de um operário e o governo sereno, equilibrado e bem-sucedido do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nossa tarefa se estende neste momento com a necessidade de restabelecer a plenitude das funções do Parlamento.

O rito de tramitação das medidas provisórias transformou-se numa armadilha que perturba o funcionamento das instituições, sobretudo das nossas Casas Legislativas.

Por minha iniciativa, o Senado elaborou, quando da minha anterior Presidência naquela Casa, um projeto de lei, aprovado por votação unânime, alterando esse regime, e a Câmara dos Deputados está encarregada de votá-lo. É uma de nossas primeiras e mais urgentes tarefas fixar um sistema em que o alcance das medidas provisórias seja reduzido, ao mesmo tempo em que transferimos ao Poder Executivo medidas administrativas que devem ser de sua competência exclusiva.

Esta não é uma promessa, mas é um convite: lutarmos com todas as forças, porque as Casas Legislativas constituem Casas de decisões coletivas do trabalho, do dever e da vontade de todos; lutarmos

com todas as forças para vencer o que ficou descompassado no ambiente brasileiro: a regularização dessas medidas.

Não creio que o País possa continuar indefinidamente protelando o fim do sistema eleitoral, do voto proporcional uninominal, e creio, como parece ser também a expressão da maioria das duas Casas, num sistema misto distrital e de listas. Com ele, ficaria resolvido o problema grave da fidelidade política. Insisto na necessidade de votarmos — e é um compromisso — as reformas tributária e política e regularizarmos, de uma vez por todas, o problema das medidas provisórias.

No caso da reforma tributária, temos que avançar para podermos recuar dos desníveis inaceitáveis da carga tributária distribuída de maneira injusta e talvez ineficaz, problema que repercute, com grande profundidade, nos três níveis de Governo: federal, estadual e municipal.

O nosso tempo também tem um impacto de profundas transformações tecnológicas. Tenho tido, ao longo da minha vida, o desejo de manter-me permanentemente em estado de renovação e atento às novas ideias. Velho, mas moço, buscando sempre estar atualizado com o meu tempo e com os problemas do futuro. Quando no Senado, tendo sido por duas vezes presidente, desde a instalação do Prodasen, que teve a minha colaboração, há mais de trinta anos, numa comissão da qual faziam parte o Senador Franco Montoro e o Senador Carvalho Pinto. E já se vão alguns anos.

Mais uma vez, pretendo avançar na maneira de fazer a manifestação popular ser não só expressa através do *Alô Senado*, que é a interação que temos hoje de mais de um milhão de chamadas anuais e de interação dos Deputados e Senadores com o povo brasileiro, examinando as pesquisas de opinião pública, que também foi objeto da reforma que produzimos naquela Casa do Senado, mas avançando de maneira a que os novos instrumentos da *internet* — *YouTube*, *My Space*, *blogs* — sejam parte do cotidiano de nossas Casas e possamos estudar votações virtuais e instrumentos nessa direção.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, repito aqui que o nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades e a obstinada decisão que devemos ter cada um de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que vem nortear a nossa conduta.

Sem Parlamento, não há democracia; sem democracia, não há liberdade. E, sem liberdade, o homem é apenas, e às vezes, um sobrevivente. Enquanto nos outros Poderes as decisões são objeto de uma transparência relativa, nossos trabalhos sempre se realizam em público, à luz do exame e do escrutínio do eleitor. Não temos lições de transparências a receber, mas podemos e devemos agir para que desapareçam quaisquer sombras que porventura levem a desconfiar com o Parlamento.

Sempre tivemos o cuidado de exercer a harmonia dos Poderes. Nunca atritamos com os Poderes Executivo e Judiciário. Mas agiremos com total independência, como nos exige a Constituição e para o que fomos eleitos por nossos eleitores. Exerçamos, portanto, o nosso papel de independência e de harmonia entre os Poderes.

Seremos intransigentes e inarredáveis na defesa das prerrogativas e da autonomia de nosso Parlamento, expressão da soberania do povo e do sistema democrático como Casas de renovação, transparência, ética, visão do bem-estar e da justiça social.

O mundo atravessa uma fase de grande crise. O Brasil, mais do que nunca, esteve preparado para enfrentar esses desafios. O Governo do Presidente Lula conseguiu avanços no setor social, na economia e colocou o Brasil em outro patamar na cena mundial. Ele sempre contou comigo para essa benemérita tarefa em favor do povo brasileiro, e vou continuar a ajudá-lo.

Quero homenagear também, na figura do Ministro Gilmar Mendes, o Poder Judiciário, guardião da Constituição. Nós fomos quem a entregamos, nós, representantes do povo, ao Supremo Tribunal Federal, para guardá-la. É ele que tem essa missão e, portanto, devemos respeitá-lo e acatá-lo sabendo que vai cumprir essa missão em favor do povo brasileiro.

Sem o Judiciário, e os ingleses já pregavam isso quando começaram a constituir suas instituições, a democracia seria impossível. Farei tudo, Ministro Gilmar Mendes, para que nossa harmonia seja uma peça importante na consolidação da democracia brasileira.

Eu quero finalizar essas palavras agradecendo às autoridades aqui presentes e, uma vez mais, desejando às Deputadas, aos Deputados e às Senadoras e aos Senadores muitas felicidades. Vamos começar nossos trabalhos!

Terminado o objetivo de nossa sessão, estão encerrados os nossos trabalhos. Muito obrigado.

DISCURSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

17 DE JULHO DE 2009

Eu nunca fui candidato a Presidente do Senado por minha vontade, sempre por convocação. Todos sabem que em janeiro deste ano, mais uma vez, eu não desejava, não queria disputar a Presidência do Senado, fui convocado. E convocado como um homem público que não pode fugir ao seu dever de atender uma convocação no momento em que colegas de quase todos os partidos, quase que — não me obrigavam — mas me solicitavam que assim o fizesse. Aceitei minha candidatura para servir ao País.

Recebi apelos irrecusáveis pedindo-me que o fizesse. A eleição não me acrescentava nada nem tinha ou tenho desejo de poder. Aceitei-a, repito, para servir ao Senado Federal e ao País.

Em meu discurso de candidato, enfatizei a necessidade de fazermos uma reforma administrativa. Já na primeira vez que assumira a Presidência encontrara a Casa em graves dificuldades, com as publicações dos *Diários* atrasadas em muitos meses, que cito por simbolizar os problemas que me fizeram convocar a Fundação Getúlio Vargas para um projeto que atendeu, por mais de uma década, nossas necessidades.

Colocamos o Senado na era da comunicação e transparência. Criamos a TV, a rádio, a agência, o jornal diário, o centro de interação com o povo, o *Alô Senado*, além do ILB, instituto de formação e capacitação de recursos humanos que hoje serve a muitos órgãos públicos, inclusive à Justiça e ao Tribunal de Contas da União. No se-

gundo mandato, informatizamos o plenário, eliminamos o sistema de papéis, modernizamos as comissões, informatizamos e modernizamos os gabinetes dos Senadores, criamos o jornal semanal, o Siga-Brasil de transparência orçamentária, ao mesmo tempo que votamos a reforma do Judiciário que hoje tantos serviços presta ao País e a reforma da Previdência, além do planejamento de nossos trabalhos fins, votação de leis, fiscalização e acompanhamento das contas públicas.

Mas em janeiro deste ano nos encontrávamos novamente com sérios problemas administrativos que precisavam ser enfrentados. Ao mesmo tempo era necessário restabelecer as condições de retomar os debates políticos maiores, especialmente três reformas: a reforma política — vou lutar por ela com todos os meios —; a reforma tributária, e finalmente não deixar de resolver de uma vez por todas o problema das medidas provisórias, que é cilada para aprofundar a democracia em nosso País, que faz com que o Parlamento fique fechado às matérias importantes do legislativo.

Assim, assumi a Presidência do Senado Federal com o duplo desafio de renovar sua estrutura administrativa e restaurar sua atividade política. Infelizmente avaliei mal. As circunstâncias tornaram a reforma administrativa numa pretensa crise de desmoralização do Senado e inviabilizaram a discussão dos grandes temas de nosso momento político.

Isso não nos impediu de tomar as medidas necessárias para a modernização do funcionamento da Casa e o saneamento dos graves problemas de natureza ética e legal que foram revelados quando começamos a examinar as condições prevaletentes de funcionamento. Em nenhum momento titubeei em tomar as mais sérias medidas cabíveis, contido somente pela obediência ao devido processo legal. E, como é do meu feitio, como sempre fiz, sempre ouvi a Mesa Diretora e as Lideranças. Assim, temos hoje os problemas de natureza legal sob exame avançado das instâncias próprias para o exame das punições cabíveis a nível administrativo, e encaminhadas ao Ministério Público para o exame das possíveis medidas penais. Por outro lado o trabalho para que convocamos a Fundação Getúlio Vargas vai, num processo aberto, transparente e de ampla discussão dentro da Casa, chegando a resultados concretos.

Peço licença para enumerar as medidas tomadas ao longo desses meses, numa prestação de contas, antes de encerrarmos esse primeiro semestre de trabalhos legislativos:

Economia de aproximadamente R\$ 10 milhões de reais/ano, nos dois primeiros contratos de fornecimento de mão de obra assinados por esta gestão;

Mudanças na regulamentação das cotas de passagens áreas dos senadores com economia de 30%, restringindo à emissão de passagens somente ao próprio senador e assessor por ele designado;

Nova regulamentação para o uso da Verba Indenizatória relativa ao fretamento de meios de locomoção, ficando designado um servidor de cada gabinete para acompanhamento do processo de ressarcimento com o envio das notas ao Controle Interno;

Redução de 10% das despesas gerais do Senado Federal;

Redução da taxa de juros dos empréstimos consignados para o patamar máximo de 1,6% ao mês;

Contingenciamento de despesas na área de saúde no valor de R\$ 25 milhões;

Redução da cota de telefones celulares dos diretores;

Restrição na impressão de material gráfico que não seja inerente às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente administrativo;

Suspensão da participação de servidores em cursos, treinamentos e seminários realizados fora do Distrito Federal;

Corte nas Comissões Administrativas reduzindo o pagamento de gratificações a diversos servidores;

Redução de 300 ramais telefônicos;

Determinação de levantamento detalhado de todos os contratos de prestação de serviço com execução direta ou indireta (mão de obra terceirizada) no Senado Federal;

Novo procedimento para as licitações dos contratos de fornecimento de mão de obra com a adoção das instruções recomendadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, para esse tipo de contratação, como a precedência da aprovação de projeto básico ou termo de referência;

Extinção imediata de 11 (onze) secretarias com exoneração dos respectivos diretores;

Contratação da FGV para a realização de estudos que visam a racionalização administrativa do Senado Federal, em complementação à extinção das secretarias, e início de seus trabalhos;

Regulamentação dos procedimentos de registro eletrônico de horas-extras, o que resultou numa redução de mais de R\$ 500 mil nas horas-extras;

Designação de comissão para o levantamento e a averiguação de Atos e Boletins Administrativos sem publicação;

Adoção do sistema de compras COMPRASNET, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitando as aquisições através de pregão eletrônico;

Divulgação das despesas parlamentares com verba indenizatória através da página do Senado Federal na *internet*;

Estudo preliminar para a adoção do GESPÚBLICA, Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização coordenado pelo Ministério do Planejamento;

Formação de grupo de trabalho para auxiliar a reforma administrativa a ser proposta pela FGV, com destaque para a coleta de sugestões dos senadores e servidores, num total superior a 500;

Determinação para normalizar situações de servidores terceirizados que tenham características de nepotismo em conformidade com a Súmula do STF;

Inauguração do Portal Transparência com informações sobre contratos, verba indenizatória e recursos humanos do Senado Federal;

Nomeação do novo Diretor Geral; da nova diretora da Secretaria de Recursos Humanos, e de mais sete novos diretores;

Instalação do Conselho de Administração, composto pelo Diretor Geral, Secretária Geral da Mesa, Consultor-Geral Legislativo, Consultor de Orçamento e Finanças, Advogado Geral, Diretora da Secretaria de Comunicação Social, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos e Secretário de Controle Interno e representantes da Presidência e da Primeira Secretaria. O Conselho é presidido pelo Diretor Geral e tem por secretário o Diretor Geral Adjunto. A função do Conselho é a de subsidiar a Presidência, Mesa Diretora e Primeira Secretaria nas questões administrativas;

Solicitação ao TCU de auditoria nos contratos da Casa e na folha de pagamento, incluindo a folha de estagiários;

Sindicância das responsabilidades pelos atos secretos com envolvimento de ex-diretores. Foi acompanhada pelo TCU e Ministério Público, com poder de adotar imediatamente as medidas cabíveis

imediatas conforme tomarem conhecimento de fatos, ao longo do processo de sindicância;

Instalação de Inquérito Policial, pela Polícia Legislativa do Senado Federal, das denúncias apresentadas em Plenário pelo Senador Demóstenes Torres, relativas à nomeação de funcionários comissionados em gabinetes sem o conhecimento dos Senadores;

Solicitação à Polícia Federal que investigue todos os empréstimos consignados à servidores da Casa, bem como os bancos que operaram esses empréstimos;

Transferência dos saldos das contas bancárias do PRODA-SEN para o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;

Reativação do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde – SIS (plano de saúde dos servidores) com a determinação de que se contrate auditoria externa para averiguar a regularidade da movimentação financeira dos recursos do plano e a unificação das contas no SIAFI;

Definição de critérios técnicos para a contratação de serviços terceirizados, especialmente quanto à fixação de quantitativos e à utilização dos valores definidos nos acordos de convenção coletiva das categorias (piso salarial e auxílio alimentação);

Regulamentação do Boletim Administrativo de Pessoal eletrônico com a determinação de publicação de diversos atos no Diário do Senado Federal e no Diário Oficial da União;

Anulação do Ato da Comissão Diretora de 2006 que aumentou a gratificação do chefe-de-gabinete das unidades administrativas a nível de Secretaria, determinando a devolução dos recursos eventualmente recebidos;

Revogação do Ato da Comissão Diretora que concedia assistência médica vitalícia a ex-Diretor-Geral e ex-Secretário Geral da Mesa;

Criação do Núcleo de Gestão de Contratos, permitindo uma maior racionalização da gestão dos contratos administrativos, inclusive nos contratos de mão de obra terceirizada;

Instalação de Processo Administrativo Disciplinar contra os servidores envolvidos nos atos secretos;

Encaminhamento das conclusões da Sindicância contra os servidores envolvidos nos atos secretos ao Procurador-Geral da República, para as providências cabíveis;

Conclusão da segunda etapa do processo de reestruturação administrativa da Casa, com o encaminhamento das sugestões dos servidores à Fundação Getúlio Vargas:

Redução significativa do número de cargos de direção superior: de 181 “diretores” o Senado terá 7 diretorias; extinção, fusão e/ou incorporação de órgãos dos níveis intermediário e operacional; fusão do Unilegis, Interlegis e ILB; redefinição do papel da Diretoria Geral, com redução das atribuições nela concentradas; requalificação dos cargos de direção intermediária, com rebaixamento dos níveis hierárquicos da maior parte deles; fortalecimento das unidades encarregadas da realização das atividades-fim do Senado; e redefinição da estrutura hierárquica e de remuneração de cargos de direção, com alteração dos símbolos correspondentes; reestruturação da área de controle interno do Senado, para que venha, em curto prazo, exercer todas as atividades de normatização, orientação, fiscalização e ao controle da despesa, inclusive das verbas de gabinete, e à avaliação dos resultados (auditoria de desempenho) dos órgãos do Senado; aprofundamento do Portal de Transparência do Senado Federal, com total publicidade a todos os atos de execução orçamentária e financeira, despesas indenizatórias dos gabinetes, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias das unidades orçamentárias e gestoras do Senado, além de outros conteúdos que vierem a ser estabelecidos por portarias da presidência; corte de 30% do pessoal terceirizado, com renegociação de todos os contratos de prestação de serviços que envolvam locação de mão de obra; entre outras medidas;

Anulação de 663 atos administrativos a que não fora dada a devida publicidade.

O trabalho que durante estes poucos meses temos feito com a Fundação Getúlio Vargas, de renovação estrutural, era e é necessário e foi quem provocou a revelação das irregularidades que ocorriam no funcionamento da Casa. Iniciamos agora uma segunda fase desse trabalho, para que renda todos os frutos que esperávamos alcançar, isto é, um novo Senado administrativamente moderno e eficiente.

Mas, se não tivemos clima para as grandes batalhas das reformas institucionais, nosso trabalho legislativo não foi menos rele-

vante. Num resumo do que aprovamos neste primeiro semestre, estão duas emendas à Constituição, 15 medidas provisórias, 21 projetos de resolução, 64 aprovações de autoridades ou embaixadores, 37 projetos de decreto legislativo e 19 projetos de lei do Congresso Nacional, além de 188 leis ordinárias. Destas leis 57 tratavam de matéria econômica, 52 de matéria social, 32 de matéria legislativa e 29 de matéria jurídica.

Destaco algumas dessas matérias, como os projetos que extinguem o prazo decadencial para a propositura de mandado de segurança, a que facilita a recuperação de bens provenientes de atividades criminosas, a sobre sequestro relâmpago, as alterações do Código Penal sobre medidas cautelares, a entrada de telefones em estabelecimentos prisionais e o crime de extermínio de seres humanos, as alterações do Código do Processo Civil, a regulamentação do art. 36, inciso III da Constituição, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o STF, o disciplinamento do mandado de segurança, a criminalização de quem se aproveita de adolescentes expostos à prostituição e a modificação sobre crime hediondo, na área da justiça.

Na área administrativa citaria a determinação sobre prego eletrônico, a divulgação dos gastos públicos pela *internet*, a estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público, a criação de 230 Varas Federais, a alteração sobre a transparência nas concessões públicas.

Na área social, a lei sobre penitenciária para mulheres, a adoção do nome de família de padrasto ou madrasta, a proibição total do DDT, o Programa Cesta Básica do Livro, a lei sobre os motoboys e mototaxistas, a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a divulgação de cenas de sexo com crianças e do crime de corrupção de menores, a alteração sobre adoção.

Na área econômica, além de destacar o trabalho da Comissão de Acompanhamento da Crise, a aprovação de inúmeras ZPEs, pelas quais tanto me bati, a lei complementar sobre crédito cooperativo, e a isenção de imposto de renda sobre rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de setenta anos.

Lembro os dois projetos de emenda à Constituição, sobre precatórios e sobre as Câmaras Municipais.

Como veem, foi um ano de intenso trabalho legislativo, que conseguimos realizar apesar do instituto da medida provisória e da crise política que se personalizou em minha pessoa.

Não sou movido nesse momento por nenhum sentimento menor, tendo a plena convicção de que sempre agi dentro do melhor interesse do Senado Federal e só a relação das medidas moralizadoras, de correção administrativa e avanços no objetivo de racionalização e modernização da Casa dizem do esforço hercúleo da Mesa, do 1º Secretário e todos os envolvidos nesse dinâmico processo. O jornal *O Estado de S. Paulo* iniciou uma campanha pessoal contra mim, obrigando os outros jornais e televisão a repercuti-la. Meu trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de minhas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros e jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear minha conduta. Não são palavras. São 50 anos de assim proceder. Esta é minha força e minha resistência. Mostrando seus objetivos políticos e pessoais esqueceram o Senado para invadir minha vida privada e a de minha família.

Infelizmente disputas políticas se confundiram com a nossa administração. Lamento ter perdido o apoio do DEM, um dos partidos que apoiou a minha candidatura, e que sem dúvida poderia contribuir muito, e embora em todos os momentos nosso trabalho tenha sido compartilhado com seu representante na Mesa Diretora, o Senador Heráclito Fortes, companheiro sempre leal e decisivo em nossas deliberações, como com os outros membros da Mesa, senadores Marconi Perillo, Vice-Presidente, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Mão Santa, Patrícia Saboya Gomes. Não avançamos na atividade fim e as reformas tributária, das medidas provisórias, trabalhista não andaram. Mais uma vez lamento não ter tido o apoio do PSDB na eleição enquanto manifesto minha gratidão aos partidos que nos apoiam, o PT, o PMDB, o PTB e o bloco do governo.

Esta é a terceira vez que exerço a Presidência do Senado Federal. Nas três vezes encontrei o Senado em meio a crises. Reergui-o. Os que já estavam aqui são testemunhas de que o deixei, de cada vez, no lugar que é seu por definição, superados os problemas anteriores. Não tenham dúvida que este é, **também desta vez, o meu objetivo. Os desafios, a carga de trabalho, os insultos, as ameaças não me amedrontam. Estamos construindo um novo Senado.**

Dá-me força a grande paixão que tenho pelas instituições nacionais, pela vida democrática que aprendi a amar, o zelo pelo Congresso Nacional.

Implantei nesse período um portal de transparência que revela as nossas entranhas. Não temos o que esconder, mas o que mostrar. Vamos reduzir não só as nossas despesas, mas os nossos efetivos. Vamos dar, às instituições brasileiras, um exemplo de uma modernização efetiva. Essa modernização se completará com medidas legislativas, como o novo Regimento Interno.

Mas não abri mão de meu desejo de promover aqui nesta Casa a retomada dos projetos de reformas institucionais e das Medidas Provisórias. Com elas completarei, se Deus quiser, o programa de trabalho com que me apresentei diante das Senadoras e dos Senadores.

Sêneca dizia que as grandes injustiças só podem ser combatidas com o silêncio, a paciência e o tempo.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ANO DE 2009

17 DE DEZEMBRO DE 2009

Eu quero abrir esta sessão, que vai ser a penúltima sessão deliberativa do ano, porque a outra sessão será terça-feira, quando apenas serão encerrados os trabalhos dessa sessão legislativa, fazendo um rápido balanço do que fizemos aqui, no Senado Federal, todos nós, durante este ano.

Primeiro, eu quero dizer que as matérias apreciadas pelo Senado Federal, no quadro comparativo levantado pela nossa Secretaria-Geral, nós tivemos em 2008, 1.258 matérias aprovadas e tivemos, em 2009, 2.160 matérias aprovadas. Nós tivemos, total das matérias apreciadas, no ano de 2008, 1.343 e tivemos, no ano de 2009, 2.632, quase 100% a mais do que no ano passado.

E o ano legislativo se encerra, assim, com números extremamente positivos para o Senado da República. Terminamos com o nosso dever cumprido no trabalho de todos. Superamos uma pauta extensa que se destacou pelo volume das matérias e pela qualidade dos assuntos que foram tratados. No total, como eu disse, a Casa apreciou esse volume de matérias, o que corresponde a 72% mais em matérias aprovadas em relação ao ano passado e 100% mais em matérias apreciadas.

Se formos comparar apenas os projetos de lei, esse índice se eleva bastante. Os números demonstram a vitalidade com que trabalhou o Plenário do Senado. Além de outras matérias, aprovou 130 projetos de lei, o que corresponde a um terço das 404 matérias dessa natureza aprovadas na Casa.

Há que se observar que neste ano houve uma mudança de rito de tramitação dos projetos de lei da Câmara que passaram a ter em grande parte decisão terminativa nas comissões da Casa.

Nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, tivemos a apreciação de 1.100 matérias, sendo que este ano a velha crítica feita de que nós não aprovávamos vetos... chegamos e apreciamos 1.038 vetos presidenciais a projetos de decreto legislativo e 54 projetos de lei no Congresso. Inclusive o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 foi apreciado dentro do prazo constitucional, em 15 de julho de 2009.

As estatísticas comprovam que o Senado se engrandeceu diante dos desafios e manteve o compromisso de responder às demandas da sociedade por mudanças.

Mudanças que fizeram avançar os direitos sociais, como a emenda que reduz a incidência da DRU sobre recursos de educação, e que nós ampliamos em nove bilhões o orçamento da educação em 2011, número esse que, a partir de agora, passa a integrar os orçamentos destinados à educação. Devo destacar o esforço do Senado para modernizar a legislação. Já se transformaram em leis, por exemplo, novas regras sobre adoção do inquilinato. No direito trabalhista, foram regulamentadas diversas atividades profissionais. Aprovamos ainda a criação de universidades e de escolas técnicas em diversas regiões do Brasil; as regras para tarifa social de energia; a regulamentação do sistema nacional de crédito cooperativo; o Programa Minha Casa, Minha Vida; a criação de 46 zonas de processamento de exportação em diversos Estados; a emenda constitucional dos precatórios; o parcelamento de dívidas com a União; propostas que estimularam a economia, em um ano marcado pela crise econômica.

O Senado constituiu mesmo uma comissão que acompanhou a crise econômica e produziu documentos que não tiveram somente repercussão no país, mas também no exterior, e considerado um dos melhores trabalhos realizados sobre a crise mundial, feito no Senado sob a Presidência do Ministro Francisco Dornelles.

Ressalto também uma série de medidas tomadas para aprimorar a justiça, tais como a proposta do novo Código de Processo Penal, que está concluída e foi apresentada esta manhã para votação, que deverá ser feita nos primeiros dias do mês de abril; a instalação da

Comissão de juristas, responsável pela revisão do Código de Processo Civil, que está em pleno andamento, que, até junho, será apresentado ao Congresso; a estruturação da Defensoria Pública da União; o órgão de assistência jurídica para população carente; a criação de um cadastro centralizado de crianças e adolescentes desaparecidos; a tipificação do crime de sequestro relâmpago; a revisão da legislação sobre crimes sexuais e a regulamentação do mandato de segurança coletiva. Ao todo, foram aprovados 12 projetos no âmbito do Pacto Republicano.

E devemos recordar que, com a votação que o Congresso da Emenda da Reforma do Judiciário, este Poder passou a ter, no Brasil duas fases: antes e depois dessa reforma. Sobre essa Legislação que o Senado votou, no âmbito do Pacto Republicano, quero destacar: a Emenda Constitucional nº 61; a Lei nº 12.106, que cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, do Sistema de Execução de Medidas; a Lei nº 12.016, que dá nova disciplina ao mandato de segurança; a Lei nº 12.063, que regula a Ação Indireta de Inconstitucionalidade por Omissão; a Lei Complementar nº 132, que trata da Defensoria Pública; a Lei nº 12.011, que cria 230 Varas Federais; a Lei nº 12.019, que trata da convocação de juízes para ações penais em curso no STF. Isso significa que a grande reclamação que havia é que os processos penais que eram levados ao Supremo Tribunal constituíam um privilégio e, portanto, ali os processos não andavam. Com essa lei que votamos, os juízes poderão ser convocados para auxiliar na tramitação desses processos, o que torna célere o seu andamento. Aprovamos também as Leis nºs 11.925, 11.965, 11.969 e 12.012, que contribuem para a efetividade e a agilidade da Justiça.

No ano em que os líderes mundiais reuniram-se em Copenhague para garantir a preservação do nosso planeta na Conferência do Clima, o Senado brasileiro aprovou a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, um compromisso de redução das emissões de gases do efeito estufa, e o Fundo Nacional que vai financiar ações de preservação e desenvolvimento sustentável.

Somente na sessão de ontem, votamos 44 matérias, num esforço extra para fechar com louvor o ano legislativo. O empenho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores resultou na aprovação do teto para aumento do funcionalismo, da isenção de impostos para materiais escolares, do

piso salarial nacional para os agentes de saúde, da recriação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Além disso, foram autorizadas 15 operações de crédito externo para a União, Estados e Municípios.

Enfim, tal como ressaltado ontem por Líderes no Plenário, a Casa pode festejar o êxito de intensos trabalhos neste ano e trazer consigo a convicção de que os desafios que virão em 2010 serão enfrentados com galhardia. Eu quero também comunicar que a Mesa, conforme o compromisso que assumiu com o Plenário, terminou seu trabalho de reforma legislativa, trabalho esse que será entregue como projeto de resolução na próxima terça-feira para apreciação pelo Plenário, concluída a tramitação a nível de todos nós e da parte administrativa da Casa.

Eu quero agradecer, neste ponto, uma vez mais, pelo trabalho que foi realizado pelos Srs. Senadores, que foram ouvidos durante dois prazos de trinta dias cada um, e também aos funcionários da Casa, que se reuniram muitas vezes e possibilitaram um trabalho que agora foi concluído e que é um trabalho que moderniza, com a Fundação Getulio Vargas, totalmente a administração do Senado Federal, que passa a dispor de uma das melhores estruturas administrativas e talvez a mais moderna do País, invertendo a pirâmide, uma vez que a cabeça da administração foi enxugada de cerca de cem diretorias para apenas sete diretorias.

Portanto, quero também dizer que todos aqueles assuntos que preocuparam o Senado Federal e que foram levantados aqui nesta Casa foram resolvidos, atacados e solucionados, de modo que terminamos o ano sem cobranças a serem feitas sobre as ações de natureza da moralidade administrativa e da eficiência dos trabalhos da Casa. Os números que estamos apresentando demonstram o quanto custou da eficiência e do quanto custou de trabalho pra todos nós. Está ao meu lado o Senador Mão Santa, que participou todo o tempo, ao lado da Mesa, desses trabalhos.

É, portanto, com grande orgulho que dizemos ao povo brasileiro que talvez as lutas que tivemos tenham sido eficientes para que esses trabalhos fossem tomados com a contribuição que foi dada pelo Plenário e por todos os Srs. Senadores.

Eu, portanto, em nome da Mesa, quero agradecer às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores e aos servidores o ano de trabalho que tivemos e desejar a todos um feliz Natal e um ano de 2010 pleno de sucesso e de realizações.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 53ª LEGISLATURA

31 DE JANEIRO DE 2010

Mais uma vez cumpro a tarefa de prestar contas do trabalho desenvolvido durante uma sessão legislativa. Terminamos a 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura com expressivos resultados em nossos trabalhos legislativos e administrativos. Prestamos, assim, nossa contribuição para o desenvolvimento nacional e exercemos a normalidade de nossa ação democrática.

Não cansamos de ouvir que o Congresso Nacional é o coração da democracia, o lugar onde a voz do povo se faz ouvir em sua plenitude na manifestação dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, eleitos para representar a vontade do nosso povo.

Há 184 anos temos um Parlamento que representa o povo, aberto e lutando pelas liberdades civis. Há 25 anos acabamos com o regime de exceção e temos vivido a democracia em toda a sua integridade, com os seus conflitos e suas soluções. Há 21 anos temos uma nova Constituição, regendo os destinos do País, com qualidades e defeitos que nos levam a reformá-la e a obedecer-lhe.

Tenho sempre trabalhado com profunda consciência moral de minhas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranção nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Minha regra é a de transparência, moralidade, eficiência e trabalho.

Iniciamos nossos trabalhos, e dedicamos uma parte de nosso tempo de trabalho, discutindo uma crise artificial, que não se confunde com a profunda crise de identidade por que passa o Poder Legislativo em todo o mundo. A primeira, felizmente, não atrapalhou a nossa produtividade, como tive ocasião de expor mais de uma vez ao longo da Sessão Legislativa, e este relatório o faz mais detalhadamente. A segunda é, no entanto, uma crise sedimentada, que não se resolverá sem a reforma do sistema eleitoral e introdução, por fórmulas que ainda não conhecemos, de legitimação permanente da representatividade. Nessa crise, um dos fatores que temos que equacionar é o papel da imprensa, que disputa com o Poder Legislativo o papel de porta-voz da opinião pública, sem submeter-se a mandatos ou regras.

A opinião pública, com poder político agregado, passou a ser um interlocutor direto da sociedade democrática. Formada pelos novos instrumentos da informática, que podem fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e as pessoas, é também o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade.

Continuo insistindo na importância de modernizarmos nossas instituições. Devemos, na próxima 4ª Sessão Legislativa, votar duas reformas fundamentais que foram preparadas na 3ª Sessão Legislativa: a do Regimento Interno e a da Estrutura Administrativa. Trabalhamos nesses instrumentos — que dispõem sobre as atividades-meio da Casa — com ampla e total transparência, num debate aberto às mais diversas contribuições.

Os trabalhos legislativos assumiram, com o passar do tempo, um caráter de complexidade técnica que escapa em geral à percepção dos cidadãos. A eloquência desapareceu de nossas Casas para ser substituída por um trabalho que se processa em grande parte do tempo nas Comissões especializadas, amparadas por um corpo funcional altamente preparado e que realiza, antes de nossas deliberações, um trabalho também altamente qualificado. Desapareceu o aspecto romântico dos Parlamentos — o fenômeno não se restringe às nossas Casas nacionais, mas se estende por todo o mundo — que podia ser acompanhado facilmente pelo cidadão, e um fosso se abre entre os representantes do povo e o próprio povo. Este, um dos grandes dilemas de nosso tempo.

O nosso trabalho, de fiscalização, acompanhamento, controle do Poder Executivo, elaboração e revisão das leis, é ao mesmo tempo o mais aberto de todos os Poderes. Aqui é o único lugar onde o povo ou qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos, e apontar defeitos e erros, mesmo do próprio Parlamento.

Na mídia, nos organismos da sociedade organizada, nos grupos de pressão, a denúncia do povo passa pelo crivo da aprovação dos que governam e comandam. Aqui não. Haverá sempre uma voz, um representante de um segmento social, de um município, de um bairro, de uma ideologia, de uma religião, de uma raça, de uma profissão no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo à função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de opinião.

Sem Parlamento não há democracia; sem democracia não há liberdade; e, sem liberdade, o homem é apenas e às vezes um sobrevivente.

Sem Parlamento forte, não há democracia forte.

Temos o dever de trabalhar para fortalecer o Congresso Nacional. Nossas disputas devem seguir as regras regimentais, nunca resvalar para o uso de instrumentos externos ou antirregimentais para lutas políticas autodestrutivas, que só prejudicam a nossa Instituição.

O Congresso é a Casa do debate, da controvérsia, das ideias, das posições. Desse debate nasce e floresce a democracia e surgem as soluções. A ideia de um Congresso votando só assuntos de consenso certamente é um anticongresso. O Congresso é para trabalhar, discutir e decidir.

O Congresso nunca faltou ao Brasil. Aqui nasceu o País. Aqui construímos nossas instituições. Nenhum Poder sofreu mais no curso da nossa História. Em 1823, fomos fechados quando, sem termos imprensa, discutíamos a liberdade de imprensa; sem termos povo, as liberdades civis; sem termos fronteiras, a constituição de uma nação; sem termos leis, a vitaliciedade e a independência do Judiciário.

Nunca ninguém pensou em fechar qualquer outro Poder, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977.

Muitas vezes, ao longo da História, foi o Congresso suspenso, invadido, presos e cassados muitos de seus membros. Porém, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando

ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Congresso era a sobrevivência da nossa própria Nação.

Quero também ressaltar a nossa identificação inseparável com a imprensa. Não podemos aceitar a dicotomia que se tenta impor de Poderes em confronto, mas ter sempre a visão de que a liberdade de expressão é uma garantia constitucional para ser instrumento da comunicação entre as diversas correntes de opinião, nunca para ser um instrumento de opressão e manipulação política. No seu papel de porta-voz da sociedade como um todo, ela deve ser e é uma grande colaboradora do Congresso Nacional. E cito aqui um fato histórico: quando o Congresso foi fechado em 1968, não passou um dia sem que o jornalista Carlos Castello Branco pregasse sua abertura.

A vulnerabilidade do Parlamento decorre do fato de ser esta a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de crítica. No Judiciário, as sentenças apenas são conhecidas depois de publicadas; as decisões do Executivo são coordenadas no âmbito do próprio Governo, entre quatro paredes.

As decisões legislativas, ao contrário, são debatidas e tomadas em público, no quadro das divergências políticas e à mercê de interesses contrariados ou favorecidos.

O Relatório que se segue mostra em detalhe os nossos trabalhos. Não me devo furtar de fazer um breve resumo para expressar a satisfação dos resultados obtidos.

A Secretaria-Geral da Mesa nos mostra que tivemos, em 2009, mais de 3.300 matérias aprovadas, incluindo 1.651 requerimentos.

Superamos, assim, uma pauta extensa que se destacou pelo volume das matérias e pela qualidade dos assuntos de que tratamos no Senado. Se compararmos apenas os projetos de lei, esse índice se eleva muito. Os números demonstram a vitalidade com que trabalhou o Plenário do Senado. O Senado aprovou 135 projetos de lei em Plenário, além dos 328 projetos de lei em decisão terminativa, o que corresponde a um total de 463 matérias. Há que se observar que, neste ano, houve uma mudança de rito na tramitação dos projetos de lei da Câmara, que passaram a ter, em grande parte, decisão terminativa nas Comissões da Casa.

Nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, tivemos a apreciação de 1.128 matérias, sendo que, este ano, a velha crítica de que

não apreciávamos vetos foi superada, porque deliberamos sobre 1.038 vetos presidenciais a projetos de lei, 82 projetos de lei, em Plenário, e 8 projetos de decreto legislativo, em decisão terminativa.

Essas estatísticas comprovam que o Senado se engrandeceu diante dos nossos desafios e manteve o compromisso de responder às demandas da sociedade. Com todas as nossas dificuldades — foi um ano difícil —, tivemos um ano de grande eficiência na Casa. Aprovamos mudanças que fizeram avançar os direitos sociais, como a emenda que reduz a incidência da DRU sobre recursos de educação, e ampliamos o orçamento da educação em 2011, número esse que, a partir de agora, passa a integrar os orçamentos destinados à educação. De tal maneira que o Ministro da Educação teve a oportunidade de dizer que os trabalhos sobre educação no Brasil vão ser divididos entre essa providência tomada, essa lei votada, e o futuro. Isso será um divisor de águas no que se refere aos recursos para a educação.

Devo destacar também o esforço do Senado para modernizar a legislação. Já se transformaram em leis, por exemplo, novas regras sobre adoção, sobre o inquilinato. No direito trabalhista, foram regulamentadas diversas atividades profissionais. Aprovamos ainda a criação de universidades e de escolas técnicas em diversas regiões do Brasil; as regras para tarifa social de energia; a regulamentação do sistema nacional de crédito cooperativo; o Programa Minha Casa, Minha Vida; a criação de 46 zonas de processamento de exportação em diversos Estados; a emenda constitucional dos precatórios; o parcelamento de dívidas com a União; propostas que estimularam a economia, em um ano marcado pela crise econômica.

O Senado constituiu aqui uma comissão que acompanhou a crise econômica e produziu documentos que não tiveram somente repercussão nacional, mas devo confessar, para orgulho nosso, que essa nossa comissão teve uma grande repercussão no exterior, considerado um dos melhores trabalhos sobre a crise mundial, feito no Senado, sob a presidência do Senador Francisco Dornelles.

No ano em que os líderes mundiais se reuniram em Copenhague para garantir a preservação do nosso planeta na Conferência do Clima, o Senado brasileiro aprovou a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, um compromisso de redução das emissões de gases do efeito estufa, e o Fundo Nacional, que vai financiar ações de preservação e desenvolvimento sustentável.

Ressalto também uma série de medidas tomadas ao longo de 2009 para aprimorar a Justiça. Destaco a proposta do novo Código de Processo Penal, que deverá ser votada nos primeiros dias do mês de abril do próximo ano e a instalação da Comissão de Juristas responsável pela revisão do Código de Processo Civil, que está em pleno andamento, e que, até junho de 2010, será apresentado ao Congresso. Acrescento ainda a estruturação da Defensoria Pública da União; o órgão de assistência jurídica para população carente; a criação de um cadastro centralizado de crianças e adolescentes desaparecidos; a tipificação do crime de sequestro relâmpago; a revisão da legislação sobre crimes sexuais e a regulamentação do mandato de segurança coletiva.

Foram aprovados diversos projetos no âmbito do Pacto Republicano. Quero destacar, ainda, entre eles, os que originaram a Emenda Constitucional nº 61, sobre o Conselho Nacional de Justiça; a Lei nº 12.106, que cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, do Sistema de Execução de Medidas; a Lei nº 12.016, que dá nova disciplina ao mandado de segurança; a Lei nº 12.063, que regula a Ação Indireta de Inconstitucionalidade por Omissão; a Lei Complementar nº 132, que trata da Defensoria Pública; a Lei nº 12.011, que cria 230 Varas Federais; a Lei nº 12.019, que trata da convocação de juízes para ações penais em curso no Supremo Tribunal Federal. Isso significa que a grande reclamação que havia é que os processos penais que eram levados àquela Egrégia Corte constituíam um privilégio e, portanto, ali os processos não andavam. Com essa lei que votamos, os juízes poderão ser convocados para auxiliar na tramitação desses processos, o que torna célere o seu andamento. Aprovamos também matérias que deram origem às Leis nºs 11.925, 11.965, 11.969 e 12.012, que contribuem para a efetividade e a agilidade da Justiça.

A Comissão Diretora, conforme compromisso que assumiu com o Plenário, terminou seu trabalho de reforma administrativa, trabalho esse que consumiu o ano inteiro e, ao mesmo tempo, o empenho de uma grande equipe, envolvendo quase todos os servidores do Senado nas diversas audiências coletivas e reuniões que foram feitas. Devemos agora, todos os Senadores, trabalhar com afinco e concluir essa matéria tão necessária para a vida cotidiana de nossa Casa.

Também na vida administrativa, a Mesa agiu com decisão. Ressalto que todas as medidas moralizadoras foram tomadas, sem qual-

quer subterfúgio, sendo as conclusões das investigações que se fizeram necessárias encaminhadas ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Os resultados na área orçamentária são significantes. De acordo com a informação fornecida pela Diretoria-Geral, fizemos uma economia orçamentária de R\$127 milhões na área financeira, correspondendo a uma economia de 32,26%. Dada a redução do Orçamento de 2009, em relação ao de 2008, a diferença entre as despesas nos dois anos eleva-se a R\$238 milhões. Com a reforma administrativa, esperamos ter um resultado expressivo também na área de pessoal. Para isso, tomamos as seguintes medidas, entre outras que já foram tomadas durante este ano: redução de 50% dos membros das comissões; reforma nos contratos de fornecimento de mão de obra; mudanças na regulamentação das cotas de passagens aéreas dos Senadores, restringindo-se a emissão de passagem somente ao próprio Senador e ao assessor por ele designado; nova regulamentação para o uso da verba indenizatória; redução da taxa de juros dos empréstimos consignados para 1,5% ao mês; contingenciamento de despesas na área de saúde no valor de R\$25 milhões; redução da cota de telefones celulares dos diretores; restrição na impressão de material gráfico que não seja inerente às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente administrativo; suspensão da participação de servidores em cursos, treinamentos e seminários realizados fora do Distrito Federal; corte nas comissões administrativas, reduzindo-se o pagamento de gratificações; redução de 300 ramais telefônicos; novo procedimento para as licitações dos contratos de fornecimento de mão de obra com a adoção das instruções recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para esse tipo de contratação, como a precedência da aprovação de projeto básico ou termo de referência; adoção do sistema de compras Comprasnet, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitando aquisições através de pregão eletrônico; divulgação das despesas parlamentares com verba indenizatória através da página do Senado Federal na *internet*; determinação para normalizar situação de servidores terceirizados que tenham características de nepotismo em conformidade com a Súmula do Supremo Tribunal Federal (STF); inauguração, que foi muito importante, do Portal da Transparência, com informações sobre contratos, verba indenizatória e recursos humanos do Senado Federal; solicitação ao TCU de auditoria nos contratos da Casa e na folha de pagamento, incluindo a folha de estagiários; transferência dos saldos das contas

bancárias do Prodasen para o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); regulamentação do Boletim Administrativo de Pessoal eletrônico com a determinação de publicação de diversos atos no Diário do Senado Federal e no Diário Oficial da União; regulamentação dos escritórios de apoio às atividades parlamentares nos Estados, dando maior transparência às atividades do Senado Federal; recadastramento de todos os servidores do Senado Federal, que possibilitará uma administração de pessoal mais eficiente e racional.

Teremos também pela frente, na 4ª Sessão Legislativa, um grande volume de trabalho, com muitas matérias importantes, que vão demandar uma participação grande do Senado Federal.

INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
53ª LEGISLATURA

2 DE FEVEREIRO DE 2010

Cabe-me agradecer a honra que nos deu, comparecendo a esta solenidade, o Vice-Presidente da República José Alencar. Da mesma maneira, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. Embora seja sua responsabilidade, eu me sinto muito honrado de estar em sua companhia.

Eu agradeço a presença, também extremamente honrosa, do Exmº Sr. Ministro Gilmar Mendes, que tem tido uma atuação extraordinária à frente do Supremo Tribunal Federal, defendendo as liberdades públicas e individuais e os direitos humanos. Agradeço a presença à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Srª Dilma Rousseff; ao Sr. Ministro de Estado Samuel Pinheiro Guimarães; ao Exmº Sr. Ubiratan Diniz de Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; ao Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que também vem desempenhando, com grande êxito, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Agradeço a presença ao representante do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, Almirante-de-Esquadra João Afonso Prado Maia de Faria; ao representante do Comandante da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura; ao representante do Comandante do Exército, o General de Exército Enzo Martins Peri, Secretário de Economia e Finança do Exército; ao Ministro do Supremo Tribu-

nal Federal Antonio Dias Toffoli; ao representante do Comandante da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, o Tenente-Brigadeiro Aprígio Eduardo de Moura Azevedo.

Agradeço especialmente a presença a Dom Lourenço Baldisseri, Núncio Apostólico no Brasil.

Agradeço também a presença aos Embaixadores e membros do corpo diplomático; às autoridades que se fizeram presentes a esta reunião; às Sr^{as}. e aos Srs. Deputados, às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores; aos membros da Mesa do Congresso Nacional.

Abro a 4^a Sessão Legislativa da 53^a Legislatura do Congresso Nacional.

Já estamos cansados e nunca cansados de ouvir que o Congresso Nacional é o coração da democracia, o lugar onde a voz do povo se faz ouvir em sua plenitude na manifestação dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, eleitos para representar a vontade do nosso povo.

Apresento meus cumprimentos às Deputadas e aos Deputados, às Senadoras e aos Senadores, com os meus votos para que tenhamos, nesta Sessão, grande êxito no nosso trabalho, felicidades pessoais e contribuam para o desenvolvimento do nosso País!

Há 184 anos, temos um Parlamento que representa o povo, aberto e lutando pelas liberdades civis. Há 25 anos acabamos com o regime de exceção e temos vivido a democracia em toda a sua integridade, com os seus conflitos e suas soluções. Há 22 anos temos uma nova Constituição, regendo os destinos do País, com suas qualidades e seus defeitos, que nos levam a reformá-la e obedecê-la.

Peço licença para citar as palavras que pronunciei quando abri pela primeira vez o ano legislativo, em 1995.

“Assumi este cargo não num momento de glória do Poder Legislativo, mas numa fase em que a instituição atravessa profunda crise de identidade, exposta a permanente crítica e censura.”

“Meu desejo é prestar um serviço ao Congresso, juntando-me a todos os Senadores e Deputados, igual a qualquer um deles na tarefa indispensável de modernização da Casa, animado pelo propósito de dar-lhe prestígio e respeito perante a sociedade, empreendendo um programa de reformas que lhe confirmem o necessário suporte e a agilidade de um Parlamento forte e digno de nosso povo.”

Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranção nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Transparência, moralidade, eficiência e trabalho.

O Congresso é maior do que a soma de todos nós e a maior instituição do governo democrático. Os Parlamentos perderam aquele charme romântico do século XIX até metade do século XX. Eram o centro das decisões e elas poderiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento dos belos discursos dos oradores parlamentares.

Infelizmente, ainda somos dominados pela visão do Parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula sempre o Congresso ao Plenário.

Mas o Congresso é muito mais.

É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo, e é o único lugar onde o povo, onde qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros, mesmo do próprio Parlamento.

Na mídia, nos organismos da sociedade organizada, nos grupos de pressão, a denúncia do povo passa pelo crivo da aprovação dos que governam e comandam. Aqui, não. Haverá sempre uma voz, um representante de um segmento social, de um município, de um bairro, de uma ideologia, de uma religião, de uma raça, de uma profissão no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo à função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de opinião.

Sem Parlamento não há democracia. Repito: sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas e às vezes um sobrevivente.

Sem Parlamento forte, não há democracia forte.

Sr^{as.} e Srs. Parlamentares,

O Congresso nunca faltou ao Brasil. Aqui nasceu o País. Aqui construímos nossas instituições. Nenhum poder sofreu mais no curso da nossa história. Em 1823, fomos fechados quando, sem termos imprensa, discutíamos a liberdade de imprensa; sem termos povo, as liberdades civis; sem termos fronteiras, a constituição de uma nação; sem termos leis, a vitaliciedade e a independência do Judiciário.

Nunca ninguém pensou em fechar o Executivo, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977.

Muitas vezes, ao longo da História, foi o Congresso suspenso, invadido, presos e cassados muitos de seus membros. Porém, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Congresso era a sobrevivência da nossa própria Nação. “O que é o poder civil?”, perguntava Milton Campos. E ele mesmo respondeu: “É a brigada de choque dos políticos que compõem o Congresso”.

Quero também ressaltar a nossa identificação inseparável com a imprensa. E quero citar um fato histórico: quando o Congresso foi fechado em 1968, não passou um dia sem que o jornalista Carlos Castello Branco não pregasse sua abertura.

A vulnerabilidade do Parlamento decorre do fato de ser esta a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de crítica. No Judiciário, as sentenças apenas são conhecidas depois de publicadas, as decisões do Executivo são coordenadas no âmbito do próprio Governo, entre quatro paredes.

As decisões legislativas, ao contrário, são debatidas e tomadas em público, no quadro das divergências políticas e à mercê de interesses contrariados ou favorecidos.

A visão de um Congresso como uma corte celeste ou uma reunião de sábios e notáveis, e não de homens e políticos, é, sem dúvida, irrealista e ingênua. Nós Congressistas somos recrutados, todos nós, dentro da sociedade e somos representativos das camadas sociais.

No mundo inteiro, a instituição parlamentar enfrenta a contestação de sua legitimidade. Surgiu um novo interlocutor da sociedade democrática — a opinião pública, com poder político agregado. Ela é formada pela mídia, que, graças às conquistas da ciência e da tecnologia, pode, em velocidade incalculável, através do fascinante mundo dos satélites, fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens. É o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade.

O Padre Antônio Vieira já dizia que, sendo tão natural no homem o desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior. O uso de ver tem um fim com a vida; o apetite de ser visto não acaba com a morte.

O velho conceito da democracia representativa entra em competição com outras legitimidades. Durante muito tempo julgou-se que o Estado era somente o instrumento do bem-estar social. Hoje, com o fim das ideologias, o desmoronamento dos dogmas e sectarismos, sabe-se que o desenvolvimento social só terá êxito com o desenvolvimento econômico. Estamos advertidos, também, de que a economia de mercado não é boa distribuidora de renda, impondo-se a necessidade de um Estado forte para assegurar uma sociedade justa. Assim, o que deve pesar não é o tamanho, mas a qualidade do Estado.

Caminhamos para um mundo cada vez mais interdependente, de livre circulação do capital, que pode tirar seu passaporte em qualquer lugar.

O Congresso Nacional tem enfrentado o desafio de promover mudanças para que o Brasil acompanhe as profundas transformações registradas no mundo.

Renovo o convite a todos para um árduo trabalho. O Congresso é a Casa do debate, da controvérsia, das ideias, das posições. Desse debate nasce e floresce a democracia e surgem as soluções. A ideia de um Congresso votando só assuntos de consenso certamente é um anti-Congresso. O Congresso é para trabalhar, discutir e decidir.

O Congresso Nacional jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo nem do Judiciário. E quem estuda a história do Brasil sabe a importância desta Casa na formação das instituições nacionais.

Nos anos da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil soube acrescentar à estabilização monetária o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Vivemos hoje um País profundamente modificado, em que atravessamos uma crise global com menor sofrimento que outros países.

Sr^{as.} e Srs. Parlamentares,

Vivemos um momento singular da história da humanidade.

Vivemos, entre nós, o mais longo período — observemos isso — em que se sucedem as Legislaturas. Desde que assumi a Presidência da República, na hora trágica da morte de Tancredo Neves, a democracia só se tem consolidado e só se tem aprofundado no Brasil. O período de consolidação constitucional alcançou o marco histórico

com a eleição de um operário, o qual vem realizando um governo sereno, equilibrado e bem-sucedido, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Repito, pela enésima vez, que temos a necessidade de restabelecer a plenitude das funções do Congresso Nacional, fugindo da armadilha do rito de tramitação das medidas provisórias, que perturba o funcionamento das instituições, sobretudo das nossas Casas Legislativas.

Insisto também, para nossa reflexão, na necessidade de reforma do sistema eleitoral, terminando com o voto proporcional uninominal, instituindo, como parece ser a vontade da maioria das duas Casas, o sistema distrital misto. O problema do financiamento das campanhas também continua insolúvel. Combate-se o gasto com doações privadas, e não se encontra uma solução para o financiamento público das campanhas. Temos, todos nós, que encontrar uma solução e definir esse problema, em benefício da democracia em nosso País. Continuamos com o compromisso em relação à reforma tributária.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O mundo apenas começa a sair de uma das maiores crises da sua história. O Brasil esteve preparado para enfrentar esses desafios. O Governo do Presidente Lula conseguiu avanços no setor social, na economia e colocou o Brasil em outro patamar na cena mundial. Ele sempre contou comigo para essa benemérita tarefa em favor do povo brasileiro, e vou continuar a ajudá-lo.

Quero homenagear também, na figura do Ministro Gilmar Mendes, o Poder Judiciário, guardião da Constituição. Nós fomos quem a entregamos, nós, representantes do povo, ao Supremo Tribunal Federal, para guardá-la. É ele que tem essa missão e, portanto, devemos respeitá-lo e acatá-lo, sabendo que vai cumprir essa missão em favor do povo brasileiro.

Sem o Judiciário, já pregavam os ingleses, ao tempo da Carta do Rei João, quando começaram a constituir suas instituições, a democracia seria impossível.

Ministro Gilmar Mendes, todos nós — Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas — faremos tudo para que nossa harmonia seja uma peça importante na consolidação da democracia brasileira.

Quero, também, homenagear o Presidente Lula, aqui representado pela Ministra Dilma Rousseff, importante pilar do seu Gover-

no, pelo novo patamar ocupado pelo Brasil no âmbito internacional e nos avanços sociais e econômicos do seu Governo, como já tive oportunidade de dizer.

Eu quero finalizar essas palavras agradecendo as autoridades aqui presentes e, uma vez mais, desejando a Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores muitas felicidades. Vamos começar nossos trabalhos e que este seja um grande ano para nosso País e para o poder Legislativo!

Muito obrigado.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 53ª LEGISLATURA

2 DE FEVEREIRO DE 2011

Ainda uma vez cumpro a tarefa de prestar contas do trabalho desenvolvido durante uma sessão legislativa. Terminamos a 4ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura com importantes resultados em nossos trabalhos legislativos e administrativos, colaborando para o desenvolvimento nacional e o bom funcionamento das instituições democráticas.

Repito aqui que o Congresso Nacional é o elemento fundamental do regime democrático, esta invenção que se tornou indispensável à vida das nações, permitindo-lhes uma participação no cenário mundial e ter sua voz ouvida pelos outros países em pé de igualdade. Isto acontece porque é o regime onde a voz dos cidadãos, por sua vez, se faz ouvir, tornando as decisões do Estado legítimas. Os Estados democráticos são a forma de evitar o *Leviatã*, de Thomas Hobbes, ou a *Servidão Voluntária*, de que falava La Boétie, e colocar em seu lugar um regime cuja base é a igualdade perante a lei. No Congresso Nacional o povo se faz representar por cidadãos livremente eleitos para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Vivemos sob o regime de uma Constituição que tem 22 anos, e que vem sendo transformada e aprimorada ao longo destes anos. Ela consolidou um regime democrático, implantado em 1985 com a Nova República, que acaba de realizar, mais uma vez, eleições

livres para renovação de seus dirigentes e representantes, sem qualquer vislumbre de instabilidade institucional. Esta democracia, insisto mais uma vez, tem suas raízes na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, quando os nossos primeiros representantes defendiam a liberdade de expressão num país sem imprensa, os predicamentos da magistratura quando a Justiça era um princípio incipiente, os direitos individuais quando o Imperador ainda era absoluto. Ali, há quase 187 anos, inauguramos nosso Parlamento.

Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas e às vezes um sobrevivente. A força da democracia mede-se pela força de seu Parlamento.

O Parlamento foi fechado e dissolvido em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. O Poder Executivo se manteve, durante todos estes anos, mas nem sempre ele pode, legitimamente, se considerar um poder democrático. O Poder Legislativo, com todas as suas dificuldades e deficiências, nunca abandonou sua luta por um regime democrático. Nenhum poder sofreu mais no curso da nossa história.

Mesmo quando o Congresso foi suspenso, invadido, teve presos e cassados muitos de seus membros, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Parlamento era a sobrevivência da nossa própria Nação. Aos trancos e barrancos, com a consciência democrática e a inteligência de nossos antecessores, acalentamos o País que nascia em nossas mãos, e construímos uma Nação poderosa e um Estado democrático.

Vivemos da polêmica. A democracia pressupõe a controvérsia, a diferença de ideias, a lenta formação de consensos ou maiorias. Ela não sobrevive sob o pensamento único ou com o esmagamento de minorias por maiorias voluntariosas. O Senado Federal é, por excelência, a Casa onde a democracia se realiza em uma de suas mais importantes práticas, a da conciliação, que aqui atingiu o seu maior desenvolvimento, permitindo atravessarmos algumas de nossas maiores dificuldades institucionais. Mas a conciliação não é a rotina quotidiana. O quotidiano do Parlamento são os conflitos, dos quais decorrem o diálogo, a busca contínua e harmoniosa de soluções.

Estas soluções e estes conflitos são tomados sob a luz do sol, sob o olhar do público, sob a crítica livre dos que tem interesses contra-

riados ou favorecidos. A liberdade no Parlamento inclui a liberdade de se falar mal do próprio Parlamento.

Assume relevância especial no exame das ações do Congresso Nacional a nossa relação umbilical com a imprensa. A liberdade de expressão é o grande instrumento para que os debates e conflitos da sociedade se expressem livremente, e é, assim, uma fonte fundamental de inspiração e formação da opinião parlamentar. Não há nem pode haver conflito institucional entre o Parlamento e imprensa.

Nesta Casa vivemos sob o signo, que regu sempre meu comportamento político, de transparência, moralidade, eficiência e trabalho. Repito que tenho sempre trabalhado com profunda consciência moral de minhas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta.

Volto a falar da transformação que a sociedade de informação está a exigir do Poder Legislativo. Com a informação em tempo real, a legitimidade de representação adquirida nas eleições tende a se diluir rapidamente, e precisa ser constantemente renovada. A reforma política, e, sobretudo, a reforma de nosso sistema eleitoral, já reclamada por alguns políticos desde a década de 1960, precisa ser feita com urgência, e, já agora, encontrar fórmulas de legitimação permanente da representatividade.

Já disse que a opinião pública, com poder político agregado, passou a ser um interlocutor direto da sociedade democrática. Formada pelos novos instrumentos da informática, que podem fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens, é também o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade.

Esse mesmo tipo de complexidade atingiu, sem se fazer notar — e mesmo a imprensa parece ignorar o fenômeno — a rotina do trabalho legislativo. O plenário, espaço dos grandes discursos, deixou de ter a importância central de outros tempos, substituído pelo papel dominante das Comissões especializadas. Nestas o trabalho se desenvolve em debates altamente qualificados, em que os Parlamentares se valem do apoio técnico de nosso corpo funcional, composto de especialistas nas mais diversas áreas. Esse trabalho já pode hoje ser acompanhado em nossas mídias, e ouve a opinião da sociedade através

de audiências públicas em que as diversas partes interessadas podem se manifestar livremente. Estes debates, no entanto, são dificilmente assimilados pela maior parte da população, que não se dá conta do imenso esforço desenvolvido.

Repito que na mídia, nos organismos da sociedade organizada, nos grupos de pressão, a denúncia do povo passa pelo crivo da aprovação dos que governam e comandam. Aqui, não. Haverá sempre uma voz, um representante de um segmento social, de um município, de um bairro, de uma ideologia, de uma religião, de uma raça, de uma profissão no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo à função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de opinião.

A apresentação anual do Relatório dos nossos trabalhos parlamentares é um documento importante de referência que dificilmente é examinado. Ele mostra sinteticamente os nossos trabalhos. Apesar disso é um volume considerável, a ser consultado esporadicamente. Devo, no entanto, destacar os pontos mais expressivos, que mostram os importantes resultados desta 4ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Examinamos, em 2010, 1.410 matérias de origem legislativa, além de 23 Medidas Provisórias ou Projetos de Lei de Conversão e de 2.011 requerimentos, num total de 3.444 peças. Destas 1.128 foram aprovadas. Trata-se de um volume considerável de matérias, que requer um esforço material e intelectual que não pode ser desprezado.

Destaco, no entanto, que considero uma das discussões importantes das funções do Parlamento o problema do excesso de leis, que torna impossível o seu conhecimento mesmo pelos especialistas. Por isso mesmo tenho dado ênfase ao trabalho de reexame dos grandes códigos nacionais.

Votamos o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal, peças de grande porte, decisivos para a administração da Justiça, que estavam defasados, e foram elaborados por Comissões de Juristas, e submetidos ao crivo de audiências públicas durante sua fase de construção e, mais tarde, durante o longo debate nas Comissões Especiais do Senado. Não corro o risco de exagerar ao destacar a importância destes trabalhos, se lembrarmos a história da construção destes códigos, desde o Império, e a relevância dos mesmos na rotina judicial.

Ainda na mesma linha instalamos mais duas comissões de Juristas, uma para examinar o Código Eleitoral e outra para elaborar

um Código de Defesa do Consumidor. Depositamos nestes trabalhos a mesma confiança de chegar a um resultado relevante para a sociedade.

Destaco ainda matérias relevantes aprovadas nessa 4ª Sessão Legislativa. Na área jurídica, além dos dois importantes Códigos, tivemos ainda a reestruturação da Defensoria Pública da União (prevê defensores públicos nas unidades prisionais); a Emenda Constitucional do Divórcio (permite o divórcio direto sem prazo mínimo de separação); a Lei da “Ficha Limpa” (estabelece novos casos de inelegibilidades e aumenta o prazo de duração das inelegibilidades); o Regime de bens obrigatório no casamento de pessoas somente a partir dos 70 anos, não mais dos 60.

Na área econômica, primeiramente matérias relacionadas à regulamentação do Pré-sal: 1) autorização ao Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Pré-Sal Petróleo S.A.; 2) criação do Fundo Social – FS; 3) autorização à União para ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. Ainda nessa área: regulamentação das atividades de fomento mercantil — factoring (a regulamentação permite que haja fiscalização sobre as empresas que oferecem crédito — empréstimos —, evitando as fraudes que muitas vezes ocorrem no setor, lesando a população mais pobre); autorização para criação, pelo Poder Executivo, do Fundo de Reutilização da Água (FUNREAGUA) — estabelecendo fundo para fomentar a reutilização de água — economia de água — sustentabilidade (Econômica e Social); instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos — que estabelece responsabilidades para os órgãos públicos, empresas e hospitais quanto à separação e destinação do lixo, especialmente quanto à reciclagem, e garante prioridade às cooperativas de catadores para coleta do lixo reciclável; regulamentação do CADE (Lei da Concorrência) — dispendo sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

Na área social: Emenda Constitucional que prorroga por tempo indeterminado o Fundo Social de Combate e Erradicação da Pobreza; e Estatuto da Igualdade Racial — combate a discriminação racial de afro-brasileiros.

Na área de esporte: alteração da Lei Pelé (instituinto a bolsa-atleta e criando programas de incentivo ao patrocínio de atletas

visando à formação de atletas olímpicos); e alteração do Estatuto do Torcedor (coíbe a violência nos estádios).

Na área do trabalho: piso salarial e regulamentação de diversas categorias trabalhistas e carreiras (diaristas, magistério público, agentes de saúde etc.).

Na área de criança e adolescente: lei que define a alienação parental (todas as formas de impedir a criança ou adolescente de conviver com genitor ou avós, ou de denegrir sua imagem); admissão tácita de paternidade (presume pai o homem que se recusa a fazer teste de DNA, quando houver provas complementares); Emenda Constitucional da Juventude (insere artigos na Constituição para cuidar dos interesses da juventude).

Na área de cultura: o Plano Nacional de Cultura (PNC) (que estabelece medidas integradas entre as diferentes esferas políticas para fomentar a cultura e o acesso a bens culturais por uma parcela maior da população).

Aprovamos ainda Acordos Internacionais e, nas matérias de competência privativa do Senado Federal, diversas autoridades e operações de crédito.

Continuo insistido na importância de modernizarmos nossas instituições. Espero que possamos concluir na 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura as duas reformas internas que tramitaram este ano na Comissão de Constituição e Justiça: a do Regimento Interno e a da Estrutura Administrativa. Estes instrumentos, que dispõem sobre as atividades-meio da Casa, são fundamentais para a eficiência de nossos trabalhos.

A Comissão Diretora, conforme compromisso que assumiu com o Plenário, encaminhou a reforma administrativa para a Comissão de Constituição e Justiça. Ao mesmo tempo, implantamos o Plano de Carreira dos Servidores.

Imprimimos a todas as atividades do Senado Federal o maior grau de transparência possível. Os resultados podem ser acessados pela *internet* e põe a descoberto, em especial, todas as decisões administrativas, de maneira a que o escrutínio da população seja o melhor fiscal de nossas ações. Tivemos um aumento importante na eficiência da gestão da Casa, com racionalização das atividades e economia de recursos. O Senado está organizado, batendo recordes em quantidade e qualidade de seus serviços, livre de problemas funcionais.

Quero, uma vez mais, agradecer a todos os meus colegas, Senadoras e Senadores, e, no âmbito do Congresso Nacional, a Deputadas e Deputados, pela colaboração que a Mesa recebeu ao longo da 4ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. Quero mais uma vez destacar o papel da Mesa Diretora, do Senador Marcondes Perillo, da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Heráclito Fortes, do Senador João Vicente Claudino, do Senador Mão Santa, da Senadora Patrícia Sabóia, e dos suplentes, Senador César Borges, Senador Adelmir Santana, Senador Cícero Lucena e Senador Gérson Camata na condução de todos os nossos trabalhos e nas diretrizes apontadas para a continuidade de nossa direção nesta Casa ao longo da Sessão.

A todos, muito obrigado.

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

1º DE FEVEREIRO DE 2011

Minhas estimadas Senadoras, meus queridos colegas Senadores:

Minha gratidão às Senadoras e aos Senadores que, pela quarta vez, me convocam e elegem para presidir a Casa, nesta 54ª Legislatura. Não desejava o encargo, dele não pude fugir, tendo na carne o alto preço do exercício destas funções.

A confiança dos meus ilustres colegas conforta, redime e aumenta as minhas responsabilidades. Tenho visão desses compromissos com as Instituições, com a independência do Poder Legislativo, principalmente de nossa Casa, que jamais pode ser submissa a nenhum Poder, nem tampouco afastada do espaço comum do interesse nacional, que não comporta paixão e partidarismos.

É a Constituição que define nosso rumo ao traçar que os Poderes são harmônicos, mas — acrescenta como dever — independentes.

Temos que participar da formulação das políticas públicas, influir nas decisões, opinar, resistir e apoiar no que for do interesse nacional.

Acredito que tenha predominado no exame que levou à escolha de meu nome a graça da vida que me faz o mais antigo parlamentar na História da República, com 56 anos de mandatos, dos quais

cinco no Senado, onde já passei 35 anos — o que mais tempo passou aqui, ultrapassando mesmo o nosso patrono, Rui Barbosa.

Aqui passei minha vida desde 1955, quando entrei na Câmara dos Deputados, até hoje, acompanhando momentos dramáticos de nossa História, como assistente, como participante e como protagonista. Vi duas ditaduras, alguns golpes de Estado, dois fechamentos do Congresso, sendo sempre um homem do diálogo e da conciliação, sem abrir mão dos meus princípios democráticos, que não se resumem nem se resumiram a palavras, mas a ações: presidindo o Governo da Nova República, convocando a Constituinte, assegurando sua liberdade, viabilizando a Constituição, concluindo a anistia, presidindo quatro eleições, legalizando os partidos banidos por razões ideológicas. Aqui, sempre ao lado de Petrônio Portela, Teotônio Vilela, Daniel Krieger, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Tancredo Neves, Itamar Franco e tantos outros, trabalhei para encontrar um caminho para sairmos do governo autoritário. Nos primeiros dias de abril de 1964, quando o receio tomava conta de todos e não se sabia o que vinha pela frente, levantei a minha voz e protestei contra a cassação de mandatos. Como Governador, fui o único a não concordar com o AI-5 e, renunciando à Presidência do PDS, tornei viável a formação da Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves e restaurou a democracia no Brasil.

Só a paixão da vida pública, com sua carga de idealismo e doação que é maior que a paixão da própria vida, me afasta do meu bem estar pessoal. Hoje, com mais razão, avalio bem a dimensão desse sacrifício pessoal. Entre eles está o de me afastar da literatura, outra grande paixão que me acompanha desde a mocidade. Escrevi mais de 60 títulos de livros, romances, poesias, ensaios políticos, conferências, discursos, crônicas jornalísticas, e já fui traduzido em 12 idiomas. Participo de sociedades de letras e científicas do Brasil e do mundo, sendo hoje também o decano da Academia Brasileira de Letras, como sou o decano desta Casa.

Fora da literatura, dediquei toda a minha vida ao serviço público, a maior parte ao Congresso Nacional e especialmente ao Senado Federal. Os próprios corredores desta Casa me conhecem quando passo. Fui da Banda de Música, ao lado de Afonso Arinos, Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Prado Kelly, que tocavam instrumentos sofisticados, enquanto eu, bem moço, vice-líder, tocava pequenos sinos. Sempre trabalhei pela realização ple-

na da democracia, pelo cumprimento estrito dos mandatos que recebi pelo voto popular. Assisti nesta Casa a mais de 50 comissões de inquérito e nunca nenhuma delas levantou qualquer problema sobre a minha honorabilidade ou sobre a minha conduta pessoal.

Mas não tenho os olhos voltados para o passado. Desde que comecei como político eu sempre procurei caracterizar-me como um homem do meu tempo. Aqui, quando cheguei, fui um dos responsáveis — foi o meu primeiro discurso —, pela modernização do Congresso. Desse discurso saiu uma comissão formada por Carvalho Pinto e Franco Montoro e eu, comissão que esquematizou o que é hoje o Prodasen. Como Presidente, levei a informatização a todos os gabinetes e ao plenário. O planejamento de nosso trabalho permitiu colocar em dia os anais e diários da Casa, atrasados em anos. As Sras. e os Srs. Senadores que aqui chegam vão encontrar uma Ordem do Dia planejada com 15 dias de antecedência, de modo a poderem estudar as matérias que serão submetidas à nossa decisão.

Correspondem a minhas gestões, também, as várias iniciativas que formam o modelar sistema de comunicações do Senado, cujo último avanço foi a TV digital, e que é o nosso grande instrumento de transparência democrática. Levaremos a TV aberta a todos os Estados. Em 2010, nosso *Alô Senado* — *call center* para interagir com o povo brasileiro — recebeu 2,5 milhões de chamadas, a Agência Senado teve 20 milhões de acessos. Quero chamar a atenção dos novos Senadores para os instrumentos que colocamos à disposição do Senado, como o Siga-Brasil, no qual os senhores poderão acompanhar as verbas desde quando elas nasceram até a sua aplicação. O Siga-Brasil permite ao cidadão comum acompanhar a execução do orçamento. Iniciaremos este novo mandato com a busca e a visão de integração com o que é mais novo no mundo, que são as redes sociais, Facebook, YouTube, Twitter. O LexML criou um novo paradigma na consulta às leis e à jurisprudência. Levar o Senado a participar na vida dos cidadãos, dele se aproximar mais, para sempre melhorar nossa eficiência e a qualidade de nosso trabalho de legislador, controlar, fiscalizar e acompanhar o rumo da administração pública.

Na área administrativa, tivemos a redução de 51% das funções comissionadas — mais de 2 mil; reforma nos contratos de fornecimento de mão de obra; fizemos a regulamentação do Boletim Administrativo de Pessoal eletrônico com a determinação de publicação

de diversos atos no Diário do Senado Federal e no Diário Oficial da União; o recadastramento de todos os servidores do Senado Federal e a implantação do Plano de Carreira valorizaram os servidores; as horas extras tiveram uma queda de aproximadamente 90%. Quero também chamar a atenção pela implantação feita por mim do Portal da Transparência do Senado Federal, onde tudo que aqui passa, tudo que por aqui transita, de recursos até o comparecimento dos Senadores, está lá à disposição do Brasil. Não há nenhum órgão no Brasil que tenha hoje a transparência do Senado Federal.

Hoje aqui trabalhamos até no recesso. A Secretaria Geral da Mesa preparou documentos que se relacionam ao final da 53ª legislatura e ao início da nova. A diretriz que permeou a sua realização sempre foi a da precisão e da pronta disponibilidade, em meio magnético e impresso, das informações e registros legislativos do Senado Federal e do Congresso Nacional, que estão à disposição de todos os Senadores, também implantado nesse período. Sobre as bancadas as Senhoras e os Senhores encontrarão: o Relatório Anual da Presidência, com toda a atividade legislativa desempenhada pelas Senhoras e Senhores Senadores no ano de 2010; a Consolidação das Resoluções sobre normas financeiras; e a Consolidação da Resolução da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO.

A Constituição Federal, atualizada até a Emenda nº 66, a Consolidação do Regimento Interno do Senado Federal (volumes I e II), e a Consolidação do Regimento Comum do Congresso Nacional foram encaminhadas pela Presidência a todas as Senhoras e Senhores Senadores.

Durante o meu último mandato como Presidente do Senado, tivemos uma enorme produção legislativa. No ano de 2009, o Senado Federal apreciou 1.873 matérias, sendo que dessas 1.675 foram aprovadas. No ano de 2010, o Senado Federal apreciou 1.415 matérias, sendo que dessas 1.215 foram aprovadas. Nesses anos, tivemos a apreciação de 162 matérias nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, sendo que, além dos projetos de lei, foram apreciados 1.112 vetos presidenciais. Os projetos de lei das diretrizes orçamentárias para 2010 e 2011 foram aprovados no prazo constitucional.

Encaminhamos à Câmara Federal os projetos — desenvolvidos por comissões especiais — dos Códigos do Processo Penal e do Processo Civil. Já começamos e temos pela frente o trabalho dos Códigos

gos de Defesa do Consumidor e Eleitoral. Faremos também uma comissão especial para tratar da prevenção de acidentes naturais, como tivemos a Comissão da Crise, que acompanhou as repercussões no Brasil dos acontecimentos internacionais, presidida pelo Ministro e Senador Francisco Dornelles, que foi um instrumento de consulta e um subsídio que circulou não só no Brasil, como no mundo inteiro. São matérias urgentes as Reformas Política e Eleitoral, a finalização da legislação relativa ao Pré-Sal e o grave problema das medidas provisórias.

Os senhores vão encontrar aqui no Senado Federal um funcionalismo da mais alta qualidade, e o núcleo desse funcionalismo talvez seja dos melhores recursos humanos de que dispõe a administração pública brasileira. Hoje nós já temos que ter cuidado, pela quantidade de recrutamento, pelos outros Poderes, de pessoal qualificado do Senado Federal. Aqui nós temos o Instituto Legislativo Brasileiro para formação dos nossos recursos humanos, com cursos periódicos que asseguram a ascensão nas carreiras da Casa. Temos a Universidade do Legislativo. Tudo isso foi construído, tudo isso foi feito justamente com o espírito de renovação que nós passamos a implantar desde o momento em que aqui cheguei.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores:

O processo parlamentar tem seu rito que pode, muitas vezes, parecer lento. É difícil e raro que a tramitação de um projeto aconteça da noite para o dia, e é da essência do processo parlamentar o amadurecimento das ideias. Daí sermos um Poder que decide à luz do dia, com o acompanhamento da opinião pública, que nessas decisões pode interferir, opinar, modificá-las ou aprová-las. Os outros poderes decidem unilateralmente, por voluntarismo ou, muitas vezes, pela própria circunstância, como no Poder Judiciário.

Na preparação dos projetos, contamos com o trabalho das consultorias, com sua equipe de técnicos altamente qualificados, que aportam importantes contribuições. Aprendemos em seguida o exercício de paciência que é seguir o longo caminho das Comissões especializadas, das audiências públicas, dos debates que envolvem as prioridades políticas. As audiências públicas que fazemos no Senado Federal são uma maneira de trazer o povo a participar das decisões legislativas que nós tomamos.

A atividade parlamentar há muito se afastou da antiga tradição dos grandes discursos que marcaram esta instituição no século

XIX e boa parte do século XX, para se transformar num trabalho técnico, de estudos acurados, de trabalho de equipe. Nossos holofotes se deslocam do plenário para as Comissões especializadas.

O parlamento, hoje, tem que acompanhar as informações em tempo real, em todas as suas consequências, inclusive a de precisarmos, todos os membros do Parlamento, nas duas Casas, legitimar a todo instante o mandato que nos foi conferido pelo voto popular. Se perdemos o contato com a realidade, nossa representatividade pode se esvaír em um instante.

Repito ainda uma vez que tenho deveres de amizade, tenho deveres partidários, tenho deveres políticos, mas que não será com o Senado que resgatarei qualquer dever de amizade, qualquer dever político ou qualquer dever partidário. Acima de tudo estão a independência, a autonomia, a dignidade e os grandes interesses da nossa Casa, que superam todos os outros valores.

Ao mesmo tempo, dividirei minhas funções com os nossos colegas, pois minha missão não é solitária. Acredito que esta é uma missão colegiada, que começa comigo, se prolonga na Mesa e termina no Plenário com as Senadoras e os Senadores. Sem eles, sem o apoio da Casa, sem a compreensão da Casa, nada pode ser feito.

Quero o apoio de todos, suas sugestões e propostas. É meu estilo administrar em equipe, dividindo tarefas e encargos, e convocando todos para trabalhos específicos, sem discriminação. A participação de todos e cada um não só será bem recebida, como é necessária. Estarei sempre à espera de seus conselhos e orientações, com os quais poderemos executar o grande programa que temos pela frente. Perseverarei na modernização administrativa, na qualidade de nossos servidores, na modernização e na criação de novos instrumentos de trabalho, com olhos na moralização, eficiência e inovação, o que para mim não tem sido somente palavras, mas um exemplo de vida inteira.

Eu quero agradecer às Senadoras e aos Senadores que me elegeram. Finalmente, peço licença para encerrar estas palavras agradecendo a Deus, como homem de fé que sempre fui, o destino que Ele me reservou e pedindo Sua permanente proteção.

Tenho, nesta posse, o gosto da despedida, pois cumprirei o meu último mandato, quando espero fazer, com a ajuda das Senhoras e Senhores Senadores, todo o esforço, toda a doação de mim mesmo para servir esta Casa, que é um pouco da minha vida e um pouco do meu amor.

Muito obrigado.

INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
54ª LEGISLATURA

2 DE FEVEREIRO DE 2011

Senhora Presidente Dilma Rousseff, é com grande honra que nós a recebemos nesta Casa. Sobretudo porque a sua vinda demonstra o seu apreço, a sua consideração e o seu desejo de prestigiar o Congresso Nacional.

Quero cumprimentar o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Cesar Peluso, o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Ricardo Lewandowski, o Ministro Ari Pargendler do Superior Tribunal de Justiça e o Ministro Benjamin Zymler do Tribunal de Contas da União.

Minhas Sras. e meus Srs. Deputados, minhas Sras. e meus Srs. Senadores, demais membros da Mesa, meus eminentes colegas — e eu quero distinguir que esta Mesa tem a presença da mulher brasileira na pessoa da Deputada Rose de Freitas —, minhas senhoras e meus senhores, iniciamos hoje uma nova Legislatura, a 54ª da nossa existência.

Ontem apresentei os cumprimentos aos meus colegas de Senado, especialmente aos que estão assumindo pela primeira vez o mandato, e, agora, estendo a minha homenagem, também destacando os recém-chegados, a todas as Deputadas e a todos os Deputados. Faço votos de que esta Legislatura seja marcada pelo sucesso, tanto pessoal quanto, sobretudo, da Instituição Parlamentar, que é fundamental para a vida do nosso País.

Abro a 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura. E é bom que se lembre sempre do passado, porque sem historiadores que olhem para o passado, sem os políticos, para olharem para o presente, e sem os poetas, para sonharem com o futuro, não se faz nenhum país.

O Parlamento brasileiro iniciou seus trabalhos no Brasil em 1823, com a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, infelizmente fechada pelo Imperador. Os primeiros representantes brasileiros — para que possamos ver o longo caminho que percorremos neste País — chegavam montados a cavalo, a pé ou em pequenas carruagens, mas com as mais empolgantes ideias. Algumas eram ideias universais, e com elas discutia-se a liberdade de imprensa quando não existia a imprensa, discutiam-se os predicamentos da magistratura quando não tínhamos magistratura, deliberava-se que ninguém poderia ser preso senão em flagrante delito quando o canhão estava à porta. Liberdades: pessoal, religiosa, de indústria, de imprensa; júízo por jurados, igualdade perante a lei, igualdade no acesso aos cargos públicos, inviolabilidade da propriedade, direito e dever de resistência à opressão... em tudo um panorama das ideias constitucionais. É bom recordar que era um tempo de um rei absoluto, que governava em nome de Deus, sem limitações. Os brasileiros pensavam num Estado de leis e não de homens. Mas muitas ideias eram nossas, e com uma delas construímos um país diferente: a ideia da unidade nacional, de que éramos, e somos, um só país, irmanado num desejo de fraternidade e de superação das diferenças. No continente diferimos da América Espanhola por sermos uma construção que não foi feita em batalhas. Alcançamos nossas fronteiras que só pararam nos contrafortes dos Andes sem derramamento do sangue de brasileiros. Dentro da Constituinte de 1823 nascia a ideia de começar a lutar por este Brasil extraordinário, grandioso e continental.

Com a outorga da primeira Constituição, nos instalamos, em 1826, Câmara e Senado, e passamos a ser a instituição central do sistema político brasileiro. Desde então temos um Parlamento representando o povo, aberto e lutando pelas liberdades civis.

Perdão, eu não saudei o meu querido Presidente da Câmara dos Deputados. Quero fazê-lo especialmente, com todas as homenagens, inclusive com as desculpas desses momentos que passaram.

Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas um sobrevivente. A força da democracia mede-se pela força de seu Parlamento.

O Parlamento foi fechado e dissolvido em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. O Poder Executivo se manteve, durante todos estes anos, mas nem sempre ele pôde, legitimamente, se considerar um poder democrático. O Poder Legislativo, com todas as suas dificuldades e deficiências, nunca abandonou sua luta por um regime democrático. Nenhum poder sofreu mais no curso da nossa história.

Mesmo quando o Congresso foi suspenso, invadido, teve presos e cassados muitos de seus membros, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Parlamento era a sobrevivência da nossa própria Nação. Aos trancos e barrancos, com a consciência democrática e a inteligência de nossos antecessores, acalentamos o País que nascia em nossas mãos, e construímos uma Nação poderosa e um Estado democrático.

Sofremos ainda os efeitos da grave crise social e econômica provocada pelos mercados, no seu jogo financeiro sem freios ou regras morais. O Brasil sofreu menos que outros países com a crise, mas na sociedade globalizada os efeitos ainda se fazem sentir e os danos são permanentes. As crises não foram nossas, aqui aportaram pelos ventos do exterior, que nós detivemos.

Senhora Presidente, Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores Parlamentares:

Assumo novamente as funções de Presidente do Congresso Nacional. Tenho consciência de minha responsabilidade com o momento e com as instituições.

São características de nosso tempo as profundas transformações tecnológicas. Tenho tido, ao longo da minha vida, o desejo de manter-me permanentemente em estado de renovação e atento às novas ideias. Velho, mas moço, buscando sempre estar atualizado com o meu tempo e com os problemas do futuro. Com a informação em tempo real, a legitimidade de representação adquirida nas eleições tende a se diluir rapidamente, e precisa ser constantemente renovada. A reforma política, e, sobretudo, a reforma de nosso sistema eleitoral, já reclamada por alguns políticos desde a década de 1960, precisa ser feita

com urgência, e, já agora, encontrar fórmulas de legitimação permanente da representatividade.

Já disse que a opinião pública, com poder político agregado, passou a ser um interlocutor direto da sociedade democrática. Formada pelos novos instrumentos da informática, que podem fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens, é também o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que conferem legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade. Vivemos não num mundo em transformação, mas transformado. Ou nos integramos a ele ou seremos destruídos e superados.

Faço aqui mais uma vez minha profissão de fé de que não podemos protelar a reforma do sistema eleitoral, com o fim do voto proporcional uninominal, que é responsável pela desintegração dos partidos, que impede a formação de homens públicos, programas e ideias.

Enfrentemos as reformas, política, eleitoral, tributária, vamos concluir a reforma judiciária — Presidente Antonio Cezar Peluzo — e tomar as medidas que ajudem a erradicar — Senhora Presidente — a pobreza e a miséria, obsessão de seu Governo.

Também precisamos resolver o grave problema das Medidas Provisórias. Seu rito de tramitação transformou-se numa armadilha que perturba o funcionamento das instituições, sobretudo das nossas Casas Legislativas, com constante bloqueio de nossas pautas e às vezes com retardamento de tantos e tão importantes problemas que temos a resolver. Por minha iniciativa, o Senado elaborou e aprovou projeto de lei de reforma do modelo das Medidas Provisórias que aguarda votação na Câmara dos Deputados. Devemos reconhecer aquilo que a Constituição fez erradamente: incorporou ao Congresso funções executivas e incorporou ao Executivo funções legislativas. Vamos devolver ao Executivo as suas funções e vamos recuperar as nossas funções.

Temos aí a oportunidade e a necessidade de restabelecer a plenitude das funções do Parlamento e não usurpar atribuições do Poder Executivo.

Senhora Presidente, Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores Parlamentares:

Volto a repetir aqui que o nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades e a obstinada decisão que devemos ter cada um de não cometer erros, de

jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear a nossa conduta.

Enquanto nos outros Poderes as decisões são objeto de uma transparência relativa, nossos trabalhos sempre se realizam em público, à luz do exame e do escrutínio do eleitor. Não temos lições de transparências a receber, mas podemos e devemos agir para que desapareçam quaisquer sombras que porventura levem a desconfianças com o Parlamento.

Sempre tivemos o cuidado de exercer a harmonia dos Poderes. Nunca atritamos com os Poderes Executivo e Judiciário — essa é uma característica do Congresso Nacional, mas se estudarmos a história dos Estados Unidos, veremos a quantidade de querelas entre o Poder Executivo e o Judiciário daquela grande nação, com prejuízo dela mesma. Nunca atritamos com os Poderes Executivo e Judiciário, repito, mas temos o dever de agir com a independência que nos exige a Constituição. Exercemos, portanto, o nosso papel de independência e de harmonia entre os Poderes.

Seremos intransigentes e inarredáveis na defesa das prerrogativas e da autonomia de Congresso Nacional, expressão da soberania do povo e do sistema democrático como Casas de renovação, transparência, ética, visão do bem-estar e da justiça social.

Há vinte e cinco anos, desde que Tancredo Neves lançou a Nova República — a Presidente Dilma teve a oportunidade de ressaltar isso —, a democracia no Brasil se consolida e cada vez mais se aprofunda. Ao mesmo tempo em que iniciamos a 54ª Legislatura, no Poder Executivo acabou de iniciar seu mandato a Presidente Dilma Rousseff. Receber Vossa Excelência, Presidente, aqui no Congresso Nacional, trazendo pessoalmente a Mensagem Presidencial, é para nós uma grande alegria, um costume que deve ser continuado. E a senhora será sempre recebida nesta Casa com estes aplausos, com os nossos corações abertos, acompanhando seu Governo, apoiando sua ação em favor do povo brasileiro.

O período de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva constituiu-se em marco histórico pela ascensão ao poder da única classe social que ainda não o havia exercido, e pelo exercício modelar de seu mandato, sereno, equilibrado e bem sucedido. Com a Presidente Dilma Rousseff damos mais um passo democrático, confiando a Chefia do Estado e do Governo a uma mulher, representante de gênero que

é maioria populacional, mas que foi sempre tratado com condescendência e — reconhecamos — com desigualdade nas relações de poder. Abre-se, assim, um período de grandes e positivas expectativas para o País. A Presidente Dilma Rousseff traz uma grande experiência política e administrativa, tendo sido a principal colaboradora do Presidente Lula, revelando, no exercício de suas funções, as qualidades de eficiência e dedicação à causa pública que são reconhecidas em todo o País e hoje no exterior. Quem convive com ela sabe de sua dedicação ao serviço público, ela que desce aos menores detalhes do tratamento da coisa pública e que é tão devotada ao seu trabalho. A opinião popular confirma com sua aprovação o acerto de seu trabalho neste primeiro mês de seu governo. O Congresso Nacional prestará sua colaboração, preservada a sua independência, mas na harmonia dos Poderes, nas medidas legislativas necessárias ao trabalho do Poder Executivo e à busca constante da justiça e do bem estar social.

Presto minha homenagem, na figura do Ministro Cezar Peluzo, ao Poder Judiciário. Nós, representantes do povo, entregamos ao Supremo Tribunal Federal a tarefa de guardião da Constituição. Nesta missão elevada, ele terá sempre o nosso respeito e o nosso acatamento, pois sabemos que a está exercendo em favor do povo brasileiro. A prestação da Justiça é a mais antiga função do governo, desde que ele se instaurou na sociedade humana. Foi sobre ela que se instituíram as sociedades modernas, e sem ela a democracia seria impossível. No Império, existia o poder moderador do imperador, e hoje esse poder de equilíbrio é exercido, nas democracias modernas, onde elas existem com toda força, pelo Poder Judiciário. Também ao Ministro Cezar Peluzo devo dizer que no Congresso Nacional faremos tudo que for necessário para uma convivência harmoniosa do Poder Legislativo com o Poder Judiciário, bastiões necessários da democracia.

As reformas política e eleitoral são urgentes, entre outros fatores, para evitar a judicialização da política, provocada pela confusão e ineficiência de nossos sistemas político e eleitoral, que levam inevitavelmente ao recurso aos tribunais, o que não é bom para a Justiça nem para a democracia. Ressalto a absoluta isenção com que tem agido o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, representados aqui nas pessoas do Ministro Peluso e do Ministro Lewandowski. O Tribunal Superior Eleitoral, presidido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, tem sofrido uma pressão excessiva sobre suas importantes funções, tendo que decidir sobre problemas que jamais deveriam ser

levados ao seu exame, e sido exemplar na sua prestação jurisdicional. As últimas eleições foram feitas com impecável rapidez e integridade, sob sua grande presidência.

Cumprimento também o Deputado Marcos Maia, eleito ontem para comandar a Câmara dos Deputados, e que revelou, como Vice-Presidente dessa Casa e do Congresso Nacional durante os últimos dois anos, suas qualidades pessoais, suas qualidades políticas e — disso sou testemunha —, capacidade de trabalho e articulação, que muito contribuíram para o sucesso dos trabalhos parlamentares. Vamos trabalhar juntos, Deputado Marcos Maia, em nossas ações, para o prestígio do Parlamento e a eficiência de nossas Casas.

Eu quero finalizar essas palavras agradecendo às autoridades aqui presentes e que honraram esta sessão, e, uma vez mais, desejando às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados, às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores, principalmente aos que aqui estão chegando, muitas felicidades e um grande desempenho no exercício dos seus respectivos mandatos.

Na continuidade dos períodos sucessivos do sistema representativo, a democracia brasileira cada vez mais se engrandece, se afirma e serve a liberdade e ao povo brasileiro.

Está aberta a 54ª Legislatura do Brasil.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ANO DE 2011

22 DE DEZEMBRO DE 2011

Tenho a obrigação e o dever, como Presidente da Casa, de encerrar os nossos trabalhos deste primeiro ano da 54ª Legislatura. E começo minhas palavras com o tema da paz, aqui levantado pelo Senador Cristovam Buarque.

O tema da paz é, sem dúvida, a maior de todas as aspirações da humanidade, em nível global e em nível individual. V. Ex^a citou um comportamento das tribos indígenas, e eu quero citar aquela definição sobre a paz, que é a mais alta de todas. Quando Cristo dirigia-se aos seus apóstolos, ele dizia sempre: “A paz esteja contigo.” Isso quer dizer a paz que não significa ausência de guerra, mas a paz cristã, aquela paz interior, que dá tranquilidade a cada um de nós de ter a consciência de estar praticando as coisas corretas, as realizações dos nossos deveres morais, dos nossos deveres de convivência, dos nossos deveres para com o nosso próximo e para com a humanidade.

Sobre a ausência de guerra, Kant, filósofo que V. Ex^a bem conhece, filósofo da razão pura, escreveu o livro *A Paz Perpétua*. Ele sonhava com uma paz idealista, em que houvesse compreensão entre os homens para que pudessem viver permanente entendidos. E o nosso poeta T. S. Eliot tem um poema muito conhecido, em que fala sobre o tempo. Ele diz que o tempo presente é uma síntese do tempo passado e do tempo futuro.

Portanto, eu abro as minhas palavras com o tema levantado pelo Senador Cristovam Buarque.

E quero, em primeiro lugar, agradecer às Senadoras e aos Senadores que, durante este ano, colaboraram conosco da Mesa e colaboraram também com o Senado Federal, no trabalho que realizaram, no clima de convivência que tivemos a oportunidade de atravessar neste ano, de harmonia dentro da nossa Casa e, ao mesmo tempo, de uma compreensão dos deveres maiores do Senado para com o País.

Na abertura dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa desta 54ª Legislatura, nós já podíamos perceber o nível da reunião deste ano, com o desejo de participação com que chegaram as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, que vinham somar suas experiências às experiências dos que aqui já estavam e que permaneceriam por mais quatro anos, o início de um ano de grande importância também para todo o Senado, que o colocaria num plano destacado na discussão dos grandes temas nacionais.

Essa percepção de que teríamos um ano de um Senado vibrante foi se confirmando ao longo dos meses.

No âmbito das nossas comissões, tivemos uma extensa pauta de deliberações, que não impediu que se aprofundasse nas discussões esclarecedoras de temas os mais relevantes. Realizamos 430 audiências públicas, que é um número extraordinário, pelo qual nós verificamos o quanto avançamos na participação, e na participação da cidadania, nos trabalhos desta Casa.

Sem dúvida alguma, este foi um dos braços mais importantes que nós tivemos no avanço do Parlamento moderno: a audiência permanente do povo sobre os assuntos submetidos à nossa consideração. O intercâmbio, portanto, das nossas ideias com a sociedade civil, característica, sem dúvida, marcante das casas legislativas, atingiu seu mais alto ponto de demanda, eu acho, neste ano, durante toda a história do nosso Parlamento. São números realmente impressionantes esses que nós temos, e que o trabalho do dia a dia nos impede de ver, na totalidade, o que se está realizando no conjunto.

O acervo de contribuição dessas audiências públicas foi tão extraordinário que levou à concepção e à publicação de uma revista que nós temos aqui — peço a atenção dos Senadores e Senadoras para ela —, que é a revista *Em Discussão*, na qual nós temos a oportunidade de resumir toda essa participação da sociedade civil nos nossos trabalhos.

E a cada número novo é um debate determinado do que nós tivemos dessas audiências. Resultou também em programas que foram transmitidos através da televisão do Senado, todas elas cobertas pela nossa rede comunicações.

Em 2011, eu também quero acrescentar que, mais uma vez, o Senado se defrontou com grandes desafios, que exigiram de todos nós um grande senso de responsabilidade e da capacidade de conciliação e do diálogo, que é, sobretudo, o que caracteriza o ponto mais importante da vida pública, que cabe a nós, políticos, justamente essa intermediação entre o povo e o governo na harmonização de todos os nossos conflitos.

No campo econômico, aprovamos a Desvinculação das Receitas da União, demonstrando o Senado que consegue, com a devida celeridade, compatibilizar dissensos quando se trata do interesse maior, do interesse público, como era o caso da responsabilidade fiscal.

Na regulamentação da Emenda 29 igualmente o Senado conseguiu avanços importantes, ainda que não pudéssemos contemplar na proposta todas as demandas que foram oferecidas. Aprovamos também, é bom recordar, o cadastro positivo, a empresa individual de responsabilidade limitada, a reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Foram pontos importantíssimos que muitos estão e irão servir à sociedade brasileira.

A capacidade, como eu disse, de diálogo e compatibilização de dissensos também foi exaustivamente exigida durante as discussões, por exemplo, da matéria do Código Florestal. Acredito que o Senado tenha conseguido encontrar o equilíbrio entre a produção de alimentos e a conservação do meio ambiente, conjugando as necessidades presentes com os interesses das futuras gerações.

No tema do trânsito, foi tipificada a conduta de dirigir veículo automotor sob a influência do álcool ou substância psicoativa. Essa era também uma demanda muito grande do povo brasileiro, porque realmente choca a todos nós, diariamente, ver o quanto essa irresponsabilidade de direção de veículos sob o uso dessas drogas tem atingido a vida de muitas pessoas e famílias. Além disso, várias medidas foram aprovadas na área penal e na área de segurança pública.

Na seara jurídica, cabe destacar o trabalho da Comissão de Juristas, que foi constituída aqui dentro do Senado para elaboração do novo Código de Defesa do Consumidor, atualmente presidida pelo

Ministro Herman Benjamin e sobre o Código Eleitoral, que está em grande trabalho, um trabalho difícil, sob a presidência do Ministro José Antonio Dias Toffoli. Quero recordar também que, no ano passado, realizamos o trabalho de revisão de códigos que tinham muitos anos, como o Código do Processo Civil e como também o Código de Processo Penal.

Não foi menos frutífero também o trabalho do nosso Senado em matéria de educação. A criação do Pronatec, por exemplo, ampliará o acesso do estudante jovem ao ensino técnico, porta de entrada para o mercado de trabalho. No mesmo sentido, de ampliar as oportunidades de trabalho dos jovens, o Senado determinou que se destinasse parte da arrecadação das loterias federais ao Programa Nacional de Jovens (Projovem). Em relação aos direitos humanos, muitos foram os projetos aprovados que visam a ampliar os direitos de idosos, de pessoas com deficiência e das demais minorias.

No âmbito da transparência e do acesso à informação, podemos afirmar que o ano de 2011 foi histórico, com a aprovação das leis da Comissão da Verdade e de Acesso à Informação. A Comissão da Verdade contribuirá para constituir um futuro de reconciliação e de estabilidade democrática. A Lei de Acesso à Informação, por sua vez, ampliará o acesso de qualquer cidadão às informações produzidas e armazenadas pelo Poder Público.

A propósito, o Senado, que já adotava os princípios básicos de publicidade e transparência administrativa, divulgando amplamente suas realizações, incorporará, já no primeiro semestre de 2012, as diretrizes de transparência preconizadas pela nova legislação, especialmente com o Portal da Transparência.

O nosso Portal da Transparência é um exemplo. De tudo que acontece nesta Casa nós damos conhecimento ao povo brasileiro através do nosso Portal da Transparência, nos mínimos detalhes. Além de outros programas aqui feitos pelo Senado. Quero dar o exemplo do Siga-Brasil, pelo qual podemos acompanhar todas as verbas que são destinadas a todos os serviços públicos e, ao mesmo tempo, todo o Orçamento, até a realização final. Este programa Siga-Brasil, hoje, não está somente à disposição dos nossos Senadores, mas à disposição do povo brasileiro e até mesmo do Poder Executivo, que é quem mais demanda esses nossos serviços.

O maior desafio agora é tornar, portanto, mais ágil o acesso a informações, utilizando recursos eletrônicos que facilitem a pesquisa do próprio cidadão, bem como possibilitem a requisição de informações e certidões de interesse público. Portanto, elas já estão à disposição do público, mas devemos agora entrar no processo de facilitar, de tornar mais fácil o acesso da população a esse volume de informações que hoje já damos a todo povo brasileiro. É preciso ampliar, portanto, os canais de atendimento ao cidadão, oferecendo orientações para, mais facilmente, ele obter informações, além de disponibilizar respostas automáticas para as perguntas mais frequentes da sociedade.

No âmbito institucional, considero de pleno sucesso a iniciativa que abriu o Senado aos estudantes de todo o Brasil na realização do projeto Jovem Senador, que é, sobretudo, um exemplo e um incentivo a toda mocidade brasileira e que deu, durante muitos dias, aos estudantes selecionados a oportunidade de discutirem e votarem proposições legislativas e de conhecerem o funcionamento da Casa, ao mesmo tempo despertando vocações e interesses pela vida pública.

Devo lembrar também que a plena consecução pelo Senado Federal de suas atribuições constitucionais foi possível, em grande parte, pela implementação de diversas melhorias no âmbito do processo legislativo coordenadas pela Secretaria Geral da Mesa. Essas medidas permitiram disponibilizar, em tempo real, as notas taquigráficas das sessões e eventos em curso no plenário e nas comissões. Além disso, as pautas e resultados de todas as sessões e reuniões ficaram acessíveis de maneira célere e muito clara. Isso demandou um grande trabalho, envolveu grandes equipes, comandadas pela nossa eficiente Secretária-Geral da Mesa, Dr^a Claudia Lyra.

Foram também aperfeiçoadas as informações que tínhamos disponíveis sobre as atividades legislativas na *internet*. Podemos destacar a seção de Consolidações Temáticas, que traz informações sobre a aprovação de autoridades pelo Senado, quadros comparativos sobre leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais de vários anos. Em outra seção, de Resenhas e Estatísticas, é possível extrair informações sobre as matérias deliberadas e sua respectiva classificação temática.

A utilização dos Avulsos Eletrônicos trouxe significativa e contínua economia não só de papéis, como também de tempo, substi-

tuindo as fotocópias por documentos disponíveis nos sistemas eletrônicos.

O esforço de renovação da Casa, porém, não se encerra aí. O processo legislativo apresenta inúmeras perspectivas de implantação eletrônica para 2012. Entre eles, destacamos o que estamos realizando sobre a modernização das comissões, projeto por meio do qual se pretende dotar esses colegiados de dispositivos móveis, em que estarão disponíveis todos os documentos que integram a pauta de cada reunião.

Além disso, haverá um portal específico na *internet*, para divulgar os dados e registros das reuniões e das audiências públicas. Tivemos, na última reunião da Mesa, a que estávamos presentes, a oportunidade de ver a nossa equipe toda fazer a exposição desse novo instrumento, que vamos colocar à disposição do Senado e do povo brasileiro.

Também estão sendo desenvolvidos sistemas de apoio à produção de textos legislativos de meio eletrônico e estruturado. A primeira ferramenta foi um editor de emendas, LexEdit, que deverá evoluir para um sistema capaz de apoiar a elaboração de proposições, como projetos e propostas de emenda à Constituição. Isso permitirá a produção automática de textos consolidados, de quadros comparativos e da versão final de proposições aprovadas. Isso é também outro grande avanço, que vai facilitar muito os nossos trabalhos e também a vida dos nossos juristas, de todos aqueles que se interessam pelo trabalho legislativo.

No âmbito administrativo, sob a coordenação da nossa Diretoria-Geral, foram adotadas em 2011 importantes medidas de gestão. Entre elas, destaca-se a implementação de ações para um programa de Governança e Gestão do Senado. Isso, sem dúvida alguma, é um grande avanço na modernização da administração pública, e o Senado está sendo pioneiro, pois já estamos projetando para o futuro, estabelecendo um sistema de governança e de gestão dentro do Senado.

Como parte desse programa, a Comissão Diretora aprovou a Agenda Estratégica da Administração, fato inédito não só em nossa Casa como também na Administração brasileira, determinando o norte, determinando a estratégia, em busca da profissionalização da gestão e da excelência organizacional. Com isso, passaremos a tratar de forma sistêmica e sistematizada a melhoria contínua de nossa máquina administrativa, a transparência em relação com a sociedade.

Podemos, ainda, registrar os seguintes pontos alcançados pela Diretoria Administrativa da Casa:

– instituição de uma política de capacitação de servidores da Casa, definida pelo Ato nº 10/2011 da Comissão Diretora; concursos que estão sendo feitos de capacitação para os nossos servidores e que, no trabalho do Instituto Legislativo Brasileiro, permanentemente tem dado oportunidade a todos os nossos servidores de fazerem cursos que signifiquem não só estarem melhor capacitados para as nossas atividades como também da melhoria dos nossos serviços;

– implantação do Portal do Gestor, que oferece de forma integrada informações *online* dos sistemas referentes a recursos humanos, tecnologia, equipamentos, processos e demandas, com o objetivo de facilitar e dar agilidade à tomada de decisões na Casa;

– unificação das cotas de exercício da atividade parlamentar, que reuniu as verbas de passagens e a indenizatória, sendo a cota administrada pelo parlamentar dentro dos limites dos recursos, o que permite maior transparência no uso da verba;

– economia de mais de R\$14 milhões nas compras, em virtude da racionalização de processos e adoção do pregão eletrônico como modalidade prioritária nas aquisições;

– aprimoramento do Portal da Transparência, ampliando o acesso a informações da cota de exercício parlamentar, da relação de terceirizados e do detalhamento da despesa diária por elemento de despesa;

– racionalização das jornadas de trabalho e economia no pagamento do serviço extraordinário da ordem de R\$ 32 milhões em comparação com o ano de 2010;

– mudanças no Sistema Integrado de Saúde (SIS), que passou por substancial reformulação, resultando na elevação das receitas em mais de R\$6 milhões e na redução das despesas em cerca de R\$10 milhões;

– ampliação do acesso à *internet*, com repercussão em todos os sistemas e aumento de 150% na capacidade de acessos simultâneos à TV e à Rádio Senado na *internet*.

Para que tenhamos um exemplo extraordinário do que significa isso hoje para o povo brasileiro, nós podemos citar dois números. O primeiro: tivemos este ano cem milhões de acessos à nossa agência

de notícias. Cem milhões de acessos à nossa agência de notícias durante o ano! E tivemos um milhão de acessos no Alô Senado, no qual a população interage com os Senadores. Isso significa a importância que o Senado tem dado a essa interatividade entre a nossa Casa legislativa e a população brasileira. São números impressionantes, e, por trás deles, encontra-se o grande trabalho que foi feito de modernização da Casa, de avanços a que pudemos proceder durante esses anos e, principalmente, continuando no ano que passou.

Mais uma iniciativa no campo administrativo: desenvolvimento e implantação, pelo Prodasen, de um novo sistema de emendas ao Plano Plurianual (PPA), decorrente dos conceitos e estrutura inovadores do PPA 2012-2015. O sistema foi desenvolvido em pouco mais de dois meses, possibilitando o processo de análise, emendamento e votação do PPA.

Srs. Senadores, peço desculpas, mas eu tenho de dizer como o Padre Vieira dizia: “Eu não tenho tempo de ser tão breve” — já que foram tantos os nossos trabalhos e as nossas realizações.

Feito esse resumo, que busca refletir, de maneira pequena, o conjunto de realizações protagonizadas pelo Senado Federal no ano de 2011, gostaria de acrescentar que os planos para 2012 não são menos ambiciosos. Temos uma longa agenda legislativa para discutir e votar, avançando no processo de mudanças por que passa o nosso Brasil.

Além disso, buscaremos ampliar os meios de acesso de participação da sociedade. O objetivo é aproximar, como disse, o cidadão do Legislativo para que ele possa entender o funcionamento do Senado, a elaboração das leis e do orçamento, além de opinar sobre assuntos em discussão e apresentar soluções legislativas.

Sempre tenho repetido que o Parlamento é o coração do sistema democrático, porque é aqui que o povo tem a oportunidade de manifestar todas as suas aspirações, de questionar os governos, questionar suas instituições, questionar a sociedade, quer dizer, é aqui que o povo tem acesso e pode discutir essas coisas todas nesse coração da democracia, que é o Parlamento, do qual faz parte o Senado brasileiro.

Não é por outro motivo que nós estamos aqui todos os dias vendo as nossas praças que circundam esta Casa com a presença de tantos brasileiros. Por quê? Porque eles sabem que é aqui que são ouvidos, é aqui que eles têm voz.

Portanto, é essa a nossa função, que nós temos que aceitar, com todas as dificuldades, sacrifícios e incompreensões que sempre existem em relação ao Parlamento. Por quê? Porque o parlamento se distingue dos outros Poderes porque as nossas decisões são abertas, todo mundo participa delas, discute, constrói, opina e, às vezes, elas são aceitas por todos nós. Os outros Poderes não têm essa faculdade porque o juiz decide solitariamente, o Poder Executivo também da mesma maneira toma as suas decisões, em grupos ou equipes, mas sem esse acompanhamento a que o Parlamento é submetido, à visão do povo.

Por isso é que se diz que sem Parlamento não há democracia e, sem Parlamento forte, não há democracia forte.

A face do Senado hoje para quem demanda seus trabalhos e acompanha suas atividades é de uma Casa que se caracteriza cada vez mais pela busca da modernidade.

Eu, que já tenho alguns anos, muito tempo, nesta Casa, posso verificar o quanto foram modificados os procedimentos, o quanto foi melhorada a qualidade dos nossos trabalhos, porque, quando me lembro do Senado passado em que nós apenas tínhamos — e chama-se até hoje — a chapelaria. Por quê? Porque é ainda uma reminiscência do passado, em que os Parlamentares só tinham lugar de colocar o seu chapéu na entrada da Casa, sem nenhum apoio logístico para poder desempenhar a sua função.

Hoje, a nossa Casa se amplia cada vez mais em Comissões, em Subcomissões. São 47 Comissões e Subcomissões funcionando diuturnamente. Cada Senador se devota a esses trabalhos, e isso, sem dúvida alguma, demanda apoio, estrutura, gente qualificada. E, no funcionalismo da nossa Casa, há gente muito boa e qualificada, de que nos servimos, para que nossos trabalhos melhorem cada vez mais.

Deixamos de ser aquilo que se dizia no século XIX, de que o Parlamento era a Casa do discurso. O discurso é a forma mais simples de fiscalização. Compete ao Parlamento se tornar aberto à interação com a sociedade, mas, ao mesmo tempo, o Parlamento não só critica e fiscaliza pelo discurso, mas também acompanha e fiscaliza pelas Comissões de Inquérito.

Aqui, é feita a votação do Orçamento, aquilo que constitui o controle, aquilo que constitui o coração, e o povo participa do autogoverno, que é feito pela democracia.

Neste ano, houve o funcionamento permanente de Comissões temporárias, além das Comissões de Inquérito, das comissões de estudos, que fiscalizam e controlam o Governo, como é de sua competência, e exercem, em nome da Federação, essa delegação que nos é outorgada pelo povo.

Ressalto o quanto nós preservamos nesta Casa a prática da controvérsia, o âmago da democracia, que está em conformidade com a harmonia nesta Casa.

Devemos reconhecer a austeridade com que o Senado tem se conduzido e o diálogo e o respeito que têm presidido as relações entre Senadores de todos os partidos, de todas as ideias, de todas as correntes, de todas as crenças.

O Senado vive um momento que considero exemplar de maturidade democrática, na racionalidade de suas discussões, sem prejuízo do vivo e apaixonante clima do debate das ideias, das posições políticas e do jogo democrático.

Não posso deixar de manifestar, contudo, nossa frustração — minha pessoalmente — por não ter sido ainda votada na Câmara dos Deputados a emenda constitucional referente às medidas provisórias, que vai melhorar seu processo de apreciação e que dará ao Senado mais tempo para examinar as matérias que são submetidas às nossas decisões.

O volume de trabalho feito pela Casa em busca da transparência é notável, com os nossos portais eletrônicos, com o nosso sistema de comunicação e de apoio logístico a todos os trabalhos de diversos setores, permitindo — repito — que o povo brasileiro acompanhe as nossas atividades e delas participe. Isso, no conjunto, pode dar a todo Brasil o sentido de que o nosso Senado é uma Casa de modernidade, não uma Casa de antiguidade.

A reforma administrativa, que concluirá os instrumentos necessários à racionalização da estrutura administrativa, embora ainda não aprovada pela Casa — é bom que se saiba disso —, já foi em grande parte implantada, inclusive com o Plano de Cargos e Carreiras totalmente em vigor.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois dessa longa exposição, eu gostaria de ressaltar o grande trabalho desempenhado pelos servidores da Casa. Quero agradecer a eles essa colaboração, nas pessoas da Secretária-Geral da Mesa, Dr^a Claudia Lyra; da Diretora-Geral, Dr^a Doris Peixoto; e do Diretor da Secretaria Especial de Comunica-

ção Social, Fernando César Mesquita. Em nome desses três dirigentes de nossa Casa, quero cumprimentar e felicitar todos os funcionários do Senado Federal.

Por fim, desejo a todos um feliz Natal e um ano de 2012 de muitas realizações!

O Padre Vieira dizia, no Sermão dos Bons Anos, que somos muito avarentos, porque, no nosso relacionamento, costumamos dizer às pessoas: “Bom dia!” Não dizemos “boa semana”, não dizemos “bom mês”. Portanto, quando vinha o ano-novo, não deveríamos saudar, dizendo: “Bom ano-novo!” Deveríamos dizer: “Bons anos!” É o que desejo a todos os Senadores e Senadoras, a todos os funcionários da nossa Casa e ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 54ª LEGISLATURA

1º DE FEVEREIRO DE 2012

A tarefa anual de registrar os trabalhos de cada Sessão Legislativa é ocasião para refletirmos brevemente sobre nossas tarefas e a democracia. Iniciada na Antiguidade, no século VI a.C., a prática do senado republicano como uma casa de reflexão e decisiva participação na direção dos Estados assumiu uma nova dimensão com a ascensão do parlamentarismo.

As três grandes fontes do estabelecimento da democracia moderna — a Inglaterra, os Estados Unidos e a França — adotaram, de maneira mais estável as primeiras, na sucessão de seus diferentes regimes a última, a fórmula da Câmara Alta, com poder revisor e legislativo. Nessa direção se inclinou a grande maioria dos Estados modernos.

No Brasil, que tem um dos mais antigos Senados do mundo, esta Casa foi desde a primeira hora parte essencial dos principais debates nacionais, que pode ser simbolizada por duas grandes causas, a da abolição da escravatura e a da coesão do território nacional, primeiro com uma fórmula unitária e depois com a implantação do federalismo, em que ela foi especialmente designada como guardiã. Esta causa é uma das chaves de nossa estrutura política e considero, como muitos outros Senhores Senadores, que chegou a hora de um reexame profundo de seus princípios e de sua operação, para que resguarde os objetivos de nosso País, especialmente o do fim das desigualdades. Para

isso pretendo instalar, na próxima Sessão Legislativa, comissão de alto nível, no molde das que, nos últimos anos, tanto contribuíram para o sucesso de nossas atividades.

Na abertura dos trabalhos da primeira sessão legislativa desta 54ª Legislatura, já podíamos perceber, pelo entusiasmo dos Senadores recém-chegados, que se somava à experiência dos que permaneceriam na Casa por mais quatro anos, o início de um ano auspicioso, que colocaria o Senado Federal em plano destacado na discussão dos grandes temas nacionais.

Essa percepção foi se confirmando ao longo dos meses. No âmbito das Comissões, a extensa pauta de deliberações não impediu discussões aprofundadas e esclarecedoras de temas relevantes, com a realização de quatrocentos e trinta audiências públicas, no âmbito de subcomissões permanentes e temporárias. O intercâmbio de ideias com a sociedade civil, característica marcante das casas legislativas, atingiu seu ápice neste ano, a demonstrar a absoluta disposição das Senadoras e dos Senadores de se abrirem ao diálogo. O acervo de contribuições das audiências públicas foi tão extraordinário que levou à concepção e publicação da revista *Em Discussão!*, que reúne, a cada número, os debates de um determinado tema em destaque, e resultou também em um novo programa da *TV Senado*.

Em 2011, mais uma vez, o Senado Federal se defrontou com grandes desafios, que exigiram de seus membros senso de responsabilidade e capacidade de conciliação. O Senado deliberou sobre 962 matérias, das quais 29 medidas provisórias, e 1280 requerimentos. São números expressivos, que demonstram o tamanho do trabalho realizado, mas que por outro lado chamam a nossa atenção para a necessidade de avançarmos na consolidação da legislação existente, nos moldes preconizados pela lei complementar 95/98.

No campo econômico, a aprovação da Desvinculação de Receitas da União demonstrou que o Senado consegue, com a devida celeridade, compatibilizar dissensos em prol da responsabilidade fiscal. Na regulamentação da Emenda 29, igualmente, o Senado conseguiu avanços importantes, ainda que não pudéssemos contemplar, na proposta, todas as demandas. Em relação às chamadas reformas microeconômicas, aprovamos o cadastro positivo, a empresa individual de responsabilidade limitada e a reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A capacidade de diálogo e de compatibilização de dissensos também

foi exaustivamente exigida durante as discussões do novo Código Florestal. Acredito que o Senado tenha conseguido encontrar o equilíbrio entre a produção de alimentos e a preservação do meio ambiente, conjugando as necessidades presentes com os interesses das futuras gerações.

No tema do trânsito, foi tipificada a conduta de dirigir veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa. Além disso, várias medidas foram aprovadas na área penal e de segurança pública. Na seara jurídica, cabe destacar o trabalho das Comissões de Juristas sobre o Código de Defesa do Consumidor, presidida pelo Ministro Antonio Hermann Benjamin, e sobre o Código Eleitoral, sob a presidência do Ministro José Antonio Dias Toffoli.

Não foi menos frutífero o trabalho do Senado em matéria de educação. A criação do PRONATEC, por exemplo, ampliará o acesso do estudante jovem ao ensino técnico, porta de entrada para o mercado de trabalho. No mesmo sentido, de ampliar as oportunidades de trabalho dos jovens, o Senado determinou que se destinasse parte da arrecadação das loterias federais ao Programa Nacional de Jovens (Projovem). Em relação aos direitos humanos, muitos foram os projetos aprovados que visam ampliar os direitos de idosos, de pessoas com deficiência e das demais minorias.

No âmbito da transparência e do acesso à informação, podemos afirmar que o ano de 2011 foi histórico, com a aprovação das Leis da Comissão da Verdade e de Acesso à Informação. A Comissão da Verdade contribuirá para construir um futuro de reconciliação e de estabilidade democrática. A Lei de Acesso à Informação, por sua vez, ampliará o acesso de qualquer cidadão a informações produzidas e armazenadas pelo Poder Público.

A propósito, o Senado, que já adotava os princípios básicos de publicidade e transparência administrativa, divulgando amplamente suas realizações, incorporará, já no primeiro semestre de 2012, integralmente as diretrizes de transparência preconizadas pela nova legislação, especialmente com o Portal da Transparência. O maior desafio agora é tornar mais ágil o acesso às informações, utilizando recursos eletrônicos que facilitem a pesquisa pelo próprio cidadão, bem como possibilitar a requisição de informações e certidões de interesse público. É preciso ampliar os canais de atendimento ao cidadão, oferecendo orientações para mais fácil obtenção das informações desejadas, além de dispo-

nibilizar respostas automáticas para as perguntas mais frequentes da sociedade.

No âmbito institucional, considero iniciativa de pleno sucesso, que abriu o Senado a estudantes de todo o Brasil, a realização do Projeto Jovem Senador, que simulou, durante alguns dias, o funcionamento do Senado, dando aos estudantes selecionados oportunidade de discutir e votar proposições legislativas e conhecer o funcionamento da Casa.

Devo lembrar também que a plena consecução, pelo Senado Federal, de suas atribuições constitucionais foi possível, em grande parte, pela implementação de diversas melhorias no âmbito do processo legislativo, coordenadas pela Secretaria-Geral da Mesa. Essas medidas permitiram disponibilizar, em tempo real, as notas taquigráficas das sessões e eventos em curso no Plenário e nas Comissões. Além disso, as pautas e resultados de todas as sessões e reuniões ficaram acessíveis a todos de maneira célere e clara. Foram também aperfeiçoadas as informações disponíveis sobre as atividades legislativas na *internet*. Podemos destacar a seção de Consolidações Temáticas, que traz informações sobre a aprovação de autoridades pelo Senado e quadros comparativos sobre as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de vários anos. Em outra seção, de Resenhas e Estatísticas, é possível extrair informações sobre as matérias deliberadas e sua respectiva classificação temática.

A utilização dos avulsos eletrônicos trouxe significativa e contínua economia de papel, substituindo as fotocópias por documentos disponíveis nos sistemas eletrônicos.

O esforço de renovação da Casa não se encerra aí. O processo legislativo eletrônico apresenta inúmeras perspectivas de implantação para 2012. Entre eles, destaca-se a modernização das comissões, projeto por meio do qual se pretende dotar esses colegiados de dispositivos móveis (*tablets*) onde estarão disponíveis todos os documentos que integram a pauta de cada reunião. Além disso, haverá um Portal específico na internet para divulgar os dados e registros das reuniões e audiências públicas.

Também, estão sendo desenvolvidos sistemas de apoio à produção de textos legislativos em meio eletrônico e estruturado. A primeira ferramenta foi um editor de emendas (LexEdit), que deverá

evoluir para um sistema capaz de apoiar a elaboração de proposições, como projetos e propostas de emenda à Constituição. Isso permitirá a produção automática de textos consolidados, de quadros comparativos e da versão final de proposições aprovadas.

No âmbito administrativo, sob coordenação da Diretoria-Geral, foram adotadas em 2011 importantes medidas de gestão. Entre elas, destaca-se a implementação de ações para um programa de Governança e Gestão do Senado. Como parte desse programa, a Comissão Diretora aprovou a Agenda Estratégica da Administração, fato inédito em nossa Casa, determinando o norte e a estratégia em busca da profissionalização da gestão e da excelência organizacional. Com isso passaremos a tratar de forma sistêmica e sistematizada a melhoria contínua de nossa máquina administrativa, a transparência e a relação com a sociedade.

Podemos, ainda, registrar as seguintes iniciativas no campo administrativo:

— instituição de uma política de capacitação dos servidores da Casa, definida pelo Ato nº 10/2011 da Comissão Diretora;

— implantação do Portal do Gestor, que oferece de forma integrada informações on-line dos sistemas referentes a recursos humanos, tecnologia, equipamentos, processos e demandas, com o objetivo de facilitar e dar agilidade à tomada de decisões na Casa;

— unificação das cotas de exercício da atividade parlamentar (CEAPS), que reuniu as verbas de passagens e a indenizatória, sendo a cota administrada pelo parlamentar dentro dos limites de recursos, o que permite maior transparência no uso da verba;

— economia de mais de R\$ 14 milhões nas compras, em virtude da racionalização de processos e adoção do pregão eletrônico como modalidade prioritária nas aquisições;

— aprimoramento do Portal da Transparência, ampliando o acesso a informações da cota de exercício parlamentar, da relação de terceirizados e do detalhamento da despesa diária por elemento de despesa;

— racionalização das jornadas de trabalho e economia no pagamento do serviço extraordinário da ordem de R\$ 32 milhões em comparação com o ano de 2010;

— mudanças no Sistema Integrado de Saúde – SIS, que passou por substancial reformulação, resultando na elevação das receitas em mais de R\$ 6 milhões e na redução das despesas em cerca de R\$ 10 milhões;

— ampliação do acesso à *internet*, com repercussão em todos os sistemas e aumento de 150% na capacidade de acessos simultâneos à *TV Senado* e à *Rádio Senado* na *internet*;

— desenvolvimento e implantação, pelo Prodasen, de um novo sistema de emendas ao Plano Plurianual (PPA), decorrente dos conceitos e estrutura inovadores do PPA 2012–2015. O sistema foi desenvolvido em pouco mais de dois meses, possibilitando o processo de análise, emendamento e votação do PPA.

Feito esse resumo, que busca refletir minimamente o conjunto de realizações protagonizadas pelo Senado Federal no ano de 2011, gostaria de acrescentar que os planos para 2012 não são menos ambiciosos. Temos uma longa agenda legislativa para discutir e votar, avançando no processo de mudanças por que passa o Brasil.

Além disso, buscaremos ampliar os meios de acesso à participação da sociedade, por meio do Portal *e-Cidadania*, que deverá proporcionar maior possibilidade de engajamento dos cidadãos nos debates dos temas e projetos em análise na Casa, assim como nas atividades de representação e fiscalização típicas do Parlamento. O objetivo é aproximar o cidadão do Legislativo, para que ele possa entender o funcionamento do Senado, a elaboração das leis e do Orçamento, além de opinar sobre assuntos em discussão e apresentar sugestões legislativas.

A face do Senado, hoje, para quem demanda seus trabalhos e acompanha suas atividades, é de uma Casa que se caracteriza cada vez mais pela busca da modernidade. É um processo contínuo, que não se esgota nas conquistas obtidas, mas está em permanente e acelerado caminho de aperfeiçoamento. Estou convicto de que o caminho da transparência e da abertura ao diálogo com a população dará ao Senado Federal, cada vez mais, condições para o pleno e profícuo desempenho de sua função constitucional. Deixamos de ser a Casa dos discursos dos velhos parlamentos para nos tornarmos abertos à interação com a sociedade que assiste, acompanha e participa de seus trabalhos. Neste ano, funcionaram na Casa quarenta e sete comissões e subcomissões, permanentes e temporárias, além das comissões de inquéritos e de estudos, que fiscalizam e controlam o go-

verno, como é de sua competência, e exercem, em nome da federação, esta delegação outorgada pelo povo.

Ressalto o quanto preservamos a prática da controvérsia, âmago da democracia, mas dentro da harmonia, da austeridade, do diálogo e do respeito entre Senadoras e Senadores. O Senado vive um momento exemplar de maturidade democrática na racionalidade de suas discussões, sem prejuízo do vivo e apaixonante clima do debate das ideias, das posições políticas e do jogo democrático.

Não posso deixar de manifestar, contudo, nossa frustração por não ter sido ainda votada na Câmara dos Deputados a Emenda Constitucional das medidas provisórias, que vai melhorar seu processo de apreciação e dará ao Senado mais tempo para examiná-las.

O volume de trabalho feito pela Casa em busca da transparência é notável, com os nossos Portais eletrônicos, com todo o nosso sistema de comunicação, apoio logístico a todos os trabalhos de diversos setores, permitindo ao povo brasileiro acompanhar e participar das nossas atividades. A Reforma Administrativa, que concluirá os instrumentos necessários à racionalização da estrutura administrativa, embora ainda não aprovada pela Casa, já foi em grande parte implantada, inclusive com o plano de cargos e carreiras totalmente em vigor.

Ressalto o grande trabalho desempenhado pelos servidores do Senado, e agradeço esta colaboração nas pessoas da Secretária-Geral da Mesa, Claudia Lyra, da Diretora-Geral, Doris Peixoto, e do Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando César Mesquita.

Agradeço também, e especialmente, aos membros, titulares e suplentes, da Mesa que foram decisivos na consecução dos trabalhos desta 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura — a senadora Marta Suplicy, os senadores Waldemir Moka, Cícero Lucena, João Ribeiro, João Vicente Claudino, Ciro Nogueira, João Durval, as senadoras Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin, além dos ex-senadores Wilson Santiago e Gilvam Borges.

INSTALAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
54ª LEGISLATURA

2 DE FEVEREIRO DE 2012

Para concluir nossos trabalhos, cabe-me dizer algumas palavras no encerramento desta sessão. Lembro o Padre Vieira, ao pedir desculpas por “não ter tempo de ser breve”.

Quero saudar os componentes da Mesa, já por mim nominados, agradecendo também a presença aos Ministros Mendes Ribeiro, Garibaldi Alves Filho e Ideli Salvatti; à Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini; ao General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; ao Exmº Sr. Almirante de Esquadra Prado Maia de Faria, Chefe do Estado-Maior da Armada; ao Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.; ao Exmº Sr. D. Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico; aos Exmºs. Srs. Membros do Corpo Diplomático; aos Srs. Congressistas e às senhoras e aos senhores. Cabe-me declarar instalados os trabalhos deste ano legislativo.

O Parlamento é, dos três Poderes, o mais próximo do povo, que nele se faz ouvir, podendo colaborar na elaboração das leis, protestar e aplaudir, e onde, em última instância, se manifesta por seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Mais uma vez, na rotina anual desta prática institucional, apresento meus cumprimentos a Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, com os meus votos para que tenham, nesta Sessão, grande

êxito no seu trabalho, felicidades pessoais e contribuam para o desenvolvimento do nosso País.

Churchill dizia que a democracia é muito ruim, mas infelizmente não temos nada melhor. Esta é uma invenção que veio da antiguidade, e foi retomada lentamente na Inglaterra, no trajeto da carta do Rei João em 1215 à Revolução Gloriosa de 1689, com a primeira Declaração de Direitos, *Bill of Rights*, e depois tomou o caminho da universalidade com a Revolução Americana e sua Constituição de 1787, e com a Revolução Francesa de 1789.

Desde 1823 temos um Parlamento representando o povo, lutando pelas liberdades civis. O Brasil, como País, foi construído dentro do Parlamento, obra de engenharia do poder político. O Poder Executivo sofreu golpes e mudanças de regime, mas continuou sua tarefa sem interrupções. O Poder Legislativo, não. Foi o único que, durante nossa história, foi fechado e dissolvido em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. Podemos dizer que esses foram os momentos mais sombrios da democracia em nosso País. Mas nunca deixamos apagar a chama do funcionamento do Parlamento como condição fundamental da democracia.

Já disse aqui que, mesmo quando o Congresso foi suspenso, invadido, teve presos e cassados muitos de seus membros, nunca faltou um grupo de homens que dentro de nossas Casas não ficasse falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Parlamento era a sobrevivência da nossa própria Nação. Com a consciência democrática e a inteligência de nossos antecessores, sustentamos o País que nascia em nossas mãos, e construímos uma Nação poderosa e um Estado democrático.

Repito o que, aqui, tenho afirmado muitas vezes:

“Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas um sobrevivente. A força da democracia mede-se pela força de seu Parlamento.”

E para ser forte o Parlamento tem que ser independente. A harmonia não se confunde com a submissão.

Vivemos o mais amplo espaço de plenitude democrática, num constante fortalecimento institucional, num regime estável, sempre avançando na direção de uma democracia social. A Constituição de 1988, com suas qualidades e seus defeitos, que nos levam sempre a estar aqui a reformá-la e obedecê-la, tem se revelado capaz de garantir

o progresso e a lenta mas contínua transformação no sentido de alcançar seus princípios fundamentais, o mais importante deles a redução das desigualdades, tanto regionais quanto pessoais, na diminuição da pobreza com acelerada distribuição de renda.

Presidindo esta cerimônia pela oitava e última vez, quero repetir o que disse quando abri a Sessão Legislativa de 1995:

“Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Transparência, moralidade, eficiência, trabalho.”

Aqui estou desde 1955, testemunha privilegiada da História, muitas vezes como assistente, outras vezes como participante e algumas como protagonista.

Três vezes Deputado, cinco vezes Senador, Governador, Vice-Presidente e Presidente da República. Sendo uma das mais longas vidas públicas do País, vivi e envelheci servindo a suas instituições e procurando melhorar a vida de nosso povo, que em muitas conquistas tem a marca da minha participação, do meu trabalho. Quantos envelheceram no serviço da pátria, mostrando que a paixão da política é mais forte que a paixão pela vida.

Os grandes países tem como patrimônio os seus velhos políticos, objeto de respeito, homens de Estado que merecem reconhecimento nacional.

Contudo devemos reconhecer, nós, que vivemos na política, que ela é cruel, porque lida, como dizia Valéry, um poeta e não um político, com a injustiça e a ingratidão.

Mas é um sacerdócio e um martírio que só sentem os bons políticos. Os maus a consideram uma festa e meio de obter benesses e dividendos.

Sempre escolhi a conciliação em oposição ao dissenso. E sempre acendi uma vela, como dizia Lincoln, em vez de amaldiçoar a escuridão.

“Nunca cravei, por meu desejo, espinho algum no peito de ninguém.”

Aprendi pela vivência o quanto as potencialidades do Parlamento servem ao povo. A essência do Parlamento, sua construção, foi a maior obra política na busca do autogoverno.

Aprendi a admirar e viver o Parlamento, com seu poder de harmonizar conflitos, construir soluções, ensinar o diálogo, administrar controvérsias e participar do poder criativo da instituição. Conjurar crises e resistir a desastres.

Temos defeitos, e muitos, porque somos um corte da sociedade. E a sociedade democrática tem sua vida na diversidade, onde não se pode *a priori* condenar uns à salvação e outros à perdição.

O Congresso é maior do que a soma de todos nós aqui reunidos, porque é a maior instituição descoberta pelo homem para o funcionamento do regime democrático. Os parlamentos perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX. Eram o centro das decisões e elas podiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento dos oradores.

Infelizmente, ainda somos tentados pela visão do parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao plenário.

Mas, o Congresso é muito mais.

É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo e é o único lugar onde o povo, repito, qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros do próprio Parlamento.

Senhoras e Senhores Congressistas,

O conflito está na essência da política, mas nossas deliberações são fruto de um debate público, e são votadas segundo ritos que asseguram o direito das minorias. Um parlamento democrático é governo e oposição, esta tão necessária ao processo e ao governo. Os conflitos e divergências, os interesses em causa, são objeto de exame, discussão, convencimento e solução sempre sob a regência das normas constitucionais que asseguram a prevalência da maioria, mas — como dizem os franceses — com *l'esprit de minorité*, isto é, com a participação das minorias, nunca pelo esmagamento ou abandono de sua voz.

O Congresso Nacional retrata os diferentes segmentos e interesses da sociedade, não é uma corte de sábios ou santos. Esforça-

mos-nos, nas tentativas de reforma política, para aperfeiçoar a representatividade, que sofre o fogo da concorrência de novos interlocutores da sociedade democrática. Muitas vezes a opinião pública, através dos seus canais de expressão, nos submete a julgamentos que priorizam e ampliam a visão dos problemas da instituição e não a sua importância para a Nação. É um fenômeno mundial, denominado de “crise da democracia representativa”.

Temos que avançar na reforma política, e não posso deixar de insistir no problema mais grave do processo legislativo, que é a interferência das medidas provisórias. Com elas nossa iniciativa legislativa e nosso próprio tempo de trabalho ficam comprometidos. Elas continuam a ser uma armadilha no aprofundamento da democracia, pela sua amplitude, pelo tempo exíguo para serem analisadas, sendo uma porta aberta à baixa qualidade das nossas leis e à invasão de dispositivos casuísticos e inoportunos.

Elas estão inseridas no hibridismo parlamentarista e presidencialista de nossos constituintes de 1988, que recolhendo para o Congresso algumas atribuições menores do Executivo, entregaram a este a função, a única que justifica nossa existência: a tarefa de legislar.

É fato incontestável que o mundo moderno, na velocidade com que as coisas acontecem, principalmente no âmbito econômico-financeiro, exige respostas imediatas, sem as quais é impossível governar.

É necessário construir-se, portanto, uma solução que devolva ao Executivo as pequenas atribuições que agregamos e que nada têm a ver conosco, mas dizem respeito à rotina do Poder Executivo, para que, ao mesmo tempo, venhamos a retomar a amplitude dos assuntos exclusivos da competência do Poder Legislativo.

Sei que esta tarefa não é fácil. Eu mesmo tenho tido ao longo do tempo muita frustração em tentativas de resolver o assunto — não de agora, mas de muitos governos.

Mas a reforma da representatividade é a mais essencial a ser enfrentada. Espero que este debate permaneça vivo neste ano, para que o Congresso possa avançar na sua decisão. Com os novos processos de reivindicação via *internet*, das mídias sociais, podemos vislumbrar um futuro não muito distante em que voltaremos a uma democracia direta, como no mundo grego, com a participação de todo o povo, de todos os cidadãos, na confecção das leis e, pela chegada — que também me parece inevitável — do parlamentarismo, no próprio Poder Executivo.

Mas enquanto não chegam esses sonhos de futuro, temos que pensar no presente, e termos a consciência de que a única maneira de resguardarmos o prestígio e a legitimidade de nossa instituição é a reforma do sistema eleitoral e partidário.

O voto proporcional uninominal, tenho insistido, esgotou-se e há muito devia ter sido eliminado de nosso sistema político. É preciso que cheguemos a um modelo em que o eleitor se sinta vinculado ao eleito — e este, naturalmente, conheça e respeite seu eleitor —, em que as forças econômicas e corporativas tenham sua influência reduzida, em que os partidos possam se consolidar com a prática da democracia interna e tenham princípios programáticos, reduzindo-se o seu número para que se formem maiorias estáveis e politicamente coesas.

Nenhum sistema que não tenha como objetivo maior a justiça social é democrático. Saímos do século XIX ao final do século XX, de uma democracia exclusivamente voltada aos direitos individuais para chegarmos, como chegamos hoje, a uma democracia dos direitos sociais. Chegamos ao *Welfare State*, o Estado do Bem-Estar Social. Sabemos que este só é possível com o desenvolvimento econômico. Mas assistimos, como remédio errado contra a crise atual, depois da vitória do capitalismo sobre o comunismo, à tentativa que em muitos países e continentes se faz da demolição das conquistas sociais em nome de um liberalismo econômico, numa inversão perigosa de valores.

As medidas sociais — com destaque para educação, saúde, segurança — tem recebido ativa participação do Congresso Nacional, autor de aperfeiçoamentos na legislação importantes para o trabalho do Executivo e da nossa sociedade. Temos contribuído também com o Poder Judiciário, inclusive com a revisão de alguns de nossos códigos fundamentais. Agora, trabalhamos juntos no Pacto Republicano e uma das primeiras tarefas que estão em nossa pauta, neste ano, é criar uma comissão de experts para estudar as relações da Federação, que estão cada vez mais esgarçadas. Federação e República andam juntas e precisamos refundar essa visão.

Mais uma vez renovo o convite a todos para um árduo trabalho. Nossas realizações, as realizações do Congresso, não se medem em metros quadrados mas na consolidação da paz e da tranquilidade social.

Nos corredores do Congresso passam diariamente dezenas de milhares de pessoas. Mas um número muito maior assiste diariamente às nossas sessões plenárias, às reuniões de nossas comissões, às nossas audiências públicas e acompanha as ações de cada Parlamentar, o trabalho legislativo e mesmo o trabalho administrativo de cada Casa.

O Congresso Nacional — posso dizer pelo testemunho de longos anos e pelo estudo de sua história — jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo e do Judiciário. Cumprimos nosso dever para com o País.

Desde que assumi a Presidência da República, quando a tragédia impediu a posse de Tancredo Neves, o Brasil vive seu maior período de liberdades democráticas, à sombra da Constituição e das leis.

Com a realização de sucessivas eleições, sempre respeitado o calendário eleitoral, completamos agora 25 anos da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Construimos uma nova Constituição. Na República, é o mais longo período de estabilidade democrática. Do ponto de vista sociológico, todas as classes estiveram representadas no poder, culminando com a presença de um operário na Presidência da República — Luís Inácio Lula da Silva —, e chegou o momento de uma mudança de gênero, com uma mulher a comandar o País. A Presidente Dilma Rousseff governa um país com estabilidade monetária, crescimento econômico e social, e uma visão política e administrativa que a faz credora do respeito do povo brasileiro.

O mundo, que começava a sair de uma das maiores crises de sua história, provocada pela visão equivocada de que o liberalismo econômico devia ser levado ao seu limite, voltou a mergulhar em águas de difícil travessia. Em 2011 o governo teve que adotar medidas de cautela para assegurar o crescimento sem riscos, ou com redução dos riscos. Até o momento temos escapado da nova onda da crise, que atinge principalmente a Europa e os Estados Unidos. E temos condições estruturais, com as medidas tomadas pela Presidente Dilma, de acelerar o nosso crescimento e nossa busca pela igualdade social.

Assim, examinando a nossa história, a história do Parlamento e a história do Brasil, pode-se ver, ao longo de todos os acontecimentos, o quanto realizamos, o quanto seguimos no caminho certo e o quanto constituímos, hoje, uma democracia exemplar em todo o mundo.

Presto minha homenagem ao Poder Judiciário, na figura do Ministro Ricardo Lewandowski, que representa o Presidente do Supremo Tribunal Federal. É o Ministro Lewandowski, que muito nos honra com sua presença, uma das maiores expressões da magistratura brasileira, com sua cultura jurídica, sua dedicação à Justiça, sempre realizando um trabalho extraordinário, com competência, respeitabilidade e dignidade. A ele nosso agradecimento pela presença e nossa homenagem, que estendo a toda a magistratura brasileira, procuradores e advogados.

Quero dizer ao Ministro Ricardo Lewandowski que nossa colaboração, na harmonia entre os Poderes, continuará sendo sempre no sentido de consolidação das instituições.

Dirijo-me também à Ministra Gleisi Hoffmann — que tanto ajuda o governo exercendo com grande eficiência seu trabalho e que se afirmou com tanto brilho no Senado —, que representa a Presidente da República nesta solenidade. Por seu intermédio, presto minha homenagem à Presidente Dilma Rousseff, cujos índices de aprovação, ao completar o seu primeiro ano de governo, demonstram a qualidade e a importância do trabalho por ela realizado. Reafirmo a nossa permanente disposição de colaborar com o Poder Executivo na superação de todas as dificuldades que o País possa encontrar.

Quero, com o meu testemunho, exaltar e agradecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia, pelo desempenho, por sua eficiência e pelo brilhantismo com que tem conduzido a perfeita sintonia e parceria entre nossas Casas, graças ao seu espírito público e a sua experiência política.

Poucas vezes, na História de nossas instituições, tivemos um período de tanta união e conjugação de esforços e deveres, para o excelente funcionamento do Poder Legislativo, nas exemplares relações entre Câmara e Senado.

Finalizo, pedindo desculpas por não ter tido tempo de ser tão breve, agradecendo a todas as autoridades aqui presentes, às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados, às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores, desejando a todos muitas felicidades e grande êxito e grande trabalho neste ano que se inicia.

Muito obrigado.

